



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Executiva

A
SES/SUPLOG

Tendo em vista o crescente aumento de casos relativos ao Coronavírus (COVID 19), com base na Lei nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, artigo 4º, e ainda o Decreto nº 46.966 de 11 de março de 2020, autorizo a abertura para a aquisição de 300 ventiladores pulmonares com monitores, sendo 100 entregues em 5 dias e 200 em 10 dias em regime de urgência.

O Ventilador Pulmonar deverá ter parâmetros mínimos a seguir:

Tela TFT colorida de 10,4 polegadas de alta visibilidade

Modo de ventilação A / C, IPPV, SIPPV, IMV, SIMV, Em espera, MANUAL SPONT, PEEP

Volume Minuto Maior ou igual a 18L

Fonte de alimentação de backup Pelo menos 4 horas

Volume corrente Faixa ajustável: 50-1500ml, Faixa de exibição: 0-2000ml

Frequência respiratória 1-99bpm

Proporção inspiratória / expiratória (I: E) 4: 1-1: 4

PEEP 0-10cmH2O

Taxa SIMV 1-20bpm

Gatilho de pressão inspiratória.-10-10cmH2O

Platô Inspiratório Ajustável de 0 a 50% do tempo inspiratório

Concentração de oxigênio ajustável 45-100% 21-100%

Exigência de suprimento de gás 280 ~ 600 kPa de oxigênio para uso médico e suprimento de ar comprimido

Limite de pressão 1.0kPa ~ 6.0kPa

Rio de Janeiro, 30 de março de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Gabriell Carvalho Neves Franco dos Santos**, **Subsecretário**, em 30/03/2020, às 16:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?



[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6](#), informando o código verificador **3981727** e o código CRC **FAE76190**.

Referência: Processo nº SEI-080001/007186/2020

SEI nº 3981727

R. México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Executiva

A Coordenação de Qualificação de Material/SES,

Inserir termo de referencia conforme orientações na inicial da Subsecretaria Executiva/SES.

Gustavo Borges da Silva
Superintendente de Logística, Suprimentos e Patrimônio

Rio de Janeiro, 31 de março de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Borges da Silva, Superintendente**, em 31/03/2020, às 11:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **3991601** e o código CRC **24F0EFFF**.

Referência: Processo nº SEI-080001/007186/2020

SEI nº 3991601

Rua México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Executiva

À SUBEX/SES.

Trata-se de solicitação de aquisição de **Ventilador Pulmonar com monitor**, em atendimento ao processo SEI-080001/007186/2020 conforme a solicitação ao despacho 3981727 encaminhada pela Subsecretaria Executiva.

Considerando que o insumo foi definido pela Subsecretaria Executiva através do despacho SEI nº 3981727, onde deverá seguir a solicitação de: 300 ventiladores pulmonares com monitores, sendo 100 entregues em 5 dias e 200 em 10 dias em regime de urgência.

Considerando a Lei 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus.

Considerando o decreto nº 46.966 de 11 de março de 2020 que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus.

Considerando que essa área técnica não restringe a competição das empresas participantes.

Considerando que não há justificativa para alguma especificação do objeto que possa restringir a competição e que a documentação técnica exigida, não restringe a competição.

Considerando que o referido processo, não limita tempo ou época ou local específico.

Encaminhamos Termo de Referência para análise e autorização.

.

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 77/2020

I. Objeto

1. Trata-se de solicitação de aquisição de **Ventilador Pulmonar com monitor**, para realizar atendimento dos pacientes com suspeitos e diagnosticados com COVID 19.

II. Justificativa

1. Tendo em vista o crescente aumento de casos relativos ao Coronavírus (COVID 19), com base na Lei nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, artigo 4º, encaminhamos o presente processo objetivando a compra em caráter emergencial do material abaixo relacionado. Em atendimento ao despacho (3981727).
2. Temos a informar que o item é um bem comum, nos termos da Lei 10520/2002, tendo padrão de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por meio de especificações no mercado.

III. Relação dos materiais, especificações e quantidades planejada.

ATQ/CQM nº 77/2020				
01		Ventilador Pulmonar O Ventilador Pulmonar deverá ter parâmetros mínimos a seguir: Tela TFT colorida de no mínimo 10,4 polegadas de alta visibilidade Modo de ventilação A / C, IPPV, SIPPV, IMV, SIMV, Em espera, MANUAL SPONT, PEEP Volume Minuto Maior ou igual a 18L Fonte de alimentação de backup Pelo menos 4 horas Volume corrente Faixa ajustável: 50-1500ml, Faixa de exibição: 0-2000ml Frequência respiratória 1-99bpm Proporção inspiratória / expiratória (I: E) 4: 1-1: 4 PEEP 0-10cmH2O Taxa SIMV 1-20bpm Gatilho de pressão inspiratória.-10-10cmH2O Platô Inspiratório Ajustável de 0 a 50% do tempo inspiratório Concentração de oxigênio ajustável 45-100% 21-100% Exigência de suprimento de gás 280 ~ 600 kPa de oxigênio para uso médico e suprimento de ar comprimido Limite de pressão 1.0kPa ~ 6.0kPa	unidades. 300 ventiladores pulmonares com monitores, sendo 100 entregues em 5 dias e 200 em 10 dias em regime de urgência.	

		Deverá possuir todos os componentes para o seu funcionamento. Tensão alimentar bivolt. Garantia 24 meses.		
Requisitante: Subsecretaria Executiva				
Total de itens: 01				

IV. Da Avaliação Técnica

1. Será exigida da primeira colocada apresentação de AMOSTRAS **Ventilador Pulmonar** na seguinte forma: folder, catálogo, manuais e ou declarações do fabricante que demonstrem tal especificação, A licitante da melhor proposta classificada na fase de lances fica obrigada, sob pena de desclassificação, a apresentar em imediatamente as Amostras.
2. As amostras apresentadas para análise deverão estar corretamente identificadas com etiquetas conforme modelo abaixo com: marca, fornecedor, tamanho, pregão e numeração do lote e o nome do licitante responsável pelo envio.

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Pregão Eletrônico:

Processo nº E-08/xxxx/aaaa

Item nº 00: (nomear/ ANVISA)

Marca:

Fornecedor:

Tamanho:

3. O fornecedor que for o primeiro colocado em vários itens de um mesmo produto ou lote, deverá apresentar, sob pena de desclassificação, as amostras para cada um dos itens por ele arrematados devido à necessidade de serem analisados por serviços diferentes.
4. As amostras deverão ser encaminhadas para a Coordenação de Licitação, localizada na

Rua México, nº 128, 6ª andar, sala 607, Centro - RJ, CEP: 20.031-142.

5. A análise das amostras do produto cotado será realizada por profissionais habilitados da área técnica da Superintendência de Qualidade das Unidades de Saúde – SES/RJ, definido pela Coordenação de Qualificação de Material, onde serão avaliados itens como:
 - a. Será verificada a conformidade do produto com a especificação requerida no edital;
 - b. Será verificada se apresenta descrição no idioma português;
6. O Parecer Técnico a cerca do produto cotado será emitido pela Coordenação de Qualificação de Material após a:
 - a. Verificação da conformidade do produto com a especificação requerida no edital;
 - b. Verificação e análise da documentação técnica contida no edital;
 - c. Avaliação do produto (folder, catálogo, manuais e ou declarações do fabricante que demonstrem tal especificação) pela área técnica.
7. Caso ainda haja dúvidas na avaliação do produto, a Coordenação de Qualificação de Material poderá solicitar mais amostras ao arrematante.
8. A desclassificação da proposta na forma prevista no item anterior acarretará a convocação do segundo colocado, adotando-se a mesma metodologia.
9. Todos os materiais listados deverão ser novos, nunca utilizados, sendo proibido o fornecimento de materiais usados ou reconicionados.

V. DA DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

Será exigida do arrematante de cada item a apresentação de documentos em cópia autenticada, para a Qualificação Técnica conforme abaixo:

- A. Atestado de Capacitação Técnica - ACT (pessoa jurídica), para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, através de um ou mais atestados, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.
- B. Licença de Funcionamento Sanitário – LFS, emitido pelo Órgão Sanitário competente. Caso a LFS esteja vencida, deverá ser apresentado também o documento que comprove seu pedido de revalidação.
- C. Autorização de Funcionamento da Empresa - AFE (licitante) expedida pelo ANVISA/Ministério da Saúde.
- D. **Certificado de Registro do Produto emitido pela ANVISA/Ministério da Saúde.**

VI. CONSIDERAÇÃO PARA AS ENTREGAS

1. Coordenação de Armazenagem CGA/SES. Localizado na rua Dr. Luiz Palmier, 762. Barreto/Niterói. Cep: 24110310 e/ou Unidades a serem definidas pela SES/RJ.
2. Prazo de entrega 100 entregues em 5 dias e 200 em 10 dias em regime de urgência, contados da data de assinatura do termo do contrato.
3. Deverá fazer parte do procedimento à capacitação técnica, no local definido pela SES (Secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro), para futuros usuários dos equipamentos adquiridos.
4. Prazo de garantia dos equipamentos neste período deverá ser prestada sem quaisquer ônus para a SES.
5. Prazo de entrega imediato, contados da data de assinatura do termo do contrato.
6. O rompimento do lacre das caixas deverá ser realizado na presença do responsável habilitado pela empresa



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Borges da Silva, Superintendente**, em 31/03/2020, às 12:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **3993277** e o código CRC **6BCBC492**.

Referência: Processo nº SEI-080001/007186/2020

SEI nº 3993277

Rua México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Executiva

A
Coordenação de Compras.

1. APROVO e AUTORIZO.
2. A Coordenação de Compras para prosseguimento.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Gabriell Carvalho Neves Franco dos Santos**, **Subsecretário**, em 31/03/2020, às 13:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador 3994239 e o código CRC 7DCEC79D.

Referência: Processo nº SEI-080001/007186/2020

SEI nº 3994239

R. México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br



Ariane Silva <ariane.saudezes@gmail.com>

SOLICITAÇÃO DO PROCESSO SEI-080001.007186.2020

1 mensagem

Ariane Silva <ariane.saudezes@gmail.com>

Para: comercial@a2a.inf.br

31 de março de 2020 14:59

Prezado, boa tarde

Tendo em vista o crescente aumento de casos relativos ao Coronavírus (COVID 19), com base na Leiº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, artigo 4º, encaminhamos o presente processo objetivando a compra em caráter emergencial do material abaixo relacionado:

Ventilador Pulmonar

O Ventilador Pulmonar deverá ter parâmetros mínimos a seguir:

1. • Tela TFT colorida de no mínimo 10,4 polegadas de alta visibilidade
2. • Modo de ventilação A / C, IPPV, SIPPV, IMV, SIMV, Em espera, MANUAL SPONT, PEEP
3. • Volume Minuto Maior ou igual a 18L
4. • Fonte de alimentação de backup Pelo menos 4 horas
5. • Volume corrente Faixa ajustável: 50-1500ml, Faixa de exibição: 0-2000ml
6. • Frequência respiratória 1-99bpm
7. • Proporção inspiratória / expiratória (I: E) 4: 1-1: 4
8. • PEEP 0-10cmH2O
9. • Taxa SIMV 1-20bpm
10. • Gatilho de pressão inspiratória.-10-10cmH2O
11. • Platô Inspiratório Ajustável de 0 a 50% do tempo inspiratório
12. • Concentração de oxigênio ajustável 45-100% 21-100%
13. • Exigência de suprimento de gás 280 ~ 600 kPa de oxigênio para uso médico e suprimento de ar comprimido
14. • Limite de pressão 1.0kPa ~ 6.0kPa
15. • Deverá possuir todos os componentes para o seu funcionamento. Tensão alimentar bivolt. Garantia 24 meses.

Solicitamos a Vossa Senhoria, com **CELERIDADE**, o envio de Proposta Comercial, visando à aquisição do medicamento conforme especificação.

Por fim, solicitamos a Vossa Senhoria que nos responda mesmo que não haja interesse na contratação

P.S.: Retorno deste com a URGÊNCIA que o caso requer.

--

**Ariane Ipar**
ANALISTA DE COMPRAS**Secretaria de Saúde**
Rua México, 128 sala 605
Centro - Rio de Janeiro - RJ
CEP: 20031-142**55 21 2333-3945**



Ariane Silva <ariane.saudezes@gmail.com>

Re: SOLICITAÇÃO DO PROCESSO SEI-080001.007186.2020

1 mensagem

Aurino de Souza <comercial@a2a.inf.br>
Para: Ariane Silva <ariane.saudezes@gmail.com>

31 de março de 2020 15:18

Prezados srs,

Em resposta a sua solicitação, e tendo interesse no fornecido estamos enviando nossa proposta comercial para análise.

Antecipadamente, agradeço.

----- Ativado Ter, 31 mar 2020 14:59:07 -0300 Ariane Silva <ariane.saudezes@gmail.com> escreveu -----

Prezado, boa tarde

Tendo em vista o crescente aumento de casos relativos ao Coronavírus (COVID 19), com base na Leiº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, artigo 4º, encaminhamos o presente processo objetivando a compra em caráter emergencial do material abaixo relacionado:

Ventilador Pulmonar

O Ventilador Pulmonar deverá ter parâmetros mínimos a seguir:

1. • Tela TFT colorida de no mínimo 10,4 polegadas de alta visibilidade
2. • Modo de ventilação A / C, IPPV, SIPPV, IMV, SIMV, Em espera, MANUAL SPONT, PEEP
3. • Volume Minuto Maior ou igual a 18L
4. • Fonte de alimentação de backup Pelo menos 4 horas
5. • Volume corrente Faixa ajustável: 50-1500ml, Faixa de exibição: 0-2000ml
6. • Frequência respiratória 1-99bpm
7. • Proporção inspiratória / expiratória (I: E) 4: 1-1: 4
8. • PEEP 0-10cmH2O
9. • Taxa SIMV 1-20bpm
10. • Gatilho de pressão inspiratória.-10-10cmH2O
11. • Platô Inspiratório Ajustável de 0 a 50% do tempo inspiratório
12. • Concentração de oxigênio ajustável 45-100% 21-100%
13. • Exigência de suprimento de gás 280 ~ 600 kPa de oxigênio para uso médico e suprimento de ar comprimido
14. • Limite de pressão 1.0kPa ~ 6.0kPa
15. • Deverá possuir todos os componentes para o seu funcionamento. Tensão alimentar bivolt. Garantia 24 meses.

Solicitamos a Vossa Senhoria, com **CELERIDADE**, o envio de Proposta Comercial, visando à aquisição do medicamento conforme especificação.

Por fim, solicitamos a Vossa Senhoria que nos responda mesmo que não haja interesse na contratação

P.S.: Retorno deste com a URGÊNCIA que o caso requer.

--



www.a2a.inf.br

Rio de Janeiro, 31 de março de 2020

À

SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Proposta Nº PRP-A2A 000.00025

A/C. SETOR DE COMPRAS

Prezados Senhores:

A A2A INFORMATICA, em atendimento à sua solicitação, informa na presente proposta as condições de fornecimento dos itens abaixo especificados e, desde já, coloca-se para prestar quaisquer esclarecimentos e efetuar as adequações necessárias.

Item	QUANT	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	300	RESPIRADOR MOD. PA 700B Adv ou SIMILAR	R\$ 198.000,00	R\$ 59.400.000,00

CONDIÇÕES COMERCIAIS:

Prazo de Garantia: — 01 ANO;

MONTAGEM, INSTALACAO E TREINAMENTO DE UM TÉCNICO DO ÓRGÃO COMPRADOR DE RESPONSABILIDADE DO FORNECEDOR;

ESPECIFICACOES TECNICAS ANEXO

Prazo de Pagamento: 50% NO PEDIDO – 50 % NA ENTREGA APÓS INSTALACAO E ASSISTENCIA TECNICA DEVIDA

SUPORTE TÉCNICO 24 HORAS

LOCAL DE ENTREGA: RIO DE JANEIRO – RJ.

Prazo de Entrega: 4 DIAS – EQUIPAMENTO IMPORTADO E SERÁ EMBARCADO APÓS RECEBIMENTO DO PRIMEIRO PAGAMENTO, E ENTREGUE PODENDO SER ANTECIPADA, APÓS LIBERAÇÃO DA RECEITA FEDERAL NO BRASIL;

Validade da Proposta: 15 DIAS

BANCO CAIXA ECONOMICA FEDERAL

AGENCIA 0209

OPERAÇÃO 003

CONTA CORRENTE 00003086-5

[Assinatura manuscrita]

Nome: Aurino Filho
Cargo: Gerente comercial

CNPJ: 22.682.915/0001-67
Tels: 3502-5366/ 98360-0100
E-mail: comercial@a2a.inf.br
Endereço: Rua do Senado, 311 / Sala 1004
Centro – Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20.231-005



www.a2a.inf.br

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

■ Tela: tela TFT colorida de 10,4 polegadas de alta visibilidade

Mode Modo de ventilação: A / C, IPPV, SIPPV, IMV, SIMV, Em espera, SPONT MANUAL

■ Volume Minuto: Maior ou igual a 18L

■ Fonte de alimentação de backup: pelo menos 4 horas

■ Volume corrente: Faixa ajustável: 50-1500ml / Faixa de exibição: 0-2000ml

Rate Frequência respiratória: 1-99bpm

■ Proporção inspiratória / expiratória (I: E): 4; 1-1; 4

EP PEEP: 0-10cmH₂O

■ Taxa SIMV: 1-20bpm

■ Gatilho de pressão inspiratória: -10-10cmH₂O

Plat Platô inspiratório: ajustável de 0 a 50% do tempo inspiratório

■ Concentração de oxigênio ajustável: 21-100%

■ Requisito de suprimento de gás: 280 ~ 600 kPa de oxigênio para uso médico e suprimento de ar comprimido

■ Pressão operacional máxima segura: ≤6.0kPa

Alarm Alarme de volume corrente: limite superior: 10 ~ 2000ml, limite inferior: 0 ~ 1800ml

Alarm Alarme de pressão das vias aéreas: Limite superior: 0,1 ~ 6kPa, Limite inferior: 0 ~ 5kPa

Alarm Alarme de concentração de oxigênio: limite superior: 22 ~ 100%, limite inferior: 21 ~ 80%



CNPJ: 22.682.915/0001-67
Tels: 3502-5366/ 98360-0100
E-mail: comercial@a2a.inf.br
Endereço: Rua do Senado, 311 / Sala 1004
Centro - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20.231-005



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Subsecretaria Executiva

À Superintendência de Logística

Trata-se de solicitação de aquisição de Ventilador Pulmonar com monitor, para realizar atendimento dos pacientes com suspeitos e diagnosticados com COVID 19, cujo Termo de Referência foi elaborado pela Superintendência de Logística, Suprimentos e Patrimônio - Coordenação de Material 3993277.

Considerando que a Subsecretaria Executiva autorizou a tramitação processual quanto a aquisição de Ventilador Pulmonar com monitor para COVID-19 3994239.

Visando atender a solicitação a Coordenação de Compras obteve, até a presente data, apenas 01 (uma) proposta, da empresa A2A INFORMÁTICA 4014873.

Desta forma, encaminhamos o administrativo para que seja verificado se a proposta da empresa A2A INFORMÁTICA atende as disposições do Termo de Referência.

Por oportuno, solicito posterior envio a Subsecretaria Executiva para autorização da tramitação processual com apenas 01 (uma) proposta, tendo em vista a urgência que o caso requer.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Diego da Silva Barreira, Auxiliar Administrativo**, em 01/04/2020, às 13:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **4014903** e o código CRC **520DB5A2**.

Referência: Processo nº SEI-080001/007186/2020

SEI nº 4014903

Rua México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Executiva

A Subsecretaria Executiva/SES,

Trata-se da solicitação de aquisição de 500 (quinhentos) ventiladores com monitores para aquisição, em atendimento ao processo SEI-080001/007186/2020. Conforme despacho 3981727 determinado pela Subsecretaria Executiva.

Considerando o despacho 4014903.

Considerando as propostas apresentadas em anexo 4014873, que apresentam descritivo do item ventilador pulmonar conforme o descritivo apresentado em termo de referência.

Temos a informar que:

Inicialmente atende ao descritivo solicitado no termo de referência. Informamos que a **análise da Coordenação de Qualificação de Material se restringiu às questões técnicas**, não tendo sido levada em consideração as questões jurídicas e de economicidade, cabendo essas análises aos setores competentes.

Solicitamos atendimento complementar ao despacho 4014903.

Gustavo Borges da Silva

Superintendente de Logística, Suprimentos e Patrimônio

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Borges da Silva, Superintendente**, em 01/04/2020, às 14:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **4017448** e o código CRC **7921AF9D**.

Referência: Processo nº SEI-080001/007186/2020

SEI nº 4017448

Rua México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Executiva

A

Superintendência de Orçamento e Finanças.

Coordenação de Compras.

Trata-se de solicitação de aquisição de Ventilador Pulmonar com monitor, para realizar atendimento dos pacientes com suspeitos e diagnosticados com COVID 19, cujo Termo de Referência foi elaborado pela Superintendência de Logística, Suprimentos e Patrimônio - Coordenação de Material 3993277.

Considerando o exposto pela Coordenação de Compras no despacho 4014903.

Autorizo a tramitação processual com apenas 01 (uma) proposta, tendo em vista a urgência que o caso requer, empenho, liquidação e posterior pagamento.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2020

Gabriell Neves
Subsecretário Executivo
ID: 5010163-3



Documento assinado eletronicamente por **Gabriell Carvalho Neves Franco dos Santos, Subsecretário**, em 01/04/2020, às 14:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **4017801** e o código CRC **DA4D0588**.



PAM 0047/2020



PAM 0048/2020

Requisição Definição de Processos Exibição de Processos

Enquadramento Legal gravado com sucesso.



GOVERNO DO
Rio de Janeiro

PROCESSO DE COMPRA - SEI-080001/007186/2020

DADOS GERAIS DO PROCESSO DE COMPRA

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Presidente Vargas, 670
Centro - RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro
CEP: 20071-001
C.N.P.J: 42.498.675/0001-52

Unidade: 296100 - FES - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

Data de Criação: 01/04/2020 13:18:56

Criador: DIEGO DA SILVA BARREIRA

Tipo do Processo: PAM

Tipo: Processo Padrão

Contrato por Tempo de Serviço: Não

Status: Aguardando Planejamento

Pesquisa de Mercado: 02488/2020

Anexos da Pesquisa de Mercado:

Termo de Justificativa:

Valor Total do Processo: 59.400.000,00

Tipo de Aquisição: Lei Fed. 13.979/20 art. 4º - Combate Corona Vírus

Objeto do Processo: Trata-se de solicitação de aquisição de Ventilador Pulmonar com monitor.

Razão do Pedido: Atendimento dos pacientes com suspeitos e diagnosticados com COVID 19.

Enquadramento Legal:

Lei Fed. 13.979/20 art.
4º - Combate Corona Vírus



Gravar Enquadramento



Requisição - PAM 0047/2020

Anexos:

Item

VI. Cotado

VI.Ref.

Metodologia de
Cálculo

Quantidade

1 - VENTILADOR PULMONAR, MODELO: MICROPROCESSADO, TIPO: ADULTO, PEDIÁTRICO E NEONATAIS, GRÁFICO: PRESSÃO X TEMPO / FLUXO X TEMPO / VOLUME X TEMPO, ALARME: ALTA E BAIXA PRESSÃO INSPIRATORIA, MODOS VENTILATORIOS: VENTILAÇÃO POR VOLUME CONTROLADO, VENTILAÇÃO POR PRESSÃO CONTROLADA, VENTILAÇÃO COM SUPORTE DE PRESSÃO, VENTILAÇÃO COM PRESSÃO REGULADA COM VOLUME CONTROLADO, VENTILAÇÃO NÃO EVASIVA, PRESSÃO INSPIRATORIA: 0 A 60 CMH2O, FLUXO: CONTÍNUO, VOLUME CORRENTE: 2 - 2000 ML, TEMPO INSPIRAÇÃO: 0,1 A 5,0 SEGUNDOS, PRESSÃO ALIMENTAÇÃO: ~ 50 CM H2O, TENSÃO: 110V, ACESSÓRIOS: BRACO ARTICULADO, PEDESTAL COM RODÍZIOS, 2 CIRCUITOS PACIENTE ADULTO DE SILICONE COMPLETO COM OS DRENOS DE ÁGUA, 2 CIRCUITO PACIENTE PEDIÁTRICO DE SILICONE COMPLETO COM OS DRENOS DE ÁGUA, 2 CIRCUITO PACIENTE NEONATAIS DE SILICONE COMPLETO COM OS DRENOS DE ÁGUA, 2 VALVULAS DE EXALAÇÃO COMPLETAS COM O DIAFRAGMA, 2 SENSORES DE FLUXO EXTRAS PARA CADA TIPO DE PACIENTES, MANGUEIRAS PARA CONEXÃO DE OXIGÊNIO E AR COMPRIMIDO, ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA BIVOLT AUTOMÁTICO COM PADRÃO NOVO BRASILEIRO., FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE
Código do Item: 6518.073.0046 (ID - 160033)

R\$ 198000,0000
(Lei Fed. 13.979/20 art. 4º -
Combate Corona Vírus)

Pesquisa de Mercado

300 UN

Complemento do Item

A2A COMERCIO SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA(22.682.915/0001-67)

Justificativa: Compra Direta - Lei Fed. 13.979/20 art. 4º - Combate Corona Vírus

Exibir Local de Entrega

ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO

Requisições ↗

Pesquisa de Mercado ↗

WORKFLOW DE APROVAÇÃO

Aprovador	 Pendente	 Aprovado	 Rejeitado	 P/aprovação	Data/Hora
-----------	---	---	--	--	-----------

CÉLULA DE CRÉDITO

Nenhuma Célula de Crédito foi definida para o Processo.

 Retornar
  Imprimir
  Cancelar
  Mapa de Preço



PAM 0047/2020



PAM 0048/2020

► Requisição ► Definição de Processos ► Mapa de Preços do Processo

PROCESSO DE COMPRA - SEI-080001/007186/2020

Unidade Gestora do Processo: 296100 - FES - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

Data de Criação do Processo: 01/04/2020 13:18:56

Criador do Processo: DIEGO DA SILVA BARREIRA


Tipo: Processo Padrão

Tipo do Processo: PAM

Pesquisa de Mercado: 02488/2020

Valor Total: R\$ 59.400.000,00

O Processo não possui itens de Banco de Preço.

MAPA DE PREÇOS		PESQUISA REALIZADA NO PERÍODO DE: 01/04/2020 até 01/04/2020	
FAMÍLIA : EQUIPAMENTOS E ARTIGOS MEDICOS, ODONTOLOGICOS E VETERINARIOS - EQUIPAMENTOS, APARELHOS E UTENSILIOS MEDICOS-HOSPITALARES - VENTILADOR PULMONAR			
ITEM : (ESPECIFICAÇÃO)		VENTILADOR PULMONAR,MODELO: MICROPROCESSADO, TIPO: ADULTO, PEDIATRICO E NEONATAIS, GRAFICO: PRESSAO X TEMPO / FLUXO X TEMPO / VOLUME X TEMPO, ALARME: ALTA E BAIXA PRESSAO INSPIRATORIA, MODOS VENTILATORIOS: VENTILACAO POR VOLUME CONTROLADO, VENTILACAO POR PRESSAO CONTROLADA, VENTILACAO COM SUPORTE DE PRESSAO, VENTILACAO COM PRESSAO REGULADA COM VOLUME CONTROLADO, VENTILACAO NAO EVASIVA, PRESSAO INSPIRATORIA: 0 A 60 CMH2O, FLUXO: CONTINUO, VOLUME CORRENTE: 2 - 2000 ML, TEMPO INSPIRACAO: 0,1 A 5,0 SEGUNDOS, PRESSAO ALIMENTACAO: ~ 50 CM H2O, TENSAO: 110V, ACESSORIOS: BRACO ARTICULADO, PEDESTAL COM RODIZIOS, 2 CIRCUITOS PACIENTE ADULTO DE SILICONE COMPLETO COM OS DRENOS DE AGUA, 2 CIRCUITO PACIENTE PEDIATRICO DE SILICONE COMPLETO COM OS DRENOS DE AGUA, 2 CIRCUITO PACIENTE NEONATAIS DE SILICONE COMPLETO COM OS DRENOS DE AGUA, 2 VALVULAS DE EXALACAO COMPLETAS COM O DIAFRAGMA, 2 SENSORES DE FLUXO EXTRAS PARA CADA TIPO DE PACIENTES. MANGUEIRAS PARA CONEXAO DE OXIGENIO E AR COMPRIMIDO, ALIMENTACAO ELETRICA BIVOLT AUTOMATICO COM PADRAO NOVO BRASILEIRO., FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE Cód do Item: 6518.073.0046 (ID - 160033)  Complemento do Item	
QUANTIDADE:		300	
UNIDADE DE MEDIDA:		UNIDADE	
VALOR UNITÁRIO: R\$		198000,0000	
VALOR TOTAL: R\$		59.400.000,00	
FORNECEDOR		UF	PREÇO UNITÁRIO MARCA
A2A COMERCIO SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA 🏆		RJ	198000,0000 -



Retornar



Imprimir



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Subsecretaria Executiva

À Superintendência de Orçamento e Finanças

Trata-se de solicitação de aquisição de Ventilador Pulmonar com monitor, para realizar atendimento dos pacientes com suspeitos e diagnosticados com COVID 19, cujo Termo de Referência foi elaborado pela Superintendência de Logística, Suprimentos e Patrimônio - Coordenação de Material 3993277

Considerando a autorização da Subsecretaria Executiva 3994239, quanto a tramitação emergencial referente a aquisição de Ventilador Pulmonar com monitor.

Visando atender a solicitação a Coordenação de Compras encaminhou o Termo de Referência para empresas do ramo, entretanto, obteve até a presente data apenas 01 (uma) proposta 4014873, da empresa A2A INFORMÁTICA.

Insta salientar que a proposta foi levada até o Setor Requisitante, o qual habilitou tecnicamente a proposta 4017448, sob a alegação de que atende as especificações do Termo de Referência.

Considerando a autorização da Subsecretaria Executiva 4017801 autorizando a tramitação processual com apenas 01 (uma) proposta.

Pelo exposto, encaminhamos o presente processo para que seja realizada a classificação orçamentária.

Por oportuno, solicitamos posterior envio a Coordenação de Contratos para tramitação processual.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Derlan Dias Maia, Ajudante**, em 01/04/2020, às 14:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **4018708** e o código CRC **07918C70**.

Referência: Processo nº SEI-080001/007186/2020

SEI nº 4018708

Rua México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br



PROCESSO DE COMPRA - SEI-080001/007186/2020

DADOS GERAIS DO PROCESSO DE COMPRA

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Presidente Vargas, 670
 Centro - RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro
 CEP: 20071-001
 C.N.P.J: 42.498.675/0001-52

Unidade: 296100 - FES - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

Data de Criação: 01/04/2020 13:18:56

Criador: DIEGO DA SILVA BARREIRA

Tipo do Processo: PAM

Tipo: Processo Padrão

Contrato por Tempo de Serviço: Não

Status: Compra Finalizada

Pesquisa de Mercado: 02488/2020

Anexos da Pesquisa de Mercado:

Termo de Justificativa:

Valor Total do Processo: 59.400.000,00

Justificativa da Aprovação: A Classificação orçamentária em conformidade com a lei do orçamento anual de 2020

Tipo de Aquisição: Lei Fed. 13.979/20 art. 4º - Combate

Objeto do Processo: Trata-se de solicitação de aquisição de Ventilador Pulmonar com monitor.

Razão do Pedido: Atendimento dos pacientes com sus diagnosticados com COVID 19.

Enquadramento Legal:

Lei Fed. 13.979/20 art.
 4º - Combate Corona
 Vírus



Gravar Enquadramento



Requisição - PAM 0047/2020

Item

VI. Cotado

VI.Ref.

Metodologia Cálculo

1 - VENTILADOR PULMONAR, MODELO: MICROPROCESSADO, TIPO: ADULTO, PEDIÁTRICO E NEONATAIS, GRÁFICO: PRESSÃO X TEMPO / FLUXO X TEMPO / VOLUME X TEMPO, ALARME: ALTA E BAIXA PRESSÃO INSPIRATORIA, MODOS VENTILATORIOS: VENTILAÇÃO POR VOLUME CONTROLADO, VENTILAÇÃO POR PRESSÃO CONTROLADA, VENTILAÇÃO COM SUPORTE DE PRESSÃO, VENTILAÇÃO COM PRESSÃO REGULADA COM VOLUME CONTROLADO, VENTILAÇÃO NÃO EVASIVA, PRESSÃO INSPIRATORIA: 0 A 60 CMH2O, FLUXO: CONTÍNUO, VOLUME CORRENTE: 2 - 2000 ML, TEMPO INSPIRAÇÃO: 0,1 A 5,0 SEGUNDOS, PRESSÃO ALIMENTAÇÃO: ~ 50 CM H2O, TENSÃO: 110V, ACESSÓRIOS: BRANCO ARTICULADO, PEDESTAL COM RODÍZIOS, 2 CIRCUITOS PACIENTE ADULTO DE SILICONE COMPLETO COM OS DRENOS DE ÁGUA, 2 CIRCUITO PACIENTE PEDIÁTRICO DE SILICONE COMPLETO COM OS DRENOS DE ÁGUA, 2 CIRCUITO PACIENTE NEONATAIS DE SILICONE COMPLETO COM OS DRENOS DE ÁGUA, 2 VÁLVULAS DE EXALAÇÃO COMPLETAS COM O DIAFRAGMA, 2 SENSORES DE FLUXO EXTRAS PARA CADA TIPO DE PACIENTES. MANGUEIRAS PARA CONEXÃO DE OXIGÊNIO E AR COMPRIMIDO, ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA BIVOLT AUTOMÁTICO COM PADRÃO NOVO BRASILEIRO., FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE
Código do Item: 6518.073.0046 (ID - 160033)

R\$ 198000,0000
 (Lei Fed. 13.979/20 art. 4º -
 Combate Corona Vírus)

Pesquisa de Mercado



Complemento do Item

A2A COMERCIO SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA(22.682.915/0001-67)

Justificativa: Compra Direta - Lei Fed. 13.979/20 art. 4º - Combate Corona Vírus

Exibir Local de Entrega

ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO

Requisições ↗

Pesquisa de Mercado ↗

WORKFLOW DE APROVAÇÃO

Aprovador

BERENICE LEITE DE SOUZA

 **Pendente**

 **Aprovado**

 **Rejeitado**

 **P/aprovação**



CÉLULA DE CRÉDITO

Célula de Crédito: PT:2961.10.302.0460.1094ED4490.52.04Fonte225

2020 - R\$ 59.400.000,00



Retornar



Imprimir



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Executiva

À Coordenação de Contratos/SES.

Despesa: aquisição de Equipamento - ventiladores pulmonares (It. 01. Qt 300), para realizar **atendimento aos pacientes** suspeitos e diagnosticados com COVID 19, com base na Leiº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, artigo 4º, e ainda o Decreto nº 46.966 de 11 de março de 2020. **TERMO DE REFERÊNCIA - 77/2020. Solicitação da Subsecretaria Executiva(3981727)**

Empresa : A2A Comercio

Valor: R\$ 59.400.000,00 (4018693)

Classificação Orçamentária:

PT: 2961.10.302.0461.8341 – ED 4490.52.04 – Fonte **225**

Rio de Janeiro, de Abril de 2020.

Rosângela Ayres de Souza
Coordenação de Execução Orçamentária
ID: 1755584-1

Rio de Janeiro, 01 abril de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Rosangela Ayres de Souza, Coordenadora**, em 01/04/2020, às 14:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **4019509** e o código CRC **93B221A2**.

Referência: Processo nº SEI-080001/007186/2020

SEI nº 4019509

Rua México 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ: 22682915000167

LIMPAR

Data da consulta: 01/04/2020 15:22:38
Data da última atualização: 01/04/2020 12:00:04

DETALHAR	CNPJ/CPF DO SANCIONADO	NOME DO SANCIONADO	UF DO SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	TIPO DA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado							

► [Contratação](#) ► [Registro de Ocorrências](#) ► [Registro de Ocorrências dos Fornecedores](#)

► [Lista de Empresas Fornecedoras](#)

A2A COMERCIO SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA (22.682.915/0001-67) ▼ 



Consultar

► [Status do Fornecedor:](#) **Credenciado**

Não existe histórico de Registro de Ocorrências para esta empresa.

Contratação 2020001859 (Ativo)



Unidade Compradora: **296100 - FES - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE**

Tipo de Aquisição: **Compra Direta / Outras Compras**

Número da Aquisição: **SEI-080001/007186/2020**

Tipo de Contratação: **Material**

Número da Contratação: **FES 2020**

Data de Vigência: **01/04/2020 a 30/09/2020**

Gestores Responsáveis: **ADRIANA NERY DA SILVA
ALESSANDRA REGINA COUTINHO DE SÁ
Camila Vichi de Freitas
ERICA DANIELE DA SILVA
LUCIANA SILVA IÓRIO
MARIA LUIZA LESSA
MELISSA REIS RIBEIRO
Monique Willeman Peçanha de Araujo
RUAN GUIMARÃES BARROS
THAIS DE OLIVEIRA MARQUES**

Empresa Contratada: **A2A COMERCIO SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA
CNPJ: 22.682.915/0001-67
RUA BATURITE, 14, 512, BONSUCESSORIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro
CEP: 21040-310**

Situação: **Ativo**

OBSERVAÇÃO

Nenhuma observação foi incluída.

PROCESSOS VINCULADOS

Processo	Unidade Gestora	Data de Criação	Data de Modificação	Situação
SEI-080001/007186/2020	296100 - FES - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	01/04/2020		Compra Finalizada

ITENS

**MATERIAL - EQUIPAMENTOS E ARTIGOS MEDICOS, ODONTOLÓGICOS E VETERINÁRIOS - EQUIPAMENTOS, APARELHOS E UTENSÍLIOS
MÉDICOS-HOSPITALARES - VENTILADOR PULMONAR**

VENTILADOR PULMONAR, MODELO: MICROPROCESSADO, TIPO: ADULTO, PEDIÁTRICO E NEONATAIS, GRÁFICO: PRESSÃO X TEMPO / FLUXO X TEMPO / VOLUME X TEMPO, ALARME: ALTA E BAIXA PRESSÃO INSPIRATORIA, MODOS VENTILATORIOS: VENTILAÇÃO POR VOLUME CONTROLADO, VENTILAÇÃO POR PRESSÃO CONTROLADA, VENTILAÇÃO COM SUPORTE DE PRESSÃO, VENTILAÇÃO COM PRESSÃO REGULADA COM VOLUME CONTROLADO, VENTILAÇÃO NÃO EVASIVA, PRESSÃO INSPIRATORIA: 0 A 60 CMH2O, FLUXO: CONTÍNUO, VOLUME CORRENTE: 2 - 2000 ML, TEMPO INSPIRAÇÃO: 0,1 A 5,0 SEGUNDOS, PRESSÃO ALIMENTAÇÃO: ~ 50 CM H2O, TENSÃO: 110V, ACESSÓRIOS: BRACO ARTICULADO, PEDESTAL COM RODÍZIOS, 2 CIRCUITOS PACIENTE ADULTO DE SILICONE COMPLETO COM OS DRENOS DE ÁGUA, 2 CIRCUITO PACIENTE PEDIÁTRICO DE SILICONE COMPLETO COM OS DRENOS DE ÁGUA, 2 CIRCUITO PACIENTE NEONATAIS DE SILICONE COMPLETO COM OS DRENOS DE ÁGUA, 2 VÁLVULAS DE EXALAÇÃO COMPLETAS COM O DIAFRAGMA, 2 SENSORES DE FLUXO EXTRAS PARA CADA TIPO DE PACIENTES. MANGUEIRAS PARA CONEXÃO DE OXIGÊNIO E AR COMPRIMIDO, ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA BIVOLT AUTOMÁTICO COM PADRÃO NOVO BRASILEIRO., FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE

Código do Item: 6518.073.0046 (ID - 160033)

Código do Item: 0510.075.0040		(R\$ - 100000)				
Unidade	Valor Unitário	Elemento de Despesa		Sub-elemento de Despesa		
UN	198.000,000000	44905200		44905204		
Quantidade Original	Quantidade Alterada	Quantidade Programada	Quantidade Recebida	Saldo a Programar	Saldo Atual	Percentual Alterado
300	0	300	0	0	300	0 %

PROGRAMAÇÃO DE ENTREGA

Entrega 1
Data: 30/09/2020
Hora: 08:00 até 17:00
Local da Entrega: AV. LUIZ PALMIER, Nº 762 - BARRETO/NITERÓI


Descrição	Quantidade Programada	Quantidade Recebida	Situação
VENTILADOR PULMONAR, MODELO: MICROPROCESSADO, TIPO: ADULTO, PEDIÁTRICO E NEONATAIS, GRÁFICO: PRESSÃO X TEMPO / FLUXO X TEMPO / VOLUME X TEMPO, ALARME: ALTA E BAIXA PRESSÃO INSPIRATORIA, MODOS VENTILATORIOS: VENTILAÇÃO POR VOLUME CONTROLADO, VENTILAÇÃO POR PRESSÃO CONTROLADA, VENTILAÇÃO COM SUPORTE DE PRESSÃO, VENTILAÇÃO COM PRESSÃO REGULADA COM VOLUME CONTROLADO, VENTILAÇÃO NÃO EVASIVA, PRESSÃO INSPIRATORIA: 0 A 60 CMH2O, FLUXO: CONTÍNUO, VOLUME CORRENTE: 2 - 2000 ML, TEMPO INSPIRAÇÃO: 0,1 A 5,0 SEGUNDOS, PRESSÃO ALIMENTAÇÃO: ~ 50 CM H2O, TENSÃO: 110V, ACESSÓRIOS: BRACO ARTICULADO, PEDESTAL COM RODÍZIOS, 2 CIRCUITOS PACIENTE ADULTO DE SILICONE COMPLETO COM OS DRENOS DE ÁGUA, 2 CIRCUITO PACIENTE PEDIÁTRICO DE SILICONE COMPLETO COM OS DRENOS DE ÁGUA, 2 CIRCUITO PACIENTE NEONATAIS DE SILICONE COMPLETO COM OS DRENOS DE ÁGUA, 2 VÁLVULAS DE EXALAÇÃO COMPLETAS COM O DIAFRAGMA, 2 SENSORES DE FLUXO EXTRAS PARA CADA TIPO DE PACIENTES. MANGUEIRAS PARA CONEXÃO DE OXIGÊNIO E AR COMPRIMIDO, ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA BIVOLT AUTOMÁTICO COM PADRÃO NOVO BRASILEIRO., FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	300	Não recebido	

Código do Item: 6518.073.0046 (ID - 160033)

PARECER JURÍDICO

Não existem Pareceres Jurídicos para esta Contratação.

NOTA DE AUTORIZAÇÃO DE DESPESA

Chave SIGA	Empenho	Liquidações	Pagamentos	Data de Emissão	Usuário Emissor	Situação	Consistência
20200018590001-42	Não possui	Não possui	Não possui	01/04/2020	Camila Vichi de Freitas	Aprovado	

TERMO DE ALTERAÇÃO

Etapas	Data da Alteração	Responsável
Contratação Original - Inicial	01/04/2020	GABRIEL CARVALHO NEVES F. DOS SANTOS

WORKFLOW DE APROVAÇÃO

Aprovador	 Pendente  Aprovado  Rejeitado  P/Aprovação	Data/Hora
(0) GABRIEL CARVALHO NEVES F. DOS SANTOS		01/04/2020 15:08



Imprimir



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Subsecretaria Executiva

Superintendência de Orçamento e Finanças/SES

Trata-se do presente processo **EMERGENCIAL** que tem por objeto a aquisição de **RESPIRADORES PULMONARES**, cuja empresa vencedora foi a **A2A COMERCIO SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA** referente ao item 1, pelo valor total de R\$ 59.400.000,00 (Cinquenta e nove milhões e quatrocentos mil reais), com o prazo de vigência de 06 (seis) meses.

Encaminhamos o presente conforme solicitação, após contratação no SIGA.

Ressaltamos que em consulta no SIGA e no cadastro de empresas inidôneas e suspensas (CEIS), até a presente data a empresa não está impedida de contratar.

Maria Luiza Lessa
Coordenação de Contratos
ID: 4336438-1

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Maria Luiza Lessa, Coordenadora**, em 01/04/2020, às 17:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **4023922** e o código CRC **5F43F18C**.

Referência: Processo nº SEI-080001/007186/2020

SEI nº 4023922

Rua México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Executiva

À Coordenação de Execução Orçamentária,

Conforme despacho da Coordenação de Contrato às fls. retro (4023922), segue o presente para emissão de Nad e Empenho.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Frederico Versoça Duboc, Superintendente**, em 01/04/2020, às 17:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **4026775** e o código CRC **62EACD19**.

Referência: Processo nº SEI-080001/007186/2020

SEI nº 4026775

Rua México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE - SES
FUNDO ESTADUAL DE SAUDE

CONFERIDA

01-No. do processo E-08/ 001/007.186/2020	
02-Data 30/03/2020	03-Folha
04-Rubrica	

Nota de Autorização de Despesa - NAD - 2020001859000142

Bloco 1 - Dados de Identificação

05 - Especificação da NAD/Evento 1-Empenhamento da Despesa (400091) 2-Reforço de Empenho (400092) 1 3-Anulação do empenho (400093) 4-Canc. restos a pagar do exec. imediat. anterior (400094) 5-Canc. restos a pagar de outros exercícios (400097)	06-Categoria de gastos 1-Pessoal e Encargos 2-Juros e Enc. Dívida Interna 5 3-Juros e Enc. Dívida Externa 4-Despesas Correntes 5-Investimentos	6-Inversões Financeiras 7-Amort. Dívida Interna 8-Amort. Dívida Externa 9-Out.Desp.Cap.
--	--	--

Bloco 2 - Dados do Órgão

07-Secretaria/Órgão SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE - SES		08-Unidade Orçamentária. 2961	09-Adiantamento 2 1-Sim 2-Não
10-Unidade Gestora Executora FUNDO ESTADUAL DE SAUDE		11-Unidade Orçamentária FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	
12-Programa de trabalho 2961.10.302.0461.8341	13-P.t.resumido 298341	14-Fonte detalhada 25	15-Nat. despesa 44905204
16-Tipo de crédito 1 1-Orçamento Geral e Suplementar 2-Especial 3-Extraordinário	17-Domicílio bancário Banco 104	Agência 0199	Conta corrente 00625019-2

Bloco 3 - Dados de Identificação do Favorecido

18-Nome A2A COMÉRCIO SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA			
19-Endereço RUA DO SENADO, 311 SALA 1004		20-Domicílio bancário Banco 104	
		Agência 0209	Conta corrente 00003086-5
21-Cidade RIO DE JANEIRO		22-Estado RJ	23-CEP 20231005
24-Código 1 1 - CNPJ 3 - INSCR.GENÉRICA 2 - CPF 4 - UG/GESTÃO	25-Número 22.682.915/0001-67	26-Insc. estadual	27-Insc.municipal

Bloco 4 - Dados para Emissão de Empenho/Anulação

28-Espécie 3 1-Ordinário 3-Estimativo 5-Global	29-Valor 59.400.000,00
30-Valor por extenso CINQUENTA E NOVE MILHOES, QUATROCENTOS MIL REAIS	
31-Descrição da despesa CONTRATO 29/2020 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO - VENTILADORES PULMONARES (IT. 01. QT. 300), PARA REALIZAR ATENDIMENTO AOS PACIENTES SUSPEITOS E DIAGNOSTICADOS COM COVID 19, COM BASE NA LEI Nº 13.979 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2020, ARTIGO 4º, E AINDA O DECRETO Nº 46.966 DE 11 DE MARÇO DE 2020. TERMO DE REFERÊNCIA - 77/2020. VIGÊNCIA 06 MESES. SENDO 100 ENTREGUES EM 5 DIAS E 200 EM 10 DIAS EM REGIME DE URGÊNCIA. SOLICITAÇÃO DA SUBSECRETARIA EXECUTIVA (3981727)	

Bloco 5 - Cronograma de desembolso

Janeiro	0,00	Maio	0,00	Setembro	0,00
Fevereiro	0,00	Junho	0,00	Outubro	0,00
Março	0,00	Julho	0,00	Novembro	0,00
Abril	59.400.000,00	Agosto	0,00	Dezembro	0,00

Bloco 6 - Dados da Licitação

32-Tipo 5 0-Pregão Presencial 1-Concurso 2-Convite 3-Tomada de preços	4-Concorrência 5-Dispensa 6-Inexigível 7-Não aplicável	8-Sup. Fundos 9-Pregão Eletrônico 10-Ad.Reg.Preço Int Pregão 11-Ad.Reg.Preço Int Concorrência	12-Ad.Reg.Preço Ext.Pregão 13-Ad.Reg.Preço Ext.Concorrência	33-Data de abertura	34-Número	35-Contrato formal 1 1-Sim 2-Não
36-Base legal LEI FEDERAL NO. 8.666/1993						

Bloco 7 - Autenticações

37-EMISSION CAMILA VICHI DE FREITAS ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	38-Ato de delegação	39-Matricula 049954	40-Data
41-ORDENADOR GABRIEL CARVALHO NEVES FRANCO DOS SANTOS SUBSECRETARIO EXECUTIVO	42-Ato de delegação RESOLUÇÃO SES1986/2020	43-Matricula 5010163-3	44-Data
45-RATIFICADOR	46-Ato de delegação	47-Matricula	48-Data

PORTARIA CG Nº. 15 DE 18 DE DEZEMBRO/98



Documento assinado eletronicamente por **Gabriell Carvalho Neves Franco dos Santos**,
Subsecretário, em 02/04/2020, às 10:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento
nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
[http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6](http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6), informando o código verificador
4027248 e o código CRC **4BA47B1C**.



Nota de Empenho

Encerrado até Fevereiro

Identificação				
Unidade Gestora 296100 - FES		Número do Documento 2020NE02359	Data de Emissão 01/04/20	
Credor 22682915000167 - A2A COMERCIO SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA		Valor 59.400.000,00 (Cinquenta e nove milhões e quatrocentos mil de reais)		
Tipo de Empenho		NE Original		
Classificação				
Natureza	449052 - Equipamentos e Material Permanente			
Unidade Orçamentária	29610 - Fundo Estadual de Saúde		F	
Programa de trabalho	10.302. 0461. 8341 - Assistência Ambulatorial e Hospitalar			
Id. uso	0 - Não destinado à contrapartida			
Fonte	225 - Sistema Único de Saúde- SUS			
Tipo de Detalhamento de Fonte	0 - Sem Detalhamento			
Detalhamento de Fonte	000000 - Sem detalhamento			
Tipo de Área Geográfica	2 - ESTADO			
Área Geográfica	3300000 - ESTADO			
Plano Interno	000000000000 - Plano Interno nao identificado			
Unidade Gestora Responsável	000000 - UG não identificada			
LME	03 - Manutenção, atividades e projetos finalísticos			
Convênio de Receita	000000 - Convênio não identificado			
Convênio de Despesa	000000 - Convênio não identificado			
Contrato	20000533 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO VENTILADORES PULMONARES PARA REALIZAR ATENDIMENTO DOS PACIENTES COM SUSPEITOS E DIAGNOSTICADOS COM COVID 19.			
Programa de Financiamento Externo/Interno	0 - Indefinido			
Chave SIGA	2020001859000142			
Detalhamento				
Modalidade do empenho	Estimativo	Modalidade de Licitação	05 - Dispensa	Embasamento Legal art 24º
Origem de Material	1 - Origem nacional	Data de Entrega		Local de Entrega
Processo	SEI-080001/07186/20	UF	Rio de Janeiro	Município Rio de Janeiro
Itens				
Tipo Patrimonial	Sub-item da Despesa	Classificação Complementar	Valor	
Bens Móveis - Equipamentos e Material Permanente	04 - APARELHOS E UTENSILIOS MEDICO-ODONTOLOGICO, LABORATORIAL E HOSPITALAR		59.400.000,00	
Cronograma				
Abril	59.400.000,00			
Saldo Dotação				
Crédito disponível Antes NE	70.000.000,00	Crédito indisponível Antes NE	0,00	Valor do Empenho 0,00
				Saldo Após Empenho 10.600.000,00
Observação				
Contrato 29/2020 - Aquisição de Equipamento - Ventiladores pulmonares (It. 01. Qt. 300), para realizar atendimento aos pacientes suspeitos e diagnosticados com COVID 19, com base na Leiº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, artigo 4º, e ainda o Decreto nº 46.966 de 11 de março de 2020. TERMO DE REFERÊNCIA - 77/2020. Vigência 06 meses. Sendo 100 entregues em 5 dias e 200 em 10 dias em regime de urgência. Solicitação da Subsecretaria Executiva (3981727)				
Produtos				
Produto	Quantidade	Und. Fornec.	Preço Unitário	Preço Total
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	1	UN	59.400.000,00	59.400.000,00
Descrição: Contrato 29/2020 - Aquisição de Equipamento - Ventiladores pulmonares (It. 01. Qt. 300), para realizar atendimento aos pacientes suspeitos e diagnosticados com COVID 19, com base na Leiº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, artigo 4º, e ainda o Decreto nº 46.966 de 11 de março de 2020. TERMO DE REFERÊNCIA - 77/2020. Vigência 06 meses. Sendo 100 entregues em 5 dias e 200 em 10 dias em regime de urgência. Solicitação da Subsecretaria Executiva (3981727)				



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Executiva

À Subsecretaria Executiva/SES.

C/v: A Coordenação de Contratos

Após a emissão da NAD 0142 e Nota de Empenho nº 2359 , informamos.

Despesa: Aquisição de Equipamento - Ventiladores pulmonares (It. 01. Qt. 300), para realizar atendimento aos pacientes suspeitos e diagnosticados com COVID 19, com base na Leiº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, artigo 4º, e ainda o Decreto nº 46.966 de 11 de março de 2020.

TERMO DE REFERÊNCIA - 77/2020. Vigencia 06 meses. Sendo 100 entregues em 5 dias e 200 em 10 dias em regime de urgência. **Solicitação da Subsecretaria Executiva (3981727)**

Empresa: A2A Comercio (Contratação: 2020001859)

Valor: R\$ 59.400.000,00 (4018693)

Classificação Orçamentária:

PT: 2961.10.302.0461.8341 – ED 4490.52.04 – Fonte **225**

Rio de Janeiro, de Abril de 2020.

Rosângela Ayres de Souza
Coordenação de Execução Orçamentária
ID: 1755584-1

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Rosangela Ayres de Souza, Coordenadora**, em 01/04/2020, às 18:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **4027370** e o código CRC **8331C959**.

Referência: Processo nº SEI-080001/007186/2020

SEI nº 4027370

Rua México 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Executiva

À COORDENAÇÃO DE CONTRATOS/SES

Autorizo a despesa descrita na NAD nº 2020001859000142, documento nº 4027248, referente à Aquisição de Equipamento - Ventiladores pulmonares (It. 01. Qt. 300), para realizar atendimento aos pacientes suspeitos e diagnosticados com COVID 19, com base na Lei nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, artigo 4º, e ainda o Decreto nº 46.966 de 11 de março de 2020. **TERMO DE REFERÊNCIA - 77/2020. Vigencia 06 meses.** Sendo 100 entregues em 5 dias e 200 em 10 dias em regime de urgência. **Solicitação da Subsecretaria Executiva (3981727)**

Desse modo, segue para liquidação e certificação da despesa, caso a instrução permita, com posterior envio a Coordenação de Execução Financeira para emissão da programação de desembolso e pagamento.

Rio de Janeiro, 02 de abril de 2020

Gabriell Neves
Subsecretário Executivo
ID: 5010163-3



Documento assinado eletronicamente por **Gabriell Carvalho Neves Franco dos Santos, Subsecretário**, em 02/04/2020, às 10:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **4031199** e o código CRC **B937C255**.

Referência: Processo nº SEI-080001/007186/2020

SEI nº 4031199

R. México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br



33.2.0998795-0

Sociedade empresária limitada

Empresa de Pequeno Porte

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

A2A COMERCIO SERVICOS E REPRESENTACOES LTDA EPP

Eventos

002

[illegible]

CERTIFICO O DEFERIMENTO POR ALEDIO DA SILVA SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO:

[illegible]

Deferido em 18/05/2018 e arquivado em 18/05/2018


Bernardo Feijó Sampaio Berwanger



Nº de Páginas	Capa Nº Páginas
---------------	-----------------

7

1/1

SECRETÁRIO GERAL

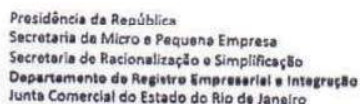
00-2018/078209-6

Observação:

Pag. 1/7



REFERENCES



NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.2.0998795-0

Tipo Jurídico

Sociedade empresária limitada

Porte Empresarial

Empresa de Pequeno Porte

Nº do Protocolo

17/05/2018 - 15:09:02

JUCERJA

Último Arquivamento:

00002776358 - 19/06/2015

NIRE: 33.2.0998795-0

AZA COMERCIO SERVICOS E REPRESENTACOES LTDA EPP

Boleto(s): 102673687

Hash: 72AE0D76-6382-4D9F-A0D0-281C7DE72D1F

Órgão	Calculado	Pago
Junta	193,00	193,00
DREI	21,00	21,00



REQUERIMIENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

A2A COMERCIO SERVICOS E REPRESENTACOES LTDA EPP

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

[illegible]

Representante legal da empresa

Local	Nome:	AURIMOBATISTA DE SOUZA FWHO
	Assinatura:	[Redacted]
	Telefone de contato:	[Redacted]
Data	E-mail:	[Redacted]
	Tipo de documento:	Híbrido
	Data de criação:	16/04/2018
	Data da 1ª entrada:	



00-2018/078209-6

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: A2A COMERCIO SERVICOS E REPRESENTACOES LTDA EPP

NIRE: 332.0998795-0 Protocolo: 00-2018/078209-6 Data do protocolo: 17/05/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 18/05/2018 SOB O NÚMERO 00003195639 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 3258E6D7C97EEFB84EADC5D902B40A100E5A3F64F5013345130D50E417814BF9

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 2/7



PRIMEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA FIRMA

AZA COMÉRCIO SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA

NIRE 33209987950

MEL CELINA RODRIGUES BATISTA, [REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED]

JULIA ELLEN DO NASCIMENTO SANTOS, [REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED]

[REDACTED] únicos sócios da empresa AZA COMERCIO SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA, estabelecida nesta cidade na Rua Baturite n/ 14 sala 512 em Bonsucesso, Rio de Janeiro, RJ, CEP 21.040-310, devidamente registrada na Junta Comercial do Rio de Janeiro sob o NIRE 33209987950, e, no CNPJ 22.682.915/0001-67, resolvem alterar seu contrato social mediante as seguintes cláusulas e condições seguintes de acordo com o Código Civil Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002

A São admitidos na Sociedade AURINO BATISTA DE SOUZA FILHO, [REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED]

RAUL CLAUDIO DOS SANTOS OLIVEIRA, [REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED]

B) Desliga-se da Sociedade JULIA ELLEN DO NASCIMENTO SANTOS, já qualificada acima que cede e transfere suas 10.000 (dez mil) quotas a AURINO BATISTA DE SOUZA FILHO, pelo valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) em moeda corrente do país.

C) MEL CELINA RODRIGUES BATISTA, também já qualificada acima cede e transfere a AURINO BATISTA DE SOUZA FILHO 9.000 (nove mil) quotas pelo valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), em moeda corrente do país, e a RAUL CLAUDIO DOS SANTOS OLIVEIRA, 1000 (hum mil) quotas pelo valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais). Os sócios cedentes neste ato declaram que nada mais tem a reclamar, e, assumem qualquer ônus que porventura existir anterior a data da assinatura deste instrumento.

D) A empresa que era estabelecida na rua Baturite n/14 sala 512 em Bonsucesso RJ, Cep 21.040-310, passará a estabelecer-se na Rua do Senado n/ 311 s/1004 no Centro Rio de Janeiro, RJ Cep 20.231-005.

E) Resolvem os sócios consolidar as cláusulas contratuais nos termos da legislação em vigor e cumprir o disposto no artigo 1.031 da Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: AZA COMERCIO SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA EPP

NIRE: 332.0998795-0 Protocolo: 00-2018/078209-6 Data do protocolo: 17/05/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 18/05/2018 SOB O NÚMERO 00003195639 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 3258E6D7C97EEFB84EADC5D902B40A100E5A3F64F5013345130D50E417814BF9

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.

Pag. 3/7



A2A COMERCIO SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA

À vista das modificações ora ajustadas, consolida-se o contrato social com a seguinte redação:

CONTRATO SOCIAL

PRIMEIRA – DO NOME EMPRESARIAL, SEDE E FORO.

A Sociedade girará sob o nome empresarial de **A2A COMERCIO SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA**, com sede na Rua do Senado n/ 311 s/1004 no Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.231-005, sendo seu prazo de duração indeterminado.

SEGUNDA – DO OBJETO SOCIAL

O objeto social da empresa continuará sendo COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO EM EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMATICA, SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO E OUTROS SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, OUTRAS ATIVIDADES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMATICA NÃO ESPECIFICADOS, REPRODUÇÃO DE SOFTWARE EM QUALQUER SUPORTE, REPRESENTAÇÕES POR CONTA DE TERCEIROS.

CODIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS

4751-2/01 – COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMATICA.

1830-0/03 – REPRODUÇÃO DE SOFTWARE EM QUALQUER SUPORTE

4619-2/00 – REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMERCIO DE MERCADORIAS EM GERAL NÃO ESPECIALIZADO.

6399-2/00 – OUTRAS ATIVIDADES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE.

TERCEIRA – DO CAPITAL SOCIAL

O capital social subscrito será de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), divididos em 20.000 (vinte mil) quotas de valor nominal de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, totalmente integralizado neste ato em moeda corrente do país.

PARAGRAFO ÚNICO: O capital fica assim distribuídos entre os sócios:

AURINO BATISTA DE SOUZA FILHO, com 19.000 (dezenove mil) quotas, perfazendo um total de R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais) integralizado.

RAUL CLAUDIO DOS SANTOS OLIVEIRA com 1.000 (hum mil) quotas perfazendo um total de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) integralizado.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: A2A COMERCIO SERVICOS E REPRESENTACOES LTDA EPP

NIRE: 332.0998795-0 Protocolo: 00-2018/078209-6 Data do protocolo: 17/05/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 18/05/2018 SOB O NÚMERO 00003195639 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 3258E6D7C97EEFB84EADC5D902B40A100E5A3F64F5013345130D50E417814BF9

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Pag. 4/7



QUARTA – DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

QUINTA – DA CESSÃO DE QUOTAS

As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, direito de preferência para sua aquisição, se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas a alteração contratual pertinente.

SEXTA – DA ADMINISTRAÇÃO E DO PRÓ-LABORE

A administração da sociedade caberá isoladamente a AURINO BATISTA DE SOUZA FILHO, com poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

Parágrafo único – No exercício da administração, o administrador terá direito a uma retirada mensal a título de pró-labore, cujo valor será definido de comum acordo entre os sócios.

SÉTIMA – DO BALANÇO PATRIMONIAL, DOS LUCROS E PERDAS

Ao término de cada exercício social, será levantado um Balanço Patrimonial, e então os lucros ou prejuízos serão divididos ou suportados entre os sócios na proporção de suas quotas.

OITAVA – DO FALECIMENTO DE SÓCIO

Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará sua atividade com os herdeiros ou sucessores. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do sócio remanescente, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo único – O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

NONA – DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

O administrador declara sob as penas da Lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede ainda que temporariamente o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: A2A COMERCIO SERVICOS E REPRESENTACOES LTDA EPP

NIRE: 332.0996795-0 Protocolo: 00-2018/078209-6 Data do protocolo: 17/05/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 18/05/2018 SOB O NÚMERO 00003195639 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 3258E6D7C97EEFB84EADC5D902B40A100E5A3F64F5013345130D50E417814BF9

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo. Pag. 5/7



contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FORO

Os sócios e a Sociedade poderão constituir procuradores nos limites de seus poderes, vedado porém aos administradores fazer-se substituir no exercício de suas funções.

Fica eleito o foro desta cidade para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

DÉCIMA – PRIMEIRA – CASOS OMISSOS

Os casos omissos no presente contrato serão resolvidos pelo consenso dos sócios, com observância da Lei 10.406 de 2002.

E, por estarem assim justos e contratados lavram este instrumento.

14º OFIC

Rio de Janeiro, 16 DE ABRIL DE 2018.

AURINO BATISTA DE SOUZA FILHO

RAUL CLAUDIO DOS SANTOS OLIVEIRA

JULIA ELLEN DO NASCIMENTO SANTOS

MEL CELINA RODRIGUES BATISTA

89 REGISTRO CIVIL E TABELIONATO DA COMARCA DA CAPITAL - RJ R. Dr. Pereira dos Santos, 25 - 7º andar - Rio de Janeiro - RJ CEP 20210-170 - Tel. (21) 2298-2072 - 2298-1982 - 2298-2074 www.brjcpa.com.br AA7B4B26 093145

Reconheço por semelhança a firma de: RAUL CLAUDIO DOS SANTOS OLIVEIRA
Cod: X000000D30FB
Rio de Janeiro, 03 de maio de 2018. Concluído por: [assinatura]
Em testemunho da verdade [assinatura]
Socorro do Carmo E. Silva - E. Autorizada Totalmente
EDNU-57123 BGI Consulte em <https://www.brjcpa.com.br>

Assentado : 5.41
Tribunados : 2.22
Total : 7.63

Registro Civil e Tabionato
Comarca da Capital - RJ

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: A2A COMERCIO SERVICOS E REPRESENTACOES LTDA EPP

NIRE: 332.0998795-0 Protocolo: 00-2018/078209-6 Data do protocolo: 17/05/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 18/05/2018 SOB O NÚMERO 00003195639 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 3258E6D7C97EEFB84EADC5D902B40A100E5A3F64F5013345130D50E417814BF9

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 6/7





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ

DOCUMENTO BÁSICO DE ENTRADA DO CNPJ

A análise e o deferimento deste documento serão efetuados pelo seguinte órgão:

- Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

CÓDIGO DE ACESSO
RJ.44.69.52.43
- 22.682.915.000.167

01. IDENTIFICAÇÃO

NOME EMPRESARIAL (firma ou denominação)

A2A COMERCIO SERVICOS E REPRESENTACOES LTDA

Nº DE INSCRIÇÃO NO CNPJ
22.682.915/0001-67

02. MOTIVO DO PREENCHIMENTO

RELAÇÃO DOS EVENTOS SOLICITADOS / DATA DO EVENTO

211 Alteração de endereço dentro do mesmo município
202 Alteração da pessoa física responsável perante o CNPJ
Quadro de Sócios e Administradores - QSA

03. DOCUMENTOS APRESENTADOS

☒ FCPJ

☐ QSA

04. IDENTIFICAÇÃO DO PREPOSTO

NOME DO PREPOSTO

CPF DO PREPOSTO

05. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

☒ Responsável

☐ Preposto

NOME

AURINO BATISTA DE SOUZA FILHO

CPF

LOCAL E DATA

RIO DE JANEIRO 16/04/2018

ASSINATURA (com firma reconhecida)

06. RECONHECIMENTO DE FIRMA

IDENTIFICAÇÃO DO CARTÓRIO

07. RECIBO DE ENTREGA

CARIMBO COM DATA E ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO DA
UNIDADE CADASTRADORA

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016

<http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/fcpj/impressao/ImprimePagin...> 16/04/2018

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: A2A COMERCIO SERVICOS E REPRESENTACOES LTDA EPP

NIRE: 332.0998795-0 Protocolo: 00-2018/078209-6 Data do protocolo: 17/05/2018

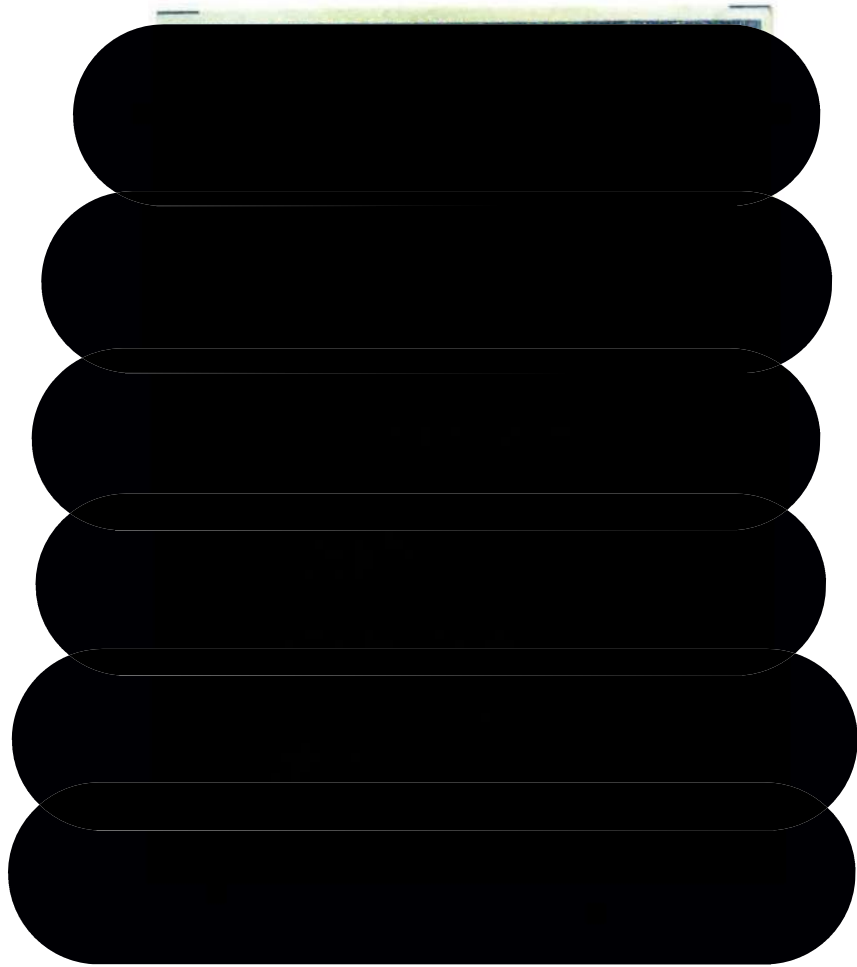
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 18/05/2018 SOB O NÚMERO 00003195639 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 3258E6D7C97EEFB84EADC5D902B40A100E5A3F64F5013345130D50E417814BF9

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 7/7



JUCERJA
validação digitalmente





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 22.682.915/0001-67 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 18/06/2015
NOME EMPRESARIAL A2A COMERCIO SERVICOS E REPRESENTACOES LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) A2A INFORMATICA		PORTE EPP
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 63.99-2-00 - Outras atividades de prestação de serviços de informação não especificadas anteriormente 46.19-2-00 - Representantes comerciais e agentes do comércio de mercadorias em geral não especializado 18.30-0-03 - Reprodução de software em qualquer suporte		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO R DO SENADO	NÚMERO 00311	COMPLEMENTO SAL 1004
CEP 20.231-005	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO RIO DE JANEIRO
UF RJ		
ENDEREÇO ELETRÔNICO UNIMAR488@GMAIL.COM		TELEFONE (21) 2561-4293
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 18/06/2015
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **30/03/2020** às **10:05:37** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**

Sistema Integrado de Cadastro de Contribuintes do ICMS do Estado do Rio de Janeiro

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**CNPJ/CPF**

22.682.915/0001-67

Inscrição Estadual

86.945.894

Data da concessão da inscrição

19/06/2015

Nome empresarial

A2A COMERCIO SERVICOS E REPRESENTACOES LTDA EPP

Título do estabelecimento**Natureza Jurídica**

Sociedade Empresária Limitada

Regime de apuração

Simples nacional

Tipo de unidade do estabelecimento

Unidade Operacional

Endereço do estabelecimento

RUA Do Senado, 00311 SAL 1004

CENTRO - RIO DE JANEIRO RJ 20.231-005

Situação cadastral

Habilitada

Data da situação cadastral

17/12/2019

Atividades econômicas (CNAE)**Principal**

47.51-2/01 - COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA

Secundárias

18.30-0/03 - REPRODUÇÃO DE SOFTWARE EM QUALQUER SUPORTE

46.19-2/00 - REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMÉRCIO DE MERCADORIAS EM GERAL NÃO ESPECIALIZADO

63.99-2/00 - OUTRAS ATIVIDADES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE

Unidade de cadastro

AFR 64.12 - Auditoria-Fiscal Regional da Capital - Sul

Unidade de fiscalização

AFR 64.12 - Auditoria-Fiscal Regional da Capital - Sul

Observação

Contribuinte optante do Simples Nacional desde 01/01/2020. Em regra, documentos fiscais emitidos não geram crédito de ICMS.

Comprovante emitido nos termos da Resolução SEFAZ nº 720/2014, Parte II, Anexo I, em 22/04/2020 10:24:59.

Código de autenticidade: 86945894046312101.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: **ASA COMERCIO SERVICOS E REPRESENTACOES LTDA**
CNPJ: **22.882.915/0001-67**

Reservado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que venham a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1996 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua descon sideração para fins de certificação de regularidade fiscal, ou ainda não vencidos, e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

* Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filias e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 12:45:55 do dia 17/02/2020 <hora e data de Brasília>.

Válida até 15/06/2020

Código de controle da certidão: **6PDC.788D.2706.34C4**

Qualquer rasura ou emenda invalida este documento.

<http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidao/CNDConjuntalInterFimiteCerti...> 17/02/2020

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 22.682.915/0001-67

Razão Social: A2A COMERCIO SERVICOS E REPRESENTACOES LTDA

Endereço: R BATURITE 14 SALA 512 / BONSUCESSO / RIO DE JANEIRO
/ RJ / 21040-310

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 22/03/2020 a 19/07/2020

Certificação Número: 2020032203341741557200

Informação obtida em 17/04/2020 14:33:22

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



www.a2a.inf.br

DECLARAÇÃO RELATIVA A TRABALHO DE MENOR

A empresa A2A COMERCIO SERVIÇO E REPRESENTAÇÕES LTDA, situada a rua do Senado, 311 – centro – Rio de Janeiro – RJ, inscrita no CNPJ nº 22.682.915/0001-67 e inscrição estadual 86945894, vem, por intermédio de seu representante legal Srº Aurino Batista de Souza Filho, [REDACTED]

[REDACTED] DECLARA para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854 de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

RESSALVA () emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Rio de Janeiro, [REDACTED]

Aurino Batista de Souza Filho
[REDACTED]



SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE AQUISIÇÃO
COORDENAÇÃO DE CONTRATOS
PROCESSO: SEI-08/001/007186/2020
EMPRESA: A2A

HABILITAÇÃO JURÍDICA	SIM	NÃO	PRAZO DE VALIDADE
Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhando de documentos de eleição de seus administradores.	X		
Cópia dos documentos dos sócios (PROCURAÇÕES)	X		

DOCUMENTAÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL	SIM	NÃO	PRAZO DE VALIDADE
1 - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ)	X		
2 - Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da instituição ou outra equivalente, na forma da lei. (CARTÃO DE INSCRIÇÃO).	X		
3 - Prova de Regularidade com a Fazenda Federal será efetuada por meio de Certidão de regularidade de Tributos e Contribuições Federais expedida pela Secretaria da Receita Federal / Certidão Negativa da Dívida Ativa da União, emitida pela Procuradoria da Fazenda Nacional, com base na Portaria Conjunta RFB nº 1.751, de 02/10/2014.	X		15/8/2020
4 - Certidão Negativa do Imposto sobre Circulação de Mercadorias, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda. (ICMS)	X		21/7/2020
5 - Certidão da Dívida Ativa para fins de Licitação, expedida pela Procuradoria Geral do Estado.		X	
6 - Certidão Negativa de Imposto sobre Serviços de qualquer natureza, expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda. (ISS)		X	
7 - Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)	X		19/7/2020
8 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)	X		13/10/2020

DOCUMENTAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRO	SIM	NÃO	PRAZO DE VALIDADE
1 - Certidões Negativas de Falências e Concordatas, expedidas pelos Distribuidores da Sede.		X	
OBS: Certidão Negativa de Falência e de Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Os Licitantes sediados em outros municípios, que não a capital, ou outros Estados da Federação deverão apresentar, juntamente com as certidões negativas exigidas, declaração oficial da Comarca de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Offícios de Registros que controlam a distribuição de Falências e Recuperação Judicial. As certidões deverão ter sido expedidas em até 90 (noventa) dias, da data constante, para realização da Licitação.			

DOCUMENTAÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL	SIM	NÃO	PRAZO DE VALIDADE
1 - Declaração da Empresa de que não possui em seu quadro funcional nenhum menor de 18 (dezoito) anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou qualquer trabalho por menor de 16(dezesseis) anos, na forma do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.	X		

OBSERVAÇÕES
PENDÊNCIAS / REGULARIZAÇÃO

Dados Banco Bradesco		X	
SICAF		X	NÃO ESTA CADASTRADA NO SICAF

Documentos recebidos em
Documentos conferidos em

Assinatura



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: A2A COMERCIO SERVICOS E REPRESENTACOES LTDA

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 22.682.915/0001-67

Certidão nº: 9161522/2020

Expedição: 17/04/2020, às 14:38:47

Validade: 13/10/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **A2A COMERCIO SERVICOS E REPRESENTACOES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **22.682.915/0001-67**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL Nº: 04-2020/563547

Código de verificação de autenticidade: 285c7c54ff0192eb152bed4b09de9c62

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS - CND

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE	
CPF / CNPJ: 22.682.915/0001-67	CAD-ICMS: Ativo
NOME / RAZÃO SOCIAL: A2A COMERCIO SERVICOS E REPRESENTACOES LTDA EPP	
<p>CERTIFICAMOS, para os fins de direito, e de acordo com as informações registradas nos Sistemas Corporativos da Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento, que, até a presente data, NÃO CONSTAM DÉBITOS perante a RECEITA ESTADUAL para o requerente acima identificado, ressalvado o direito de a Receita Estadual cobrar e inscrever as dívidas de sua responsabilidade, que vierem a ser apuradas.</p> <p>EMITIDA EM: 22/04/2020 ÀS 10:57:47 VÁLIDA ATÉ: 21/07/2020</p> <p>Certidão emitida com base na Resolução SEFAZ nº 109 de 04/08/2017</p>	
OBSERVAÇÕES	
<p>Esta certidão deve estar acompanhada da Certidão Negativa da Dívida Ativa, emitida pelo órgão próprio da Procuradoria Geral do Estado, nos termos da Resolução Conjunta PGE/SER nº 33/2004.</p> <p>A autenticidade desta certidão pode ser confirmada pela Internet (http://www10.fazenda.rj.gov.br/SATI-FiscoFacil/publico/autenticidadeHashCertidao/consultaAutenticidadeHash.xhtml).</p> <p>A verificação de débitos é efetuada pelo CNPJ do requerente, abrangendo sua regularidade fiscal e de estabelecimentos que porventura possuir com mesma raiz de CNPJ. A razão social, quando indicada, é informação apenas ilustrativa.</p> <p>O campo CAD-ICMS atesta a situação do CNPJ do requerente no Cadastro Estadual de Contribuintes do ICMS: ATIVO - estabelecimento inscrito e ativo; DESATIVADO - estabelecimento inscrito e desativado; NÃO INSCRITO - estabelecimento sem qualquer inscrição. No caso de estabelecimento inscrito no CAD-ICMS, sua identificação deverá ser obtida pelo Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral (www.fazenda.rj.gov.br).</p> <p>A condição de não-inscrito ou desativado não desobriga o requerente de possuir inscrição ativa no Cadastro de Contribuintes do ICMS do Estado do Rio de Janeiro caso exerça atividade relacionada no artigo 20 do Anexo I da Parte II da Resolução SEFAZ nº 720/2014.</p>	



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Solicitação de Certidão de Regularidade Fiscal

PEDIDO Nº45993 DE 22/04/2020

Pedido em andamento

Seu pedido está em processo de análise. Aguarde o prazo estabelecido.

Em caso de pendência ou dúvidas compareça à Procuradoria da Dívida Ativa, Rua do Carmo, 27 Térreo, Centro, Rio Janeiro.

SOLICITANTE

NOME: A2A COMERCIO SERVICOS E REPRESENTACOES LTDA EPP
RG: 063473110 **ÓRGÃO EXPEDIDOR:** DETRAN **DATA EMISSÃO:** 15/12/2017
ENDEREÇO: Rua RUA AUGUSTO COMTE, 61
BRAZ DE PINA - RIO DE JANEIRO - RJ - CEP 21.012-260
TELEFONE: (21)2407-5520 **CELULAR:** (21)9675-7674
E-MAIL: CONTABIL.CARO@GMAIL.COM

CONTRIBUINTE - PESSOA JURÍDICA - SIMPLES NACIONAL

RAZÃO SOCIAL: A2A COMERCIO SERVICOS E REPRESENTACOES LTDA EPP
CNPJ: 22.682.915/0001-67 **INSCRIÇÃO ESTADUAL:** 86.94589.4
ENDEREÇO: Rua RUA DO SENADO, 311
CENTRO - RIO DE JANEIRO - RJ - CEP 20.231-005
TELEFONE: (21)3502-5366 **CELULAR:**
E-MAIL:

MOTIVO: PARA FINS LICITATÓRIOS
OBS:



Subsecretaria Executiva

CONTRATO

CONTRATO NÚMERO 029/2020 QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE, E A EMPRESA A2A COMERCIO SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA, PARA AQUISIÇÃO DE VENTILADORES PULMONARES, PARA REALIZAR ATENDIMENTO DOS PACIENTES SUSPEITOS E DIAGNOSTICADOS COM COVID 19, NA FORMA ABAIXO:

O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pela SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, inscrito no CNPJ sob o nº 42498717/0001-55, com sede situada na Rua México, 128, Centro, Rio de Janeiro/RJ, na qualidade e ora designado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, representado neste ato pelo Subsecretário Executivo de Estado de Saúde, Sr. **GABRIELL CARVALHO NEVES FRANCO DOS SANTOS**, portador da Carteira Identidade RG nº [REDACTED], emitida pelo [REDACTED] e inscrito no CPF sob o nº [REDACTED], ora denominada AUTORIDADE COMPETENTE, e a empresa **A2A COMERCIO SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA**, situada na Rua do Senado nº 311 sala 1004 – Centro, Rio de Janeiro/RJ e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.682.915/0001-67, daqui por diante denominada **FORNECEDOR**, representada neste ato por **AURINO BATISTA DE SOUZA FILHO**, cédula de identidade nº [REDACTED] e inscrito no CPF sob o nº [REDACTED], resolvem celebrar o presente contrato de **AQUISIÇÃO DE VENTILADORES PULMONARES PARA REALIZAR ATENDIMENTO DOS PACIENTES SUSPEITOS E DIAGNOSTICADOS COM COVID 19**, através do **EMERGENCIAL, SEI-080001/007186/2020**, que se regerá pela **Lei nº 13.979/20 art. 4º - Combate Coronavírus**, pelas normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 e alterações, pela Lei Estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1.979, e pelos Decretos nºs 3.149, de 28 de abril de 1980, e 42.301, de 12 de fevereiro de 2010 e, do instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO E DA FORMA DE FORNECIMENTO

O presente CONTRATO tem por objeto a aquisição de **Ventiladores Pulmonares**, visando suprir as necessidades da **SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE DO RIO DE JANEIRO**, de acordo com as condições e especificações expostas na proposta e no Termo de Referência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O fornecimento será de acordo com a Ordem de Fornecimento a ser autorizada pelo Sr. Subsecretário, podendo haver mudança de marca, desde que mantido o padrão e autorizado pelo mesmo.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Poderá incidir multa de até 20% (vinte por cento), caso haja descumprimento de qualquer Ordem de Fornecimento.

[REDACTED]



Subsecretaria Executiva

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	<p>Ventilador Pulmonar</p> <p>O Ventilador Pulmonar deverá ter parâmetros mínimos a seguir:</p> <p>Tela TFT colorida de no mínimo 10,4 polegadas de alta visibilidade</p> <p>Modo de ventilação A / C, IPPV, SIPPV, IMV, SIMV, Em espera, MANUAL SPONT, PEEP</p> <p>Volume Minuto Maior ou igual a 18L</p> <p>Fonte de alimentação de backup Pelo menos 4 horas</p> <p>Volume corrente Faixa ajustável: 50-1500ml, Faixa de exibição: 0-2000ml</p> <p>Frequência respiratória 1-99bpm</p> <p>Proporção inspiratória / expiratória (I: E) 4: 1-1: 4</p> <p>PEEP 0-10cmH2O</p> <p>Taxa SIMV 1-20bpm</p> <p>Gatilho de pressão inspiratória.-10-10cmH2O</p> <p>Platô Inspiratório Ajustável de 0 a 50% do tempo inspiratório</p> <p>Concentração de oxigênio ajustável 45-100% 21-100%</p> <p>Exigência de suprimento de gás 280 ~ 600 kPa de oxigênio para uso médico e suprimento de ar comprimido</p> <p>Limite de pressão 1.0kPa ~ 6.0kPa</p> <p>Deverá possuir todos os componentes para o seu funcionamento. Tensão alimentar bivolt. Garantia 24 meses.</p>	300	R\$ 198.000,00	R\$59.400.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de 06 (seis) meses, contados a partir de ____/____/____, desde que posterior à data da publicação do extrato deste instrumento no D.O., valendo a data de publicação do extrato com termo inicial de vigência, caso posterior à data convencionada nesta cláusula, podendo ser sucessivamente prorrogado, enquanto perdurar o estado de emergência em Saúde Pública, nos termos do artigo 4º-H, da Lei n.º 13.979/20.24.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Constituem obrigações do **CONTRATANTE**:

- a) efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir vinculados ao presente contrato;
- c) exercer a fiscalização do contrato;
- d) receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) entregar os bens, na quantidade, qualidade, local e prazos especificados no Termo de Referência;
- a.1) a entrega deverá ser previamente agendada na Coordenação Geral de Armazenagem.
- b) entregar o objeto do contrato sem qualquer ônus para o **CONTRATANTE**, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como tributos, frete, seguro e descarregamento das mercadorias;
- c) manter em estoque um mínimo de bens necessários à execução do objeto do contrato;
- d) comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
- e) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;
- f) indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à **CONTRATANTE** ou terceiros.
- g) Manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública.
- h) Cumprir toda e qualquer condição/exigência contida no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de **2020**, assim classificadas:

Natureza das Despesas: 4490.52.04

Fonte de Recurso: 225

Programa de Trabalho: 2961.10.302.0461.8341

Nota de Empenho:

PARÁGRAFO ÚNICO: As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO

Dá-se a este contrato valor total de **R\$ 59.400.000,00** (Cinquenta e nove milhões e quatrocentos mil reais).

CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO.

O contrato deverá ser executado de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do cronograma de execução do contrato e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por comissão de fiscalização de contrato composta por 3 (três) membros do **CONTRATANTE**, especialmente designados pela Secretaria de Estado de Saúde, conforme ato de nomeação.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem às relativas ao do pagamento, na seguinte forma:

- a) provisoriamente, após parecer circunstanciado, que deverá ser elaborado pelos representantes mencionados no parágrafo primeiro, no prazo de 96 (noventa e seis) horas após a entrega do bem/produto;
- b) definitivamente, mediante verificação da qualidade e quantidade do material, após decorrido o prazo de 15 (quinze) dias, para observação e vistoria que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.
- c) Prazo de garantia dos equipamentos: no mínimo 12 (doze) meses, após a instalação dos equipamentos nos locais definidos pela SES. Durante este período, a garantia deverá ser prestada, sem quaisquer ônus para a SES.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Salvo se houver exigência a ser cumprida pelo adjudicatário, o processamento da aceitação provisória ou definitiva deverá ficar concluído no prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados da entrada do respectivo requerimento no protocolo da **SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO**, na forma do disposto no parágrafo 3º. do art. 77 do Decreto nº 3.149/1980.

PARÁGRAFO QUARTO: Os bens ou os materiais cujos padrões de qualidade e desempenho estejam em desacordo com a especificação do edital e do Termo de Referência deverão ser recusados pelo responsável pela execução e fiscalização do contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

PARÁGRAFO QUINTO: A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

PARÁGRAFO SEXTO: A instituição e a atuação da fiscalização não exclui ou atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter fiscalização própria.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

PARÁGRAFO ÚNICO: A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA NONA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O **CONTRATANTE** deverá pagar à **CONTRATADA** o valor total de **R\$ 59.400.000,00 (Cinquenta e nove milhões e quatrocentos mil reais)**, a ser realizado conforme cronograma de execução do contrato, sendo o pagamento efetuado na conta corrente nº _____, agência _____, de titularidade da **CONTRATADA**, junto à instituição financeira contratada pelo Estado, podendo haver antecipação de pagamento, mediante autorização e justificativa do Ordenador de Despesa.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: No caso de a **CONTRATADA** estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado ou caso verificada pelo **CONTRATANTE** a impossibilidade de a **CONTRATADA**, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATADA** deverá encaminhar a nota fiscal para pagamento ao Protocolo Geral/SES da **SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**, sito à Rua México, nº 128, Térreo, Centro/RJ, após a entrega de cada parcela.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O pagamento será realizado no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplimento de cada parcela.

PARÁGRAFO QUARTO: Considera-se adimplimento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pelo(s) agente(s) competente(s).

PARÁGRAFO QUINTO: Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer nota fiscal por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva representação.

PARÁGRAFO SEXTO: Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IPCA e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*.

PARÁGRAFO SÉTIMO: O contratado deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS nº 42/2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS nº 85/2010, e caso seu estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá observar a forma prescrita nas alíneas *a, b, c, d e e*, do §1º, do art. 2º, da Resolução SEFAZ nº 971/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA GARANTIA

A **CONTRATADA** deverá apresentar à **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contado da data da assinatura deste instrumento, comprovante de prestação de garantia da ordem de 2% (dois por cento) do valor do contrato, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo § 1º, art. 56 da Lei nº 8.666/93, a ser restituída após sua execução satisfatória. A garantia deverá contemplar a cobertura para os seguintes eventos:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
- b) multas punitivas aplicadas pela fiscalização à contratada;
- c) prejuízos diretos causados à **CONTRATANTE** decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- d) obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 96 (noventa e seis) horas, para que seja mantido o percentual de 2% (dois por cento) do valor do Contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 96 (noventa e seis) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

PARÁGRAFO QUARTO: O levantamento da garantia contratual por parte da CONTRATADA, respeitadas as disposições legais, dependerá de requerimento da interessada, acompanhado do documento de recibo correspondente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas no artigo 4º-I, da Lei nº 13.979/2020, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do **CONTRATANTE**, pela inexecução total ou parcial do disposto na cláusula quarta ou das demais cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 e 80 da Lei n.º 8.666/93, sem que caiba à **CONTRATADA** direito a indenizações de qualquer espécie.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, o Estado poderá: a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente; b) cobrar da contratada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado do objeto contratual não executado e; c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao da multa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

O contratado que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, e terá o seu registro no Cadastro de Fornecedores suspenso pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital, contrato e das demais cominações legais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Ocorrendo qualquer outra infração legal ou contratual, o contratado estará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante, devendo ser aplicada pela autoridade competente, na forma abaixo descrita:

- a) a advertência e a multa, previstas nas alíneas a e b, do PARÁGRAFO PRIMEIRO serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do parágrafo único, do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80;
- b) a suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista na alínea c, do PARÁGRAFO PRIMEIRO, será imposta pelo próprio Secretário de Estado ou pelo Ordenador de Despesa, na forma do parágrafo único, do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80, devendo, neste caso, a decisão ser submetida à apreciação do próprio Secretário de Estado.
- c) a aplicação da sanção prevista na alínea d, do PARÁGRAFO PRIMEIRO, é de competência exclusiva do Secretário de Estado.

PARÁGRAFO QUARTO: A multa administrativa, prevista na alínea b, do PARÁGRAFO PRIMEIRO:

a) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;

b) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;

c) não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;

d) deverá ser graduada conforme a gravidade da infração;

e) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual n.º 3.149/80.

PARÁGRAFO QUINTO: A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista na alínea c, do PARÁGRAFO PRIMEIRO:

a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;

b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

PARÁGRAFO SEXTO: A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea d, do PARÁGRAFO PRIMEIRO, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A reabilitação referida pelo parágrafo sexto poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

PARÁGRAFO OITAVO: O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

PARÁGRAFO NONO: Se o valor das multas previstas na alínea b, do PARÁGRAFO PRIMEIRO, e no parágrafo oitavo, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO DÉCIMO: A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

DÉCIMO SEGUNDO: Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a, b e c, do PARÁGRAFO PRIMEIRO, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO: Os licitantes, adjudicatários e contratantes que forem penalizados com as sanções de suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar e a declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO: As penalidades serão registradas pelo CONTRATANTE no Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO: Após o registro mencionado no parágrafo acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEFAZ o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas c e d do PARÁGRAFO PRIMEIRO, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CONTRATANTE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

PARÁGRAFO ÚNICO: Caso o **CONTRATANTE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor da ação, dos juros de mora de 1 % (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante o **CONTRATANTE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

PARÁGRAFO ÚNICO: É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XV, da Lei nº 8.666/93, pela **CONTRATADA**, sem a prévia autorização judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, no prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta da **CONTRATANTE**, devendo ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia autenticada do contrato, na forma e no prazo determinado por este.

PARÁGRAFO ÚNICO: O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho, fundamento legal do ato e nº do processo administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 05 (cinco) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, 08 de abril de 2020.

GABRIEL CARVALHO NEVES FRANCO DOS SANTOS
SUBSECRETÁRIO EXECUTIVO DE ESTADO DE SAÚDE
CONTRATANTE

[Redacted Signature]

AURINO BATISTA DE SOUZA FILHO
A2A COMERCIO SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA
CONTRATADA

TESTEMUNHA

TESTEMUNHA

À Douta Procuradoria,

Em razão da pandemia de COVID-19 houve a edição de decretos estaduais visando à adequação dos normativos relativos às contratações que se fizeram emergentes como decorrência das necessidades de criação de leitos hospitalares e aquisição de materiais médicos para atendimento à população.

Nesse contexto, a Secretaria de Estado de Saúde, por meio da Subsecretaria Executiva, requisitou a contratação dos materiais, insumos e produtos para atendimento às necessidades aludidas acima. Outrossim, fizemos anexar, para sua pronta análise, planilhas discriminadas dos eventuais vícios e indicadores que mencionaremos a seguir.

Assim sendo, com a deflagração dos procedimentos visando às contratações, observou-se haver indicadores e “red flags”, conforme aludido acima, de eventuais dissonâncias com os normativos regentes da matéria, entre os quais, apenas para pronta referência, citamos o decreto estadual 46.745 de 22 de agosto de 2019.

Entre os indicadores mencionados podemos citar, como exemplo, nos contratos de EPI, o fato de haver empenho, pagamento, assinatura de contrato, mas não haver sido o contrato regularmente publicado. Abaixo segue pequeno recorte demonstrativo do que abordamos aqui.

PROCESSO	OBJETO	UNIDADE	QUANT.	CONTRATO	EMPRESA	VALOR UNIT.	VALOR CONTRATADO	EMPENHADO (R\$)	QNT ENTREGUE	VALOR EFETIVAMENTE PAGO	FONTE DE PAGAMENTO	CONTRATO PUBLICADO	CONTRATO ASSINADO	CONTRATO NADA	COTAÇÕES
SEI-080001/005552/2020	AVENTAL GRAMATURA 25	UNID	900.000	007/2020	CARIOCA MEDICAMENTOS E MATERIAL MEDICO LTDA	R\$ 4,40	R\$ 2.640.000,00	R\$ 2.640.000,00	0	R\$ 9.996,00	100	NÃO	SIM		3 COTAÇÕES
SEI-080001/005552/2020	GORRO HOSPITALAR	UNID	6.000.000	007/2020	CARIOCA MEDICAMENTOS E MATERIAL MEDICO LTDA	R\$ 0,12	R\$ 720.000,00	R\$ 720.000,00	249900	R\$ 9.996,00	100	NÃO	SIM		3 COTAÇÕES
SEI-080001/005552/2020	LUVA TAMANHO G	CX 100	540.000	009/2020	CARIOCA MEDICAMENTOS E MATERIAL MEDICO LTDA	R\$ 27,30	R\$ 14.742.000,00	R\$ 14.742.000,00	34140	R\$ 1.430.456,30	122	NÃO	SIM		3 COTAÇÕES

No caso aqui tratado (EPI) o indicador de eventual vício cingiu-se à falta de regular publicação.

No caso dos procedimentos visando à compra de testes da COVID-19 os indicadores são a falta de ampla pesquisa de preços no mercado não havendo sequer número mínimo de cotações, pagamentos sem a entrega do material adquirido (sem justificativa para a quebra do sinalagma contratual) falta de regular publicação e, inclusive, omissão de assinatura do contratante (Estado).

No que tange aos procedimentos visando à compra de medicamentos observamos, como indicadores, os mesmos problemas mencionados no caso dos procedimentos visando à compra de EPI qual seja, a falta de sua regular publicação.

Já no que se refere aos procedimentos de compra de materiais diversos, tais como oxímetro e seringas os procedimentos restaram apócrifos, à exceção de dois procedimentos que ainda estavam em tratativas. Um desses, apesar de não haver sido assinado gerou a entrega de materiais não havendo comprovação, até a presente data, da efetivação do pagamento em contrapartida.

Em relação aos procedimentos visando à compra de ventiladores e respiradores pulmonares apontamos os seguintes indicadores: Falta de ampla pesquisa de preços não havendo número mínimo de cotações, falta de assinatura contratual do contratante (Estado) além de haver contrato sem regular publicação e encaminhamento de contrato a potencial contratada sem que tenha havido resposta quanto à proposta.

Diante do contexto abordado acima, requeremos sua análise, mediante emissão de parecer jurídico conclusivo, quanto aos seguintes pontos:

- 1) Viabilidade ou não de manutenção das avenças;
- 2) Em caso positivo, quais seriam as possíveis formas de adequação legal?;
- 3) Em caso negativo, quais seriam as possíveis formas de descontinuidade das avenças?;
- 4) No caso dos vícios apontados (“red flags” e indicadores) é possível sua convalidação?
- 5) Em caso positivo, quais as formas de os realizar?
- 6) Há possibilidade de imposição sancionatória por parte do Estado?;
- 7) Em caso positivo, há discricionariedade por parte do gestor na possível aplicação do sancionamento?
- 8) Há necessidade de encaminhamento de peças para órgãos de controle?;



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Executiva

À Subsecretaria Jurídica / SES

Trata-se de processo administrativo para contratação de empresa para aquisição de Ventilador Pulmonar, para atendimento aos pacientes acometidos de COVID-19.

Encaminhamos o presente processo para análise e parecer conclusivo, quanto aos pontos descritos no Doc. SEI 4348140, considerando as seguintes informações:

- Termo de Referência (3993277);
- Pesquisa de Mercado (4014873);
- Documentação de Habilitação Jurídica e Regularidade Fiscal da empresa (4347354, 4347369, 4347384, 4347391);
- Contrato 029/2020 (4347409).

Subsecretaria Executiva

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Maria Ozana Gomes, Superintendente**, em 27/04/2020, às 18:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **4348161** e o código CRC **DFBD5333**.

R. México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Jurídica

À Procuradoria Geral do Estado

Segue o PARECER SES/SJ/AJ/FMF/DT 10/2020 (4421814).

DANIELLE TUFANI ALONSO Procuradora do Estado do Rio de Janeiro Assessora-Chefe da Secretaria de Estado de Saúde ID Funcional nº 42666112	FELIPE DE MELO FONTE Procurador do Estado do Rio de Janeiro Subsecretário Jurídico da Secretaria de Estado de Saúde ID Funcional nº 4334827-0
---	--

Rio de Janeiro, 28 de abril de 2020



Documento assinado eletronicamente por **danielle tufani alonso, Assessora Chefe**, em 30/04/2020, às 16:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **felipe de melo fonte, Procurador**, em 30/04/2020, às 16:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **4421716** e o código CRC **9300C5BE**.

Referência: Processo nº SEI-080001/007186/2020

SEI nº 4421716

Rua México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br

PARECER SES/SJ/AJ/FMF/DT 10/2020
PROCESSO Nº SEI-080001/007186/2020

CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA. ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVÍRUS - COVID-19. AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS. REQUISITOS DOS ARTIGOS 4º, 4º-A, 4º-B, 4º-C, 4º-D, 4º-E, 4º-F E 4º-H, TODOS DA LEI Nº 13.979/20. DECRETOS ESTADUAIS NºS 46.966/20 E 46.991/20. ENUNCIADO Nº 18 E 39 DA PGE-RJ. ARTIGO 22, *CAPUT* E §1º, DA LINDB. ART. 52, *CAPUT*, DA LEI ESTADUAL Nº 5.427/09. CONSIDERAÇÕES.

1. Da consulta

Cuida-se de expediente que chega à Assessoria Jurídica – ASJUR para análise e parecer da minuta de contrato de dispensa de licitação, com base Lei nº 13.979/20, para a aquisição de material hospitalar VENTILADOR PULMONAR COM MONITOR com **100 entregues em 5 dias e 200 em 10 dias em regime de urgência**, no valor total de **R\$ 59.400.000,00 (cinquenta e nove milhões e quatrocentos mil reais)**, visando ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (2019-nCoV) e reconhecida Lei nº 13.979/20 e pelo Decreto Estadual nº 46.966/20.

No presente processo constam os seguintes documentos: a) termo de referência (3993277); b) autorização do ordenador de despesas (3994239); c) proposta da pessoa jurídica A2A informática (4014873); d) declaração do setor técnico atestando que a proposta apresentada atende ao termo de referência (4017448); e) autorização do ordenador de despesas de prosseguimento do procedimento com apenas uma proposta (3994239); f) classificação orçamentária; g) contrato siga (4023852); h) nota de autorização de despesa (4027248) que informa a forma de entrega dos equipamentos; i) nota de empenho (4027312); j) documento e *check list* (4347354), l) certidão negativa de débito trabalhista; m) certidão de débito da secretaria de fazenda estadual; protocolo de pedido de certidão PGE-RJ; n) contrato (4347409); despacho com pedido de parecer à assessoria jurídica (4348140);

É o relatório.

Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Jurídica
Rua México, nº 128 – 5º andar – Centro – Rio de Janeiro / RJ – Brasil – CEP. 20.031-143
Tel: 55 (21) 2333-3702
www.saude.rj.gov.br

2. Do controle interno de legalidade exercido pela Subsecretaria Jurídica

A análise toma por base os elementos constantes neste processo até a presente data. À luz do que dispõem os artigos 132, da Constituição Federal de 1988¹, e 2º, IV, da Lei Complementar nº 15/80², Lei nº 5414/2009³ e Decreto Estadual nº 40.500/2007 cabe-nos prestar consultoria sob o aspecto estritamente jurídico, quanto aos atos formulados pela própria Secretaria de Estado ou pelas entidades da Administração Indireta, sem adentrar em aspectos relativos à conveniência e oportunidade, nem analisar prismas de natureza eminentemente técnico-administrativa.

Assim sendo, a manifestação produzida pela ASJUR, em que pese ser de natureza obrigatória, não é vinculativa para o gestor, que pode dela discordar, devendo, para tanto, **apresentar as razões de fato e de direito que lhe deem sustentação**⁴.

Realizadas tais considerações, passa-se a análise solicitada.

3. Da análise da contratação

O texto constitucional⁵ estatuiu a realização do procedimento licitatório como regra para a compra de bens e contratação de obras e serviços pela Administração Pública, sendo a contratação direta exceção, tratando das hipóteses em que a competição, embora materialmente possível, não é exigida em razão de determinadas peculiaridades fáticas, ou em decorrência de outros princípios que regem a atividade administrativa, em especial o da eficiência.

¹ Art. 132. Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas.

² **Art. 2º** - A Procuradoria Geral do Estado tem autonomia administrativa e financeira, dispondo de dotação orçamentária própria. Suas atribuições são as previstas no art. 176 e parágrafos da Constituição do Estado, competindo-lhe:

(...)

IV - o exercício de funções de consultoria jurídica da administração direta, no plano superior, inclusive no que respeita às decisões das questões interadministrativas, bem como emitir pareceres, normativos ou não, para fixar a interpretação governamental de leis ou atos administrativos;

³ **Art. 2º Às Assessorias Jurídicas das Secretarias de Estado compete:**

I – assessorar os titulares das pastas no controle interno da legalidade dos atos dos órgãos das Secretarias de Estado e dos entes da Administração Indireta;

(...)

VI – examinar e aprovar, previamente, observadas as minutas padronizadas pela Procuradoria-Geral do Estado, as minutas de editais de concurso público, de licitação, de contratos, convênios, ajustes e acordos, inclusive de natureza trabalhista;

VII – opinar, previamente, sobre os atos em que se pretenda reconhecer a inexigibilidade ou decidir pela dispensa de licitação, ressalvados, a critério do administrador, os atos de dispensa em razão do valor.

⁴ PEREIRA JUNIOR, Jessé Torres; DOTI, Marinês Restelatto. Da responsabilidade de agentes públicos e privados nos processos administrativos de licitação e contratação. 1ª ed. São Paulo: NDJ, 2012, pág. 138.

⁵ Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...) XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Deve-se consignar que o fato da lei permitir que determinadas contratações dispensem a realização de prévia licitação, não equivale dizer que prescindam de prévio procedimento administrativo, no qual se assegure a observância aos princípios da legalidade e da isonomia, para a celebração do contrato administrativo.

Dito isto, passa-se à análise do caso concreto.

3.1. Da dispensa de licitação com fundamento na Lei nº 13.979/20 e no Decreto Estadual nº 46.991/20

A licitação dispensável, prevista no artigo, IV, 24 da Lei nº 8.666/93⁶, trata dos casos em que o procedimento é possível, mas não obrigatório em razão de emergência ou calamidade pública. Esse regramento, contudo, é insuficiente e inadequado – especialmente no cenário de crise atual – porque continuar a incidir um modelo de contratação ineficiente.⁷

O presente caso, portanto, enquadra-se nos termos da Lei nº 13.979/20 (alterada pela Medida Provisória nº 926/20), cujo objetivo é estabelecer medidas que poderão ser adotadas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Dentre as diversas medidas, a referida lei determina o seguinte no artigo 4º, *caput* e §1º:

“Art. 4º - É **dispensável a licitação** para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei.

§ 1º - A dispensa de licitação a que se refere o caput deste artigo é **temporária e aplica-se apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.**”⁸ (grifou-se)

Ainda que se trate de situação em que a licitação é dispensável, em respeito à moralidade e à probidade administrativa, faz-se necessária a realização de processo administrativo prévio, bem como que sejam assegurados os princípios da legalidade e moralidade.

Considerando o momento processual em que a presente análise é feita, consigna-se que o exame se debruçará sobre os atos até aqui praticados, com especial atenção aos requisitos listados nos artigos 4º, 4º-A, 4º-B, 4º-C, 4º-D, 4º-E, 4º-F E 4º-H, todos da Lei nº 13.979/20, ou seja: a)

⁶ Art. 24. É dispensável a licitação:
(...)

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

⁷ JUSTEN FILHO, Marçal ... [et al]. *Covid-19 e o direito brasileiro*. Curitiba: Justen, Pereira, Oliveirs & Talamini, 2020, Kindle Version, Location 1.067-3136.

⁸ Em âmbito estadual aplica-se o Decreto nº 46.966/20.

justificativa para a presumida situação de emergência; b) apresentação de termo de referência; c) razões de escolha do contratado; d) estimativa de preço; e) adequação orçamentária.

Entretanto, antes da análise de tais requisitos, é preciso esclarecer que o presente parecer está sendo proferido em momento posterior à contratação, merecendo considerações quanto a isso.

3.1.1. Da análise jurídica posterior à contratação: aplicação do artigo 22, *caput* e §1º, da LINDB

A presente contratação fora celebrada antes da análise jurídica, em franca contrariedade ao que determina do artigo 38, VI e parágrafo único, da Lei nº 8.666/93⁹, aplicável subsidiariamente às contratações submetidas à Lei nº 13.979/20¹⁰. Caso fosse adotada a legalidade estrita, poder-se-ia cogitar a nulidade do presente ajuste, justamente por não cumprir um requisito necessário para a maioria dos procedimentos de contratação.¹¹

Porém, essa não parece ser a melhor posição.

Em que pese a obrigatoriedade do parecer, a ausência do controle preventivo configura mera irregularidade administrativa, que não importa necessariamente a nulidade do ajuste, sendo sanável, desde que não haja dano à atividade administrativa ou ao interesse público.¹²

Mas, ainda que haja vício grave no processo, é possível a convalidação¹³ se se constatar que a invalidação trará mais prejuízos ao interesse público do que a sua manutenção, conforme

⁹ Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:

(...)

VI - pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade;

(...)

Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.

¹⁰ Assim também entende Marçal Justen Filho. (JUSTEN FILHO, Marçal ... [et al]. *Covid-19 e o direito brasileiro*. Curitiba: Justen, Pereira, Oliveirs & Talamini, 2020, Kindle Version, location 713-3136)

¹¹ Nesse sentido: DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito administrativo*. 32. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019, p. 512; e CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de direito administrativo*. 30. ed. atual. De acordo com o Novo CPC e com a Lei nº 13.256, de 04.02.2016. São Paulo: Atlas, 2016. p. 143. Na mesma toada, em voto proferido no julgamento do Processo nº 011.135/20018 do Tribunal de Contas da União - TCU, o Ministro Relator entendeu que **a apresentação posterior do parecer jurídico não é capaz de sanar a irregularidade**. Isso porque, se acrescentada após a realização da contratação, a manifestação da assessoria não poderá servir de suporte à decisão do administrador, de forma que não cumprirá sua finalidade. Veja-se: “*Outra irregularidade que não foi elidida consiste na ausência do pronunciamento do órgão jurídico acerca da minuta do contrato, em contrariedade ao parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93. Como bem asseverou a analista da Secex/PE (fl. 516, vol. 8), a apresentação posterior do parecer jurídico (fls. 503/504, vol. 8) não sana a irregularidade, pois, se não constava anteriormente nos autos do processo licitatório, não poderia ter servido de suporte para a decisão do Administrador, não estando atendido, desse modo, o fim visado pela lei de licitações.*” (Acórdão nº 2004/2007, Plenário, Processo nº 011.135/20018, Relator Min. Benjamin Zymler).

¹² JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. 16. Ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014, p. 689.

¹³ Convalidação é o ato administrativo concreto que visa a conservar o ato inválido e/ou seus efeitos. O ato de convalidação somente será cabível se: (a) tiver como pressuposto objetivo (motivo) a existência de um ato administrativo inválido; (b) for possível produzir validamente na atualidade o ato inválido (porque já o seria na época em que foi editado); (c) houver a possibilidade de retroação (efeitos *ex tunc*). MOTTA, Carlos Pinto Coelho. *A estabilidade do contrato administrativo à luz da segurança jurídica*. In: VALIM, Rafael; OLIVEIRA, José Roberto Pimenta; DAL POZZO, Augusto Neves (Coord.). *Tratado sobre o princípio da segurança jurídica no direito administrativo*. Belo Horizonte: Fórum, 2013. p. 545-586

decisão plenamente motivada, nos termos do art. 52, parágrafo único, III, da Lei estadual nº 5.427/09¹⁴. Afinal, quanto maior a urgência, mais flexíveis devem ser as exigências formais, sob pena de se sobrepor a forma ao fim ou, dito em outros termos, subjugar o valor constitucionalmente tutelado à forma.¹⁵

Tais premissas se encontram em perfeita sintonia com o artigo 22, *caput* e §1º, da Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro – LINDB, que assim dispõe:

Art. 22. Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.

§ 1º Em decisão sobre regularidade de conduta ou validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, serão consideradas as circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente.

Parece razoável, portanto, sustentar que a LINDB provê um argumento **consequencialista** para afastar a exigência referida. Essa situação precisará ser justificada à luz das circunstâncias do caso pelo gestor.¹⁶ Isto foi feito nestes autos, através da justificativa de urgência extrema resultante da pandemia de Covid-19.

Sendo assim, passa-se à análise dos requisitos da contratação.

3.1.2. Da justificativa para a presumida situação de emergência

Para haver contratação direta por dispensa de licitação na Lei 13.979/20, é necessário que a alegada circunstância emergencial¹⁷ fique demonstrada. A fim de facilitar a demonstração, o artigo 4.º-B, estabeleceu que as contratações diretas com fundamento na referida lei presumem-se¹⁸ atendidas as condições de:

I - ocorrência de situação de emergência;

¹⁴ Art. 52. Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.

Parágrafo único. Admite-se convalidação voluntária, em especial, nas seguintes hipóteses:

(...)

III. quando, independentemente do vício apurado, se constatar que a invalidação do ato trará mais prejuízos ao interesse público do que a sua manutenção, conforme decisão plenamente motivada.

¹⁵ MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo; GARCIA, Flávio Amaral. *Desastres naturais e as contratações emergenciais*. RDA – revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, v. 265, p. 149-178, jan./abr. 2014.

¹⁶ VITORELLI, Edilson. *A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro e a ampliação dos parâmetros de controle dos atos administrativos: um novo paradigma*. A&C – Revista de Direito Administrativo & Constitucional, Belo Horizonte, ano 19, n. 78, p. 195-219, out./ dez. 2019.

¹⁷ Segundo Antonio Carlos Cintra do Amaral, um caso é de emergência quando reclama solução imediata, de tal modo que a realização de licitação, com os prazos e formalidades que exige, pode causar prejuízo à empresa (obviamente prejuízo relevante) ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços ou bens, ou, ainda, provocar a paralisação ou prejudicar a regularidade de suas atividades específicas. (AMARAL, Antônio Carlos Cintra apud FIGUEIREDO, Lúcia Valle; FERRAZ, Sérgio. *Dispensa e Inexigibilidade de Licitação*. São Paulo: Malheiros, 1994, p. 49)

¹⁸ A presunção, baseada na verossimilhança, generaliza o que normalmente ocorre em certos casos, estendendo as consequências jurídicas de um fato conhecido a um desconhecido. Daí Brethe de la Gressaye e Laborde-Lacoste (*Introduction Générale à l'Étude du Droit*) dizerem que na presunção considera-se como verdadeiro o que é provável. (GUSMÃO, Paulo Dourado de. *Introdução ao estudo do direito*. 49ª ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2018, p. 25). Além disso, a presunção que se estabelece ao artigo 4.º-B, I, II, III, da Lei 13.979/20, é absoluta, afastando a necessidade de comprovação. (JUSTEN FILHO, Marçal ... [et al]. *Covid-19 e o direito brasileiro*. Curitiba: Justen, Pereira, Oliveira & Talamini, 2020, Kindle Version, location 508-3136.)

- II - necessidade de pronto atendimento da situação de emergência;
- III - existência de risco a segurança de pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares; e
- IV - limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da situação de emergência.

A presunção absoluta, em relação aos três primeiros incisos, é pertinente, pois, segundo levantamento da universidade norte-americana Johns Hopkins para o COVID-19, foram identificados, globalmente, mais de 2 milhões de casos e mais de 45 mil mortes.¹⁹ E, segundo o Relatório de Situação da OMS para o COVID-19 nº 58, de 18.03.2020 (WHO, *Coronavirus disease 2019 (COVID-19) Situation Report – 58*), há avaliação de risco global muito alto.²⁰

Logo, basta tão somente que o gestor justifique concretamente o vínculo de pertinência, direto ou indireto, do objeto da contratação e as condições prováveis indicadas pelo legislador, havendo presunção relativa²¹ do quantitativo descrito no termo de referência nesse caso²².

No caso dos autos houve tal manifestação, no documento SEI 3981727 da Subsecretaria Executiva:

Tendo em vista o crescente aumento de casos relativos ao Coronavirus (COVID 19), com base na Lei nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, artigo 4º, e ainda o Decreto nº 46.966 de 11 de março de 2020, autorizo a abertura para a aquisição de 300 ventiladores pulmonares com monitores, sendo 100 entregues em 5 dias e 200 em 10 dias em regime de urgência..

3.1.3. Apresentação do termo de referência

Segundo a legislação, o termo de referência é o documento que contém os elementos necessários, suficientes e adequadamente precisos para caracterizar o objeto da licitação e que permite a avaliação do custo e a definição dos métodos e do prazo de execução (artigo 6º, IX, Lei nº 8.666/93 e artigo 11, do Decreto Estadual nº 46.642/19).

Diante da situação de emergencial de saúde pública, a Lei nº 13.979/20 permitiu a apresentação de termo de referência simplificado, cujos elementos serão os seguintes: a) declaração do objeto; b) fundamentação simplificada da contratação; c) descrição resumida da

¹⁹ Mais informações em: <https://coronavirus.jhu.edu/map.html>. Acesso em: 22/03/2020.

²⁰ Mais informações em: https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200318-sitrep-58-covid-19.pdf?sfvrsn=20876712_2. Acesso em: 22/03/2020.

²¹ A definição do quantitativo não é, como são as hipóteses dos três incisos anteriores, uma referência externa ao contrato e não-condicionada pela atividade do agente público. Ao contrário, haverá ato decisório do agente estipulando concretamente a dimensão do quantitativo, logo sujeito a controle da ocorrência de dolo. (JUSTEN FILHO, Marçal ... [et al]. *Covid-19 e o direito brasileiro*. Curitiba: Justen, Pereira, Oliveira & Talamini, 2020, Kindle Version, Location 1.067-3136)

²² Decreto Estadual nº 46.966/20: Art. 2º - Nas dispensas de licitação decorrentes do disposto neste Decreto, além das presunções estabelecidas no art. 4º-B e 4º-E da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, presumir-se-á justificado o quantitativo descrito no Termo de Referência.

solução apresentada; d) requisitos da contratação; e) critérios de medição e pagamento; f) estimativas dos preços obtido; e g) adequação orçamentária.²³

Além disso, caso o bem ou serviço que se queira contratar se caracterize como comum²⁴, o artigo 4º-C, da Lei 13.979/20²⁵, dispensa a apresentação de estudo preliminar. Em paralelo, de acordo com o artigo 4º-D, da Lei 13.979/20²⁶, o gerenciamento de riscos somente será exigido na gestão do contrato.

No caso dos autos, após a justificativa trazida aos autos para a contratação pretendida, foi elaborado o termo de referência pelo setor requisitante que abrange a aquisição de 300 respiradores pulmonares.

Contudo, acerca da elaboração do referido, é oportuno que seja explicitado o motivo pelo qual o termo não tem assinatura de técnico com expertise pertinente ao objeto a ser contrato, haja vista a notória especificidade técnica do objeto e destaque no enfrentamento aos agravamentos do Covid-19.

3.1.4. Razões de escolha do contratado

Para as hipóteses de contratação direta de bens e serviços, também deve ser apresentada justificativa fundamentada da escolha do fornecedor ou executante, a qual, conforme orientação do TCU²⁷, sempre que possível, deverá ser feita com base em elementos que demonstrem que: a) o fornecedor possui capacidade técnica compatível com a complexidade e o porte do objeto a ser

²³ Art. 4º-E Nas contratações para aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência que trata esta Lei, será admitida a apresentação de termo de referência simplificado ou de projeto básico simplificado.

§ 1º O termo de referência simplificado ou o projeto básico simplificado a que se refere o **caput** conterá

I - declaração do objeto;

II - fundamentação simplificada da contratação;

III - descrição resumida da solução apresentada;

IV - requisitos da contratação;

V - critérios de medição e pagamento;

VI - estimativas dos preços obtidos por meio de, no mínimo, um dos seguintes parâmetros:

a) Portal de Compras do Governo Federal;

b) pesquisa publicada em mídia especializada;

c) sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo;

d) contratações similares de outros entes públicos; ou

e) pesquisa realizada com os potenciais fornecedores; e

VII - adequação orçamentária.

²⁴ Consideram-se bens e serviços comuns, por definição legal, “aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado” (art. 1.º, parágrafo único, da Lei 10.520/2002). Com efeito, na lição doutrinária de Marçal Justen Filho, “bem ou serviço comum é aquele que se encontra disponível a qualquer tempo num mercado próprio e cujas características padronizadas são aptas a satisfazer as necessidades da Administração Pública”. JUSTEN FILHO, Marçal. *Pregão: comentários à legislação do pregão comum e eletrônico*. 5. ed. São Paulo: Dialética, 2009. p. 37.

²⁵ Art. 4º-C Para as contratações de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência de que trata esta Lei, não será exigida a elaboração de estudos preliminares quando se tratar de bens e serviços comuns.

²⁶ Art. 4º-D O Gerenciamento de Riscos da contratação somente será exigível durante a gestão do contrato.

²⁷ Decisão 627/1999, Plenário.

contratado²⁸ e atende aos requisitos relacionados a habilitação jurídica e a qualificação econômico-financeira²⁹; b) encontra-se em situação de regularidade com a Seguridade Social.

Excepcionalmente, no caso de haver restrição de fornecedores ou prestadores de serviço – que se estende à hipótese de prazo de entrega de material³⁰ –, o artigo 4º-F, da Lei nº 13.979/20³¹, dispensa a apresentação de um ou mais requisitos de habilitação, ressalvados os relativos à Seguridade Social e ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do *caput* do artigo 7º da Constituição, cuja obrigatoriedade permanece.

No que concerne à documentação de habilitação da contratada, não cabe à ASJUR e sim aos fiscais do contrato e à Coordenação de Contratos observarem se a empresa contratada possui as condições as condições de habilitação e qualificação exigidas quando da celebração do instrumento, devendo-se atentar, inclusive, quanto ao prazo de validade das certidões apresentadas.

Não há, contudo, juntada da documentação técnica apontada no item 5 do termo de referência, fato que deve ser abordado pelo ordenador de despesas e setor técnico, haja vista que a dispensa de documentos de habilitação somente é possível no caso de restrição de fornecedores, nos artigo 4º-F, da Lei nº 13.979/20.

²⁸ **Enunciado n.º 39 - PGE: Qualificação técnica do licitante**

1. As exigências de qualificação técnica têm por objetivo verificar, pela análise de sua experiência pretérita, se o licitante possui condições técnicas para executar a contento o objeto do certame, evitando que o Poder Público contrate com pessoas desqualificadas.

2. Tais exigências: (i) devem ser formuladas à luz do disposto no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, limitando-se àquelas que sejam indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações contratuais, em conformidade com os parâmetros estabelecidos pelo art. 30 da Lei n. 8.666/93; (ii) devem ser compatíveis com a complexidade do objeto licitado; (iii) exigem prévia motivação técnica quanto à sua necessidade, suficiência e pertinência dos parâmetros fixados, para não restringir a competitividade e assegurar a plena concorrência entre os participantes.

3. A qualificação técnica inclui tanto a capacidade técnico-operacional, que é relacionada à sociedade empresária, quanto a capacidade técnico-profissional, concernente a sua equipe técnica e/ou responsável técnico.

4. Um único atestado técnico é suficiente para a demonstração da experiência anterior do licitante em relação à execução do objeto licitado, sendo possível o somatório de atestados de períodos concomitantes para comprovar a sua capacidade técnica.

5. A capacidade técnico-operacional não deve ser aferida mediante o estabelecimento de percentuais mínimos que estejam acima de 50% em relação aos quantitativos dos itens de maior relevância.

6. A comprovação do desempenho anterior do profissional envolvido na contratação se dá por meio de atestado de capacidade técnica, na forma do art. 30, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/93.

7. A identificação e a especificação das atribuições a serem desempenhadas pela equipe técnica e/ou pelo profissional responsável pelo objeto da contratação devem estar previstas no edital e no contrato, em especial em se tratando de serviço técnico profissional especializado, ficando a contratada obrigada a garantir que os referidos integrantes executem pessoal e diretamente o objeto do contrato.

²⁹ **Enunciado n.º 18-PGE:** Além dos requisitos previstos no art. 26, parágrafo único da Lei nº 8.666/93, nas situações de contratação direta e indispensável: a) a manifestação das Assessorias Jurídicas, não exigível nas hipóteses do art. 24, incisos I e II; e b) o atendimento dos requisitos de habilitação pelas empresas contratadas.

³⁰ Decreto Estadual nº 46.966/20: Art. 3º - A restrição de fornecedores ou prestadores de serviço referida no art. 4º-F da Lei Federal nº 13.970, de 6 de fevereiro de 2020, também se estende ao prazo de entrega de material.

³¹ Art. 4º-F Na hipótese de haver restrição de fornecedores ou prestadores de serviço, a autoridade competente, excepcionalmente e mediante justificativa, poderá dispensar a apresentação de documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista ou, ainda, o cumprimento de um ou mais requisitos de habilitação, ressalvados a exigência de apresentação de prova de regularidade relativa à Seguridade Social e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do *caput* do art. 7º da Constituição.

3.1.5. Estimativa de preços

Para os casos de dispensa de licitação é necessário, ainda, que haja justificativa de preço devidamente formalizada no respectivo procedimento, comprovando a adequação dos custos e conformidade dos valores praticados ao de mercado, evitando contratações desastrosas, não vantajosas ou inadequadas. A Administração tem o dever de buscar, sempre, a maior vantagem para o interesse público.³²

No entanto, tratando-se de um período de excepcionalidade, diferentemente do Decreto nº 46.642/19³³ e do enunciado nº 02 do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – TCE/RJ³⁴, o art. 4º-E, §1º, VI, da Lei nº 13.979/20 estabelece a possibilidade de a estimativa dos preços se dar por meio de, no mínimo, uma das seguintes fontes:

- a) Portal de Compras do Governo Federal;
- b) pesquisa publicada em mídia especializada;
- c) sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo;
- d) contratações similares de outros entes públicos; ou
- e) pesquisa realizada com os potenciais fornecedores;

A despeito da possibilidade, é dever do gestor, sempre que possível, obter 3 (três) fontes de referência, nos termos do artigo 1º, §2º, do Decreto Estadual nº 46.966/20³⁵. Caso a estimativa indique que os preços superam as oscilações ocasionadas pela variação de preços, não haverá impedimento à contratação, mas demandará justificativa do gestor.³⁶ **E, ao particular, o ônus de comprovar, ainda que posteriormente (visto que, nesse momento excepcional, o atendimento à população não pode ser obstado), que os preços ofertados à Administração são compatíveis com os praticados no mercado³⁷, vedando-se a majoração sem justa causa³⁸.**

³² JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. 16. Ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014, p. 288.

³³ Apesar de o Decreto nº 46.684/19 ter suspenso a aplicação do Decreto nº 46.642/19, que regula a fase preparatória das licitações públicas estaduais, na presente manifestação adotar-se-á as disposições do Decreto suspenso, de modo a orientar o gestor no trâmite licitatório.

³⁴ Enunciado nº 2 do TCE: As pesquisas de mercado realizadas previamente às contratações no âmbito da Administração Pública não devem se limitar a cotações obtidas junto a potenciais fornecedores, devendo obedecer aos critérios de amplitude e diversificação, de maneira a possibilitar o acesso a fontes de pesquisa variadas e a obtenção das melhores condições de preço, respeitadas as limitações decorrentes da especificidade do objeto contratual.

³⁵ Art. 1º (...) §2º - A estimativa de preços de que trata o art. 4º-E, §1º, inciso VI, da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, deverá ser obtida, sempre que possível, mediante 3 (três) fontes de referência.

³⁶ Art. 4º-E, §3º, da Lei nº 13.979/20.

³⁷ Item 6.3 da Nota Técnica nº 01, de 27 de março de 2020, do TCE-RJ.

³⁸ **Lei Estadual nº 8.769/2020: Art. 1º** Fica vedada a majoração, sem justa causa, do preço de produtos ou serviços, durante o período em que estiver em vigor o Plano de Contingência do Novo Coronavírus da Secretaria de Estado de Saúde.

§ 1º Para os fins da definição de majoração de preços de que trata o caput deste artigo deverão ser considerados os preços praticados em 01 de março de 2020.

§ 2º A proibição de que trata o caput deste artigo se aplica aos fornecedores de bens e serviços nos termos do artigo 3º do Código de Defesa do Consumidor.

Mesmo se tratando de um período de emergência, exige-se a estimativa de preços. Em última hipótese, desde que haja justificativa, será dispensada a citada estimativa de preços.³⁹

Na situação em análise, houve autorização para prosseguimento do procedimento com uma única proposta (4017801). Cumpre observar que a proposta enviado pela empresa A2A informática e o autorizo para tramitação com apenas uma proposta são do dia 31 de março.

Tal situação chama a atenção já que **não é possível localizar remessa de e-mails (ou qualquer outro registro formal) com pedido de cotação para quaisquer outros fornecedores, para que seja atestada a compatibilidade do preço com o mercado.**

O fato deve ser aclarado, mesmo porque existem outros dois procedimentos de compra com objetos que, salvo opinião técnica em contrário, são semelhantes ou idênticos. São eles os processos SEI-080001/007407/2020 e SEI-080001/005899/2020, de forma que não transparece o motivo pelo qual não foram cruzadas as referências de valores em cada procedimento para formação de preço estimado e compatível com o mercado.

Também não se consultaram outras fontes de pesquisa, como bancos de preços públicos, a exemplo do SIGA e do ComprasNet. Assim, faz-se necessária complementação ou apresentação de justificativa no caso em análise para que seja explicitado o motivo da autorização, tendo em vista que o decreto n.º 46.991/20 estipula que *sempre que possível devem ser usadas três fontes de referência expostos nos art. 4-E, VI.*

Em síntese: embora não se possa afirmar *a priori* que os preços praticados sejam abusivos, o que extrapolaria o âmbito de atribuição da Subsecretaria Jurídica, o referido procedimento traz dúvida razoável sobre a aptidão das referidas empresas em contribuir adequadamente para a formação do preço de mercado do bem contratado, **sendo certo que o volume e valor dos contratos, a natureza dos bens envolvidos, bem como a atual circunstância de escassez de recursos, recomendariam a realização de um procedimento mais cuidadoso.**

O vício acerca da justificativa do preço não está presente apenas nesse processo emergencial, mas em muitos outros, tendo levado o i. Procurador Geral do Estado ([4237971](#)), após acolhimento da Promoção Conjunta BBS/CCF/MFC/PE n° 01/2020 ([4238621](#)), a recomendar:

c) Em relação às **estimativas de preços**, recomenda-se:

c.1) primeiramente, a **revisão de todos os processos de contratação direta da Covid-19, com o fim de realizar, naqueles em que ela não tiver se verificado, efetiva estimativa de preços com base no artigo 4º-E, §1º, inciso VI, da Lei Federal nº 13.979/2020 e no artigo 1º, § 2º, do**

³⁹ Art. 4º-E, 2º, da Lei nº 13.979/20.

Decreto n. 49.991/2020, ou, em caso de impossibilidade, a apresentação justificativa circunstanciada de sua dispensa;

c.2) realizada a estimativa de preços e **constatada a celebração de contrato por valores superiores ao estimado, deve o gestor verificar se a diferença decorre de oscilações ocasionadas pela variação de preços**, hipótese em que, mediante circunstanciada justificativa da vantajosidade da manutenção, **poderá ser convalidada a contratação**, nos termos do artigo 4º-E, §3º, da Lei Federal nº 13.979/2020 e do artigo 52 da Lei estadual 5.427/09;

c.3) na hipótese de **constatação de sobrepreço**, ressalvada a hipótese de manutenção da contratação referida no item 'c.2' acima, deve o gestor adotar todas as providências para o ressarcimento dos valores em excesso já despendidos, inclusive mediante **glosa/retenção cautelar de pagamentos vincendos ou pendentes, ou, em caso de prévio exaurimento do contrato, suscitar o ajuizamento de medida judicial à Procuradoria Geral do Estado para o ressarcimento**. Nos contratos de execução diferida, deve o gestor avaliar a vantajosidade de se manter a contratação, sobretudo à luz do princípio da continuidade dos serviços públicos. Caso pretenda manter a avença, deverá questionar ao particular contratado se ele concorda com a readequação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato ao preço obtido na estimativa de preços, devendo abarcar, inclusive, o ressarcimento de valores em excesso já recebidos. Em caso positivo, poderá ser celebrado termo aditivo para convalidação do contrato, consoante artigo 52 da Lei estadual 5.427/09. Caso o gestor não considere vantajosa a manutenção do contrato ou o particular não concorde com a readequação do preço, deve o gestor instaurar processo administrativo em contraditório para fins de decretação de nulidade da contratação.⁴⁰

Por essa razão, salvo a existência de justificativa, deve ser realizada nova estimativa, nos termos do item c.1 do despacho do i. Procurador Geral do Estado. A partir disso, caso sejam constatadas oscilações pela variação de preços, deve-se justificar nos termos do item c.2. Por outro lado, caso haja sobrepreço e o ajuste tenha sido convalidado, deve o gestor adotar todas as providências para o ressarcimento dos valores em excesso já despendidos, conforme o item c.3.

3.1.6. Da adequação orçamentária

De acordo com o artigo 4º-E, §1º, VI, da Lei nº 13.979/20⁴¹, as despesas decorrentes da contratação que se pretende efetivar devem ser precedidas da competente adequação orçamentária. Inclusive, deve ter adequação no exercício vindouro, se for o caso, sendo vedada a realização sem o prévio empenho, o que foi providenciado (3873745).

4. Da análise da minuta

O instrumento contratual é documento obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos

⁴⁰ Processo - [SEI-140001/008049/2020](#)

⁴¹ Art. 14 (..)

§ 1º O termo de referência simplificado ou o projeto básico simplificado a que se refere o **caput** conterá (...)

VII - adequação orçamentária.

limites daquelas duas modalidades de licitação. Nos demais casos é facultada à administração sua substituição por outros instrumentos hábeis, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço⁴².

Nesse sentido, o termo de referência (3844597) estipula a necessidade de aquisição de 400 ventiladores pulmonares e aluguel de outros 300. No entanto, a minuta somente se refere à aquisição, de forma que parte do objeto do termo de referência, o aluguel de 300 ventiladores, presente na classificação orçamentária (3855288) e no valor do contrato apresentado, permanece sem a juntada de instrumento contratual.

Nesse sentido fica importante a correção do objeto e adequação do valor do contrato.

As cláusulas dos contratos nº 014/2020 (3864470), obedece parcialmente às prescrições legais vigentes e orientações da PGE. Por esta razão, sugerem-se algumas alterações, por meio de termo aditivo:

- Recomenda-se a substituição da **cláusula segunda** nos seguintes termos da minuta-padrão da PGE:

“CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

O contrato terá prazo de duração de (até seis meses), contados a partir de dd/mm/aaaa, e poderá ser prorrogado por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública.

PARÁGRAFO ÚNICO – Caso cesse a situação de emergência de saúde pública durante a vigência deste contrato, é facultado à CONTRATANTE resilir unilateralmente o contrato.”

- Nota-se na **cláusula décima** da minuta que houve a redução da garantia para o percentual de 2% sem qualquer justificativa antecedente. No entanto, a nota explicativa nº 12 e 12-A da minuta-padrão de compras elaborada pela d. Procuradoria do Estado do Rio de Janeiro – PGE/RJ⁴³, que vincula e orienta a presente Assessoria, nos termos do Decreto nº 40.500/07⁴⁴, estabelece a

⁴² Art. 62, da Lei nº 8.666/93.

⁴³ 12) A garantia **poderá ser dispensada**, e a cláusula suprimida, a critério e com justificativa específica da Autoridade Competente (art. 56, *caput* da Lei nº 8.666/93).

12.1) **Poderá ser adotado percentual de até 5%** (cinco por cento), na forma do art. 56, §2º da Lei nº 8.666/93, a critério e com justificativa específica da autoridade competente.

⁴⁴ **Art. 1º** - Art. 1º - O Sistema Jurídico do Estado do Rio de Janeiro, sob coordenação da Procuradoria Geral do Estado, é integrado pelos seguintes órgãos:

I - ÓRGÃO CENTRAL: Procuradoria Geral do Estado

II - ÓRGÃOS LOCAIS: Assessorias Jurídicas dos órgãos integrantes da Administração Direta

III - ÓRGÃOS SETORIAIS: Assessorias Jurídicas das entidades integrantes da Administração Indireta

Art. 3º - Compete à Procuradoria Geral do Estado, no exercício do controle e supervisão dos órgãos setoriais do Sistema Jurídico Estadual:

(...)

III - elaborar minutas padronizadas de editais de licitação e de contratos, convênios, ajustes e acordos, inclusive os de natureza trabalhista;

Art. 4º - Compete aos órgãos locais e setoriais do Sistema Jurídico Estadual:

necessidade de justificativa da autoridade competente na dispensa ou adoção da garantia. Esta pendência deve ser sanada.

- Deve-se substituir a **cláusula décima primeira** para que preveja a possibilidade de acréscimo ou supressão em até 50% do valor inicial atualizado do contrato, nos termos da minuta-padrão da d. PGE:

“O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

Nota Explicativa: Se, diante do caso concreto, o gestor decidir pela aplicação do previsto no art. 4º-I, da Lei no. 13.979/2020, deve-se incluir o seguinte dispositivo:

PARÁGRAFO ÚNICO: A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões ao objeto contratado, em até cinquenta por cento do valor inicial atualizado do contrato.”

- A redação da **cláusula décima terceira** deve ser adequada à minuta padrão da PGE-RJ, recentemente alterada pelo Of.PGE/PG15/CCAPSJ SEI Nº09;
- Insira-se a cláusula décima sétima da minuta padrão da PGE:

“CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.”

- Altere-se a redação da **cláusula décima sétima**, que versa sobre a publicação, para a seguinte redação:

DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato os seus dados serão imediatamente disponibilizados em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome da CONTRATADA, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição, devendo ser encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia autenticada do contrato, na forma e no prazo determinado por este.

- Sejam juntados os anexos que não puderam ser analisados pela ausência;

5. Das medidas juridicamente possíveis para os vícios no procedimento e eventuais inadimplências do contratado

A Subsecretaria Executiva encaminhou os autos para, além da análise da viabilidade jurídica da contratação, esclarecer aos seguintes pontos: 1) Viabilidade ou não de manutenção das

I - observar a orientação técnico-jurídica fixada pela Procuradoria Geral do Estado, cumprindo a todas as suas determinações e recomendações;

avenças; 2) Em caso positivo, quais seriam as possíveis formas de adequação legal?; 3) Em caso negativo, quais seriam as possíveis formas de descontinuidade das avenças?; 4) No caso dos vícios apontados (“red flags” e indicadores) é possível sua convalidação?; 5) Em caso positivo, quais as formas de os realizar? 6) Há possibilidade de imposição sancionatória por parte do Estado?; 7) Em caso positivo, há discricionariedade por parte do gestor na possível aplicação do sancionamento? 8) Há necessidade de encaminhamento de peças para órgãos de controle?

5.1. Da validade, vigência e eficácia dos contratos firmados

O contrato é válido a partir do momento que foi assinado pelas partes em conformidade com a ordem jurídica. É vigente a partir do momento em que pode começar a produzir efeitos. É eficaz desde que produza os seus efeitos.⁴⁵ Com base em tais premissas, o art. 26, *caput*, da Lei 8.666/93⁴⁶ estabelece que a eficácia dos contratos fica condicionada à publicação do ato de dispensa ou inexigibilidade na imprensa oficial, no prazo de cinco dias contados de sua ratificação pela autoridade superior.

Ocorre que não pode ser aplicado o art. 26 da Lei nº 8.666/1993 às contratações regidas pela Lei Federal nº 13.979/2020. E não pode, porque os §2º do artigo 4º, da Lei 13.979/2020⁴⁷, diferentemente da Lei nº 8.666/93, não condicionou a eficácia do ato à prévia publicação. Manteve, assim, a linha lógica e coerente de suas disposições: celeridade, definição do essencial e pontos de controle. O controle social continuará tendo na publicidade um dos instrumentos necessários à efetividade.⁴⁸

Por esse motivo, a vigência e a eficácia do contrato administrativo começam a partir do momento em que se tornou válido, ou seja, da sua assinatura, desde que não haja fixação de maneira diversa no instrumento. E a publicidade, nesse caso, serve apenas para o efetivo controle social, não sendo condição suspensiva como é na Lei 8.666/93.

Eventual ausência de assinatura de uma das partes do contrato e/ou publicação, não descaracterizam a validade do ajuste, bastando que se corrijam tais nos termos do art. 52, *caput*

⁴⁵ NIEBUHR, Joel de Menezes. *Licitação pública e contrato administrativo*. 4. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2015. 1183 p.

⁴⁶ Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

⁴⁷ Art. 4º (...) § 2º Todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro nesta Lei serão imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição.

⁴⁸ FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby; FERNANDES, Murilo Jacoby; TEIXEIRA, Paulo Roberto; TORRES, Ronny Charles Lopes de. *Direito Provisório e A Emergência do Coronavírus*. Belo Horizonte: Fórum, 2020, p. 67.

da Lei 5.427/09⁴⁹, isto é, assinando o contrato e publicando-o imediatamente na forma §2º do artigo 4º, da Lei 13.979/2020.

5.2. Da (ausência de) discricionariedade na aplicação das sanções e na dosimetria das sanções

A Administração Pública e o contratado devem cumprir à risca as suas obrigações, o que é fundamental para a eficiência do contrato. Nesse sentido, o inciso III do art. 58 da Lei nº 8.666/93⁵⁰ outorga à Administração a prerrogativa de fiscalizar a execução dos contratos. A rigor jurídico, não se trata de mera prerrogativa, como se fosse uma espécie de faculdade. A Administração tem o **poder-dever** de fiscalizar a execução dos contratos.⁵¹ Caso constatada a inadimplência do contratado após a fiscalização, exsurge a o poder-dever de a Administração aplicar as sanções pertinentes ao caso concreto, mediante contraditório prévio, com fundamento nos artigos 58, inciso IV, e 87 da Lei nº 8.666/93.⁵²

Portanto, apesar das divergências, não há que se falar em existência de discricionariedade em imposição de sanção administrativa⁵³, entretanto, há discricionariedade do administrador na dosimetria da pena, ou seja, em definir o quão grave será a conduta do contratado.⁵⁴

⁴⁹ **Art. 52.** Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.

⁵⁰ Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de:

(...)

III - fiscalizar-lhes a execução;

⁵¹ NIEBUHR, Joel de Menezes. *Licitação Pública e Contrato Administrativo: Coleção Fórum Menezes Niebuhr*. Belo Horizonte: Fórum, 2015, p. 892.

⁵² Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de:

IV - **aplicar sanções** motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes **sanções**:

I - advertência;

II - **multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato**;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

⁵³ A primeira posição entende que a Administração possui discricionariedade para imposição de sanções aos contratados, não havendo que se falar em tipicidade dos ilícitos contratuais (CRETELLA JÚNIOR, José. Das licitações públicas. 18. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009, p. 386 e 399). A segunda posição entende que é da natureza das penalidades administrativas, entre as quais inclui as contratuais, “o *abrandamento do rigor na tipificação da conduta que gera o juízo de reprovação*”, logo a Administração dispõe de espaço discricionário para dosar a penalidade apropriada, desde que cumprido o devido processo legal (PEREIRA JÚNIOR, Jessé Torres. Comentários à Lei das Licitações e Contratações da Administração Pública. 5. ed. Renovar: Rio de Janeiro, 2002, p. 788). A terceira posição frisa pela total ausência de discricionariedade administrativa para imposição de penalidades aos contratados e exige que a tipificação de infrações contratuais seja feita mediante lei (JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 7. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2011, p. 882). A quarta posição é no sentido que as sanções administrativas podem ser aplicadas por “*infringência de norma da Administração estabelecida em lei (em sentido geral, compreendendo também o regulamento, os cadernos de encargos etc.) ou no próprio contrato*”, de maneira que, embora resguarde-se a discricionariedade administrativa, exige-se a tipicidade como requisito para a imposição da sanção. (MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2000, p. 229).

⁵⁴ GUTIERREZ, Raul Ciampolini. *Discricionariedade na aplicação de sanção administrativa*. Revista Brasileira de Estudos da Função Pública – RBEFP, Belo Horizonte, ano 5, n. 13, p. 7594, jan./abr. 2016.

Tal liberdade de valoração não é plena, pois deve obedecer ao prévio e efetivo contraditório, à proporcionalidade na aplicação das sanções⁵⁵ e a dosimetria estabelecida §2º do art. 22, da LINDB.⁵⁶ Nesse último caso, a boa-fé do contratado funciona como um redutor parcial da discricionariedade.⁵⁷

5.3. Da manutenção ou extinção dos ajustes

A regra é que as avenças continuem até o seu fim, afinal o contrato administrativo visa ao interesse público. Ainda que haja vício, a primeira alternativa é tentar saná-los. Apenas se houver descumprimento grave a ponto de colocar em risco os direitos fundamentais e as necessidades administrativas é que deve ser rescindido o ajuste⁵⁸, nos termos do art. 77 e 78 da Lei 8.666/93.⁵⁹ Essa avaliação, frise-se, cabe ao gestor.

Por outro lado, a par da inexecução contratual, admite-se a extinção do ajuste por meio de rescisão amigável⁶⁰ (tecnicamente conhecida como resilição ou distrato⁶¹), que: (i) não é cabível quando configurada outra hipótese que daria ensejo à rescisão; (ii) somente pode ocorrer quando for conveniente para a Administração; e (iii) não pode, jamais, resultar em prejuízo para

⁵⁵ Logo, para **pequenas infrações** que não tenham causado qualquer dano, a Administração deve aplicar a pena de advertência; para a eventualidade de reincidência no cometimento de pequenas infrações, e para as hipóteses de **infrações mais graves**, mas que não justifiquem a rescisão do contrato, a pena indicada é a **multa**. Quando houver violação de cláusula do contrato que justifique sua rescisão, deve ser aplicada a **pena de suspensão temporária**. Em hipótese de fraude praticada pelo contratado, deve ser aplicada a pena mais rigorosa, a **declaração de inidoneidade**. Observa-se que a aplicação das duas últimas penas – suspensão temporária e declaração de inidoneidade – **podem ser acumuladas com a aplicação de multa**, nos termos do §2º do art. 87, Lei 8.666/93. FURTADO, Lucas Rocha. *Curso de licitações e contratos administrativos*. 6. ed. rev. atual. e ampl. – Belo Horizonte: Fórum, 2015. Pág. 519

⁵⁶ Art. 22. (...)

§ 2º. Na aplicação de sanções, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a administração pública, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes do agente. (grifou-se)

⁵⁷ A boa-fé do cidadão perante o direito e a administração pública é capaz de lhe gerar benefícios igualmente em matéria sancionatória. Em outras palavras, o particular que comete infração do direito administrativo (por exemplo, infração administrativa sanitária, ambiental, concorrencial etc.) poderá se beneficiar de uma redução da sanção caso tenha agido de boa-fé, ou seja, caso a violação por ele operada tenha ocorrido sem o intuito de cometer a infração no caso concreto. Note-se, contudo, que essa hipótese não representa um caso de redução integral da discricionariedade administrativa, senão mera redução parcial. MARRARA, Thiago. A boa-fé do administrado e do administrador como fator limitativo da discricionariedade administrativa. – RDA – Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, v. 259, p. 207247, jan./abr. 2012

⁵⁸ A rescisão, por outro lado, tem cabimento quando o fim do contrato decorre de **descumprimento ou inadimplemento contratual**. Segundo o i. jurista Flávio Amaral Garcia, a rescisão ocorre quando há o inadimplemento de uma das partes, sendo certo que somente a Administração pode rescindir o contrato unilateralmente. GARCIA, Flávio Amaral. *Licitações e Contratos Administrativos - Casos Polêmicos*. 4ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2016, p. 383.

⁵⁹ Essa possibilidade legal, entretanto, deve ser encarada com a máxima cautela, porquanto não está dando “carta branca” ao administrador público para rescindir qualquer acordo que não esteja sendo executado nas condições preestabelecidas, derivando, isto sim, de uma avaliação séria, cuja conclusão desemboque na certeza do risco ao interesse público. BITTENCOUR, Sidney. *Licitação Passo a Passo: Comentando Todos Os Artigos da Lei Nº 8.666/93 Totalmente Atualizada*. Belo Horizonte: Fórum, 2016, p. 634.

⁶⁰ Esta hipótese tem previsão expressa no art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

⁶¹ A resilição, distrato ou rescisão amigável é o desfazimento do contrato por simples manifestação de vontade, ou seja, “ocorre quando as partes simplesmente não mais desejam prosseguir no contrato”. FALCÃO, Joaquim; GUERRA, Sérgio; ALMEIDA, Rafael; VIANNA, Rodrigo. *Direito administrativo contratual*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 150. v. 2.

o contratante.⁶²⁻⁶³ A fixação de tais requisitos serve como limitação da discricionariedade administrativa para a extinção da relação contratual, razão pela qual deve ser observada.

Em ambas hipóteses, deve-se cumprir o art. 79, §1º, da Lei 8.666/93.⁶⁴

6. Conclusão

Em face do exposto, na forma do artigo 2º, incisos I e VI, da Lei Estadual nº 5.414/2009, opina-se nos seguintes termos:

1. Seja justificada a assinatura do termo de referência por outro que não profissional com pertinência de expertise com o objeto a ser contratado;
2. Conforme item 3.1.3 da presente manifestação, deve ser realizada nova pesquisa para estimativa de preços, termos do item c.1 do despacho do i. Procurador Geral do Estado. A partir disso, caso se constate oscilações, deve-se justificar nos termos do item c.2. Por outro lado, caso haja sobrepreço e o ajuste tenha sido convalidado, deve o gestor adotar todas as providências para o ressarcimento dos valores em excesso já despendidos, conforme o item c.3.
3. Promova-se as alterações nos contratos, por meio de termo aditivo, nos termos do item 4 do presente parecer;
4. Seja alterada a fundamentação da dispensa de licitação registrada na nota de empenho para o dispositivo legal da lei n.º 13.979/2020, IV;
5. Atenda-se o artigo 4º, §§1º e 2º, da Lei nº 13.979/20, que determina a temporariedade da dispensa de licitação enquanto perdurar a emergência de saúde pública e o dever de publicar no sítio oficial específicos os dados fixados;
6. Remetam-se os autos à Procuradoria-Geral do Estado, em cumprimento ao artigo 4º, inciso IV da Lei Estadual nº 5.414/2009, ao artigo 4º, inciso V, §3º, do

⁶² TCU. Processo TC no 008.937/2016-8. Acórdão no 2.612/2016 – Plenário. Relator: ministro Benjamin Zymler.

⁶³ Este entendimento, aliás, é corroborado pela Nota 1 constante na minuta-padrão de distrato editada pela Procuradoria Geral do Estado (PGE), a qual salienta que "*o instrumento em questão só pode ser firmado se todas as obrigações da contratada tiverem sido, até então, plenamente executadas.*"

⁶⁴ Art. 79 (...) § 1º A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

Decreto Estadual nº 40.500/07⁶⁵ e à Orientação Administrativa nº 04⁶⁶, para a análise do possível impacto da presente contratação.

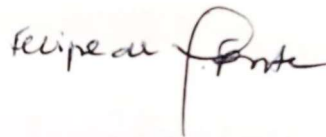
7. Encaminhe-se o presente processo administrativo para a Controladoria Geral do Estado, para ciência;
8. Após, remetam-se as informações ao Ministério Público Estadual e ao Tribunal de Contas Estadual.

É o parecer.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2020.



DANIELLE TUFANI ALONSO
Procuradora do Estado do Rio de Janeiro
Assessora-Chefe da Secretaria de Estado de
Saúde
ID Funcional nº 42666112



FELIPE DE MELO FONTE
Procurador do Estado do Rio de Janeiro
Subsecretário Jurídico da Secretaria de
Estado de Saúde
ID Funcional nº 4334827-0

⁶⁵ Art. 4º - Compete aos órgãos locais e setoriais do Sistema Jurídico Estadual:

(...)

V - analisar, previamente, e, em seguida, devidamente instruído com parecer conclusivo, submeter à Procuradoria Geral do Estado os procedimentos que tenham por objeto:

(...)

h) matéria de grande importância, impacto ou possibilidade de repercussão geral para a Administração Pública;

(...)

§ 3º - Para fins da alínea h do inciso V, será considerada "matéria de grande importância, impacto ou possibilidade de repercussão geral para a Administração Pública", necessariamente e sem prejuízo de outros, todo processo, ato, contrato ou demais acordos, inclusive seus respectivos termos aditivos, que impliquem criação ou execução de despesa, inclusive por renúncia de receitas, com impacto financeiro-orçamentário igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), ainda que meramente estimados e de implemento parcelado.

⁶⁶ Orientação Administrativa PGE nº 04

I. Devem ser objeto de prévio exame jurídico, com Parecer conclusivo do Órgão Jurídico Local ou Setorial, as matérias que possam ter impacto sobre o Regime de Recuperação Fiscal do Estado, previsto na Lei Complementar nº 159 (tais como as vedações constantes do artigo 8º da citada lei), submetendo-se sempre tal parecer ao Procurador do Estado titular da Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado a que esteja vinculado.

II. Presume-se a repercussão geral para a Administração Pública estadual, para fins de incidência do disposto no artigo 4º, inciso IV, da Lei Estadual nº 5.414/2009, e consequente sujeição obrigatória à aprovação do Procurador-Geral do Estado, dos pareceres exarados sobre as matérias que possam ter impacto no Regime de Recuperação Fiscal do Estado, exceto aquelas que já tenham sido objeto de análise pela Procuradoria-Geral do Estado.

Publicado: DO I, de 08/08/18 Pág. 23



Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro

Chefia de Gabinete

Proc. nº SEI-080001/007186/2020
de Janeiro, 04 de maio de 2020.

Rio

APROVO, com acréscimos, o Parecer SES/SJ/AJ/FMF/DT 10/2020, elaborado em conjunto pelo il. Subsecretário Jurídico da Secretaria de Estado de Saúde - SES e Procurador do Estado **FELIPE DE MELO FONTE** e pela Assessora Jurídica Chefe da SES e Procuradora do Estado **DANIELLE TUFANI ALONSO**, pelo qual se analisou a juridicidade do contrato administrativo nº 029/2020 celebrado com a empresa A2A COMÉRCIO, SERVIÇOS E REPRESENTAÇÃO LTDA, que tem por objeto a aquisição de 300 ventiladores pulmonares, de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência.

A contratação em tela se deu mediante procedimento de dispensa de licitação, embasada na hipótese emergencial introduzida em nosso ordenamento jurídico pela Lei nº 13.979/2020 e pelo Decreto estadual nº 46.991/2020, para combate à pandemia de escala mundial decorrente do coronavírus.

Os subscritores identificaram irregularidades na referida contratação direta que demandam imediato saneamento administrativo, a seguir resumidas:

i) ausência de submissão do feito à prévia apreciação pelo órgão de consultoria e assessoramento jurídico, como determina o art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, falha essa, entretanto, suprida pelo parecer;

ii) ausência de assinatura do técnico que elaborou o termo de referência simplificado;

iii) os requisitos de habilitação técnica previstos no item 5 do termo de referência não estão presentes nos autos, razão pela qual deverão ser providenciados ou, na sua impossibilidade, deverá constar dos autos justificativa bastante, observado o art. 4º-F, da Lei nº 13.979/2020;

iv) necessidade de nova da estimativa de preços, em complemento à já realizada, com consulta a pelo menos três fontes de referência, se possível, como determinado no art. 1º, § 2º, do Decreto n. 49.991/2020;

v) necessidade de adequação dos instrumentos de contrato às minutas-padrão e orientações da Procuradoria Geral do Estado, mediante termo aditivo, em especial, bem como a apresentação de justificativa para a redução da garantia contratual;

vi) necessidade de observância ao disposto no artigo 4º, §§1º e 2º, da Lei nº 13.979/20, que determina a temporariedade da dispensa de licitação enquanto perdurar a emergência de saúde pública e o dever de publicar no sítio oficial específicos os dados fixados

Os pareceristas destacam, com propriedade, que são aplicáveis ao presente caso, *mutatis mutandis*, as conclusões lançadas na Promoção Conjunta BBS/CCF/MFC/PE nº 01/2020 (SEI-

140001/008049/2020), integralmente acolhidas em visto de aprovação do Exmo. Procurador-Geral, assim formuladas:

" a) No que se refere à publicidade das contratações, sugere-se o encaminhamento à SES de recomendação de levantamento das restrições de acesso a todos os processos de licitações e contratos, físicos ou eletrônicos, ressalvadas as restrições justificadas expressamente na Lei de Acesso à Informação. Sugere-se, igualmente, recomendar-se à SES a dar pleno cumprimento ao artigo Art. 4º, § 2, da Lei n. 13.979/2020, fazendo publicar as informações referidas no dispositivo em sítio oficial específico da própria Secretaria ou, pelo menos, nas bases de consulta pública do Portal SIGA, imediatamente após a celebração das contratações diretas emergenciais.

b) No tocante à atuação da Subsecretaria e a Assessoria Jurídica da SES em referidos processo, sugerimos o encaminhamento de recomendação à referida Secretaria de adoção de providências que garantam a fiel observância dos dispositivos da Lei estadual n. 5.414/2009, em especial, a obrigatoriedade de submissão prévia ao órgão jurídico dos processos de licitação e contratação direta da Pasta, com a ressalva de que, na hipótese de comprovada impossibilidade, referidos autos devem ser encaminhados na primeira oportunidade.

c) Em relação às estimativas de preços - de certo o mais relevante dos pontos abordados nesta promoção - sugerimos seja recomendado à SES:

c.1) primeiramente, a revisão de todos os processos de contratação direta da Covid-19, com o fim de realizar, naqueles em que ela não tiver se verificado, efetiva estimativa de preços com base no art. 4º-E, §1º, inciso VI, da Lei Federal nº 13.979/2020 e no art. 1º, § 2º, do Decreto n. 49.991/2020, ou, em caso de impossibilidade, a apresentação de justificativa circunstanciada de sua dispensa.

c.2) realizada a estimativa de preços e constatada a celebração de contrato por valores superiores ao estimado, deve o gestor verificar se a diferença decorre de oscilações ocasionadas pela variação de preços, hipótese em que, mediante circunstanciada justificativa da vantajosidade da manutenção, poderá ser convalidada a contratação, nos termos do art. 4º-E, §3º, da Lei Federal nº 13.979/2020 e do art. 52 da Lei estadual 5.427/09.

c.3) na hipótese de constatação de sobrepreço, ressalvada a hipótese de manutenção da contratação referida no item 'c.2' acima, deve o gestor adotar todas as providências para o ressarcimento dos valores em excesso já despendidos, inclusive mediante glosa/retenção cautelar de pagamentos vincendos ou pendentes, ou, em caso de prévio exaurimento do contrato, suscitar o ajuizamento de medida judicial à Procuradoria Geral do Estado para o ressarcimento. Nos contratos de execução diferida, deve o gestor avaliar a vantajosidade de se manter a contratação, sobretudo à luz do princípio da continuidade dos serviços públicos. Caso pretenda manter a avença, deverá questionar ao particular contratado se ele concorda com a readequação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato ao preço obtido na estimativa de preços, devendo abarcar, inclusive, o ressarcimento de valores em excesso já recebidos. Em caso positivo, poderá ser celebrado termo aditivo para convalidação do contrato, consoante art. 52 da Lei estadual 5.427/09. Caso o gestor não considere vantajosa a manutenção do contrato ou o particular não concorde com a readequação do preço, deve o gestor instaurar processo administrativo em contraditório para fins de decretação de nulidade da contratação.

Em acréscimo ao judicioso parecer, deve-se destacar, na presente análise, a circunstância de que a contratação examinada foi objeto de veiculação na mídia^[1] quando se destacou um potencial sobrepeço no valor dos ventiladores adquiridos pela SES. Referida notícia gerou o encaminhamento de ofício do Núcleo de Defesa da Probidade da PGE à Controladoria Geral do Estado para que tomasse ciência dos fatos e adotasse as medidas que julgasse pertinentes dentro de suas atribuições.

A corroborar com a matéria jornalística, verifica-se que, em outro processo análogo ao presente (SEI 080001/007407/2020), tem-se que empresa diversa (MHS Produtos e Serviços) - sobre a qual também paira denúncia de irregularidades - ofertou à SES um preço levemente inferior para um produto

aparentemente com as mesmas especificações técnicas.

Tal constatação, embora possa ainda não constituir prova de sobrepreços ou de práticas anticompetitivas, por certo recomenda a diligência da nova verificação de preços de mercado recomendada e, igualmente, a apuração de eventuais ilícitos administrativos nas contratações de insumos referidas no parecer.

Nesse contexto, chama atenção, conforme manifestado no parecer da Subsecretaria Jurídica da SES, que **não houve o cruzamento de dados**, com diferentes cotações, **entre os diversos processos instaurados para a aquisição do mesmo insumo**. O que se tem, aparentemente, é a abertura de processos simultâneos sendo cada qual instruído com apenas **uma cotação** a justificar a contratação daquele fornecedor em específico.

Por essa razão, quanto à justificativa de preço, **a SES deverá avaliar todos os processos relativos à aquisição de ventiladores pulmonares abertos na unidade, e, em se tratando do mesmo equipamento, aquilatar e comparar a cotação de preços encaminhada por cada fornecedor a fim de avaliar a cotação média do produto, sem prejuízo de valer-se de outras possibilidades mencionadas no art. 4º-E, §1º, VI, da Lei nº 13.979/20.**

Além do mais, o fato noticiado na mídia realça a importância de se verificar o **cumprimento dos requisitos de habilitação** da contratada, em especial a sua qualificação técnica, uma vez que o objeto social da empresa é a comercialização de produtos de informática, e não o fornecimento de equipamentos para a área de saúde.

Ainda sobre os requisitos de habilitação, tem-se que, para além da ausência de justificativa sobre a sua dispensa, em manifesta contrariedade ao disposto no art. 4º-F, da Lei n.º 13.979/20, **não foi anexada a prova de regularidade relativa à Seguridade Social e o cumprimento do disposto no [inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição](#), que são exigíveis mesmo nesta hipótese.**

Repita-se, contudo, que diante da existência de outros fornecedores aptos a fornecer o produto (ventilador pulmonar), conforme se verifica nas outras contratações efetuadas pela SES, tem-se que a presente hipótese não parece se amoldar no permissivo do art. 4º-F da Lei n.º 13.979/20, devendo ser exigidos os requisitos de habilitação previstos na Lei n.º 8.666/93, salvo mediante robusta justificativa do administrador competente.

Por fim, anota-se que, para além das alterações sugeridas pela ASJUR/SES, **o contrato sequer foi assinado pela autoridade competente e nem publicado em Diário Oficial**, irregularidades que devem ser igualmente sanadas.

Diante das potenciais irregularidades apontadas, faz-se imperiosa a instauração de processo administrativo específico no âmbito do Núcleo de Defesa da Probidade para que, em conjunto e paralelamente às investigações conduzidas pelos órgãos de controle interno (CGE) ou externo (TCE), seja examinada potencial prática de atos de improbidade administrativa nas contratações emergenciais relacionadas ao combate na pandemia do novo coronavírus.

Encaminhamos, então, o presente feito à consideração superior, reiterando nossa concordância com as conclusões do parecer ora analisado e **requerendo, ainda, autorização para instauração de processo administrativo no Núcleo de Contencioso Estratégico e Defesa da Probidade desta PG-15**, com base no art. 2º, inciso IX, da Resolução PGE nº 4.319/2019.

À d. PG-02, em prosseguimento.

BRUNO BOQUIMPANI SILVA

PROCURADOR-ASSISTENTE – PG-15

COORDENADORIA, CONSULTORIA E ADVOCACIA PREVENTIVA DO SISTEMA JURÍDICO

[1] <https://blogdoberta.com/2020/04/06/rj-compra-respiradores-dobro-preco-empresa-informatica/>

Rio de Janeiro, 04 maio de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Boquimpani Silva, Procurador**, em 04/05/2020, às 18:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **4451483** e o código CRC **6442F68D**.

.....
{Digite aqui a nota de rodapé}

Referência: Processo nº SEI-080001/007186/2020

SEI nº 4451483

R. do Carmo, 27, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20011-020
Telefone: (21) 2332-9291 - <https://www.pge.rj.gov.br/>



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO

Processo Administrativo nº SEI-080001/007186/2020

Visto. Aprovo o Parecer Conjunto nº 10/2020-SES/SJ/AJ/FMF/DT, da lavra dos Procuradores do Estado **FELIPE DE MELO FONTE**, atualmente ocupando o cargo de Subsecretário Jurídico da Secretaria de Estado de Saúde – SES e **DANIELLE TUFANI ALONSO**, atualmente ocupando o cargo de Assessora Jurídica Chefe da SES, com os **acréscimos** formulados no Visto do Procurador Assistente da Coordenadoria, Consultoria e Advocacia Preventiva do Sistema Jurídico (PG-15) **BRUNO BOQUIMPANI SILVA**, que analisaram juridicidade do contrato administrativo nº 029/2020 celebrado com a empresa **A2A COMÉRCIO, SERVIÇOS E REPRESENTAÇÃO LTDA.**, para a aquisição de material hospitalar **VENTILADOR PULMONAR COM MONITOR** sendo 100 entregues em 5 dias e 200 em 10 dias em regime de urgência (total de 300 ventiladores), no valor global de R\$ 59.400.000,00 (cinquenta e nove milhões e quatrocentos mil reais), visando ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

Os opinamentos concluíram pela viabilidade jurídica da contratação pretendida por dispensa de licitação, com fundamento no artigo 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/1993, louvados na situação emergencial introduzida pela Lei nº 13.979/2020 (alterada pela Medida Provisória nº 926/20) e pelo Decreto estadual nº 46.991/2020.

Devem ser **atendidas todas as recomendações** formuladas no Parecer, a seguir transcritas em razão de sua importância:

- (i) *Seja justificada a assinatura do termo de referência por outro que não profissional com pertinência de expertise com o objeto a ser contratado;*
- (ii) *Conforme item 3.1.3 da presente manifestação, deve ser realizada nova pesquisa para estimativa de preços, termos do item c.1 do despacho do i. Procurador Geral do Estado. A partir disso, caso se constate oscilações, deve-se justificar nos termos do item c.2. Por outro lado, caso haja sobrepreço e o ajuste tenha sido convalidado, deve o gestor adotar todas as providências para o ressarcimento dos valores em excesso já despendidos, conforme o item c.3.*

Rua do Carmo, 27 – 13º andar
Centro – Rio de Janeiro – RJ CEP: 20.011-020
Tel: (21)2332-9274 / 2332-9278 – www.pge.rj.gov.br



- (iii) *Promova-se as alterações nos contratos, por meio de termo aditivo, nos termos do item 4 do presente parecer;*
- (iv) *Seja alterada a fundamentação da dispensa de licitação registrada na nota de empenho para o dispositivo legal da lei n.º 13.979/2020, IV;*
- (v) *Atenda-se o artigo 4º, §§1º e 2º, da Lei nº 13.979/20, que determina a temporariedade da dispensa de licitação enquanto perdurar a emergência de saúde pública e o dever de publicar no sítio oficial específicos os dados fixados;*

As relevantíssimas recomendações adicionais formuladas no Visto devem ser, igualmente, atendidas.

No mais, **autorizo** a instauração de processo administrativo no Núcleo de Contencioso Estratégico e Defesa da Probidade da PG-15, com fundamento no art. 2º, inciso IX, da Resolução PGE nº 4.319/2019.

À Secretaria de Estado de Saúde, em prosseguimento.

Rio de Janeiro, 05 de maio de 2020.

REINALDO FREDERICO AFONSO SILVEIRA
SUBPROCURADOR-GERAL DO ESTADO



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Subsecretaria Jurídica

À Subsecretaria Executiva

Remetem-se os autos para ciência e providências elencadas no Parecer Conjunto nº 10/2020-SES/SJ/AJ/FMF/DT, com os acréscimos formulados no Visto do Procurador Assistente da Coordenadoria, Consultoria e Advocacia Preventiva do Sistema Jurídico (PG-15) BRUNO BOQUIMPANI SILVA, que analisaram juridicidade do contrato administrativo nº 029/2020.

Rio de Janeiro, 06 de maio de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Renan Chagas Reis, Assessor Jurídico**, em 06/05/2020, às 14:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **4505138** e o código CRC **CECA7DCD**.

Referência: Processo nº SEI-080001/007186/2020

SEI nº 4505138

Rua México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br

NOTIFICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO – RESCISÃO UNILATERAL DE PROCESSO

Contrato Nº 029/2020

O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pela **SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, inscrito no CNPJ sob o nº 42.498.717/0001-55, com sede situada na Rua México, 128, Centro, Rio de Janeiro/RJ, na qualidade e ora designado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, representado neste ato pelo Subsecretário Executivo IRAN PIRES AGUIAR, portador da Carteira Identidade RG nº 11259217, emitida pelo DIC/RJ e inscrito no CPF sob o nº 052.858.467-73, ora denominado **AUTORIDADE COMPETENTE**, através do presente, vem RESCINDIR UNILATERALMENTE O CONTRATO nº 029/2020, de 04 de abril de 2020 firmado com a empresa **A2A COMERCIO SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA**, com sede à Rua do Senado, nº 311 – sala 1004, Centro, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob nº 22.682.915/0001-67, neste ato representada por AURINO BATISTA DE SOUZA FILHO, pelos motivos a seguir expostos:

Considerando o descumprimento da cláusula primeira do contrato que se refere ao objeto e à forma de fornecimento.

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir unilateralmente o Contrato nº 029/2020 de 04 de abril de 2020 celebrado com a empresa A2A COMERCIO SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA, com sede à Rua do Senado, nº 311 – sala 1004, Centro, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob nº 22.682.915/0001-67, neste ato representada por AURINO BATISTA DE SOUZA FILHO, em razão do descumprimento das condições previstas no contrato em questão.

Art. 2º. No tocante às verbas recebidas, será concedido prazo de 10 (dez) dias para ressarcimento aos cofres públicos, a contar do recebimento desta notificação extrajudicial, tendo a empresa A2A COMERCIO SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA a realização de recolhimento através de GRE'S que estão emitidas, e disponíveis nesta Subsecretaria Executiva / SES.



O não recolhimento implicará em encaminhamento de processo Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro (PGE-RJ), para medidas judiciais cabíveis.

Art. 3º. No tocante às sanções a serem aplicadas em virtude da rescisão contratual, sem prejuízo da apuração das perdas e danos a serem feitas em momento posterior, será concedido prazo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento da notificação extrajudicial, para que, querendo, manifeste-se acerca das mesmas, nos moldes estabelecidos no art. 78, parágrafo único, da Lei nº 8666/93

Art. 4º. Notifico e dou ciência à empresa A2A COMERCIO SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA também através de Aviso de Recebimento (AR).

Este procedimento tem como base legal os artigos 77, 78, incisos I c/c 79, inciso I da Lei Federal no. 8.666/93, bem como a cláusula décima segunda, do Contrato nº 029/2020, de 04 de abril de 2020, pela não entrega do objeto contratado.

O Presente Termo de Rescisão será publicado no Diário Oficial do Rio de Janeiro.



IRAN AGUIAR
Subsecretário Executivo
ID funcional: 5098188-9


Zimbra

vinicius.paiva@saude.rj.gov.br

NOTIFICAÇÃO DE RESCISÃO UNILATERAL DE PROCESSO - INEXECUÇÃO CONTRATUAL - PROCESSO SEI-080001/007186/2020_A2A COMERCIO SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA

De : vinicius paiva <vinicius.paiva@saude.rj.gov.br>

qua, 06 de mai de 2020 19:47

Assunto : NOTIFICAÇÃO DE RESCISÃO UNILATERAL DE PROCESSO - INEXECUÇÃO CONTRATUAL - PROCESSO SEI-080001/007186/2020_A2A COMERCIO SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA 1 anexo**Para :** comercial@a2a.info.br**Cc :** ozana.gomes <ozana.gomes@saude.rj.gov.br>, Iran Pires Aguiar <iran.aguiar@saude.rj.gov.br>

Prezados, boa noite!

Segue em anexo, **NOTIFICAÇÃO DE RESCISÃO UNILATERAL DE PROCESSO**, tendo em vista, a **INEXECUÇÃO** contratual, referente ao **CONTRATO Nº 029/2020**.

Qualquer dúvida, estou à disposição.

**Notificação Rescisao Unilateral_A2A.pdf**

1 MB

ECT - EMP. BRAS. CORREIOS E TELEGRAFOS
00424689 - AGF ALMIRANTE BARROSO
AV. ALMIRANTE BARROSO, 139 - L.J. B - CENTRO
RIO DE JANEIRO - RJ - 20031-972
CNPJ: 27907567000100 - IE: 77586040
DATA: 07/05/2020 HORARIO: 14:30
OPERADOR: 014 - LUIZA
ATENDIMENTO NUMERO: 0006 ***** 2, VIA *****
SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE - SES - SUBSECRETA
RIA EXECUTIVA
CEP: 20031-142
CONTRATO: 9912449506 ADM: 0018309984
FATURADO ECT
CNPJ: 42.490.717/0001-55
COMPROVANTE DO CLIENTE
B0223237615BR - CARTA COM FATURAR SEL0/SE
DEST: A2A COMERCIO SERVICOS E REPRESENTACOES LTD
A
CEP: 20231-005-RIO DE JANEIRO-RJ
PESO (g): 30 PRECO: 15,55
ADIC: AR R\$6,35
VALOR DECLARADO NAO SOLICITADO. NO CASO DE OBJET
O COM VALOR, FACA SEGURO, DECLARANDO O VALOR DO
OBJETO
ANOTACOES:

TOTAL:	1	15,55
--------	---	-------

VALOR A PAGAR	15,55
VALOR RECEBIDO	15,55
TROCO	0,00

AUTORIZAMOS O LANCAMENTO DO VALOR DAS POSTAGENS
DOS OBJETOS ACIMA DISCRIMINADOS EM NOSSA CONTA
PARA PAGAMENTO NO VENCIMENTO DE ACORDO COM O CON
TRATO 9912449506.
O PRECO FINAL PODERA SER ALTERADO EM FUNCAO DA Q
UANTIDADE, AGRUPAMENTO OU PARTICULARIDADES FINAI
S DE CONTRATO.

RIO DE JANEIRO, 07 DE MAIO DE 2020
SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE - SES - SUBSECRETA



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Executiva

À Subsecretaria Geral/SES

Instrumento: Termo de Rescisão Unilateral ao Contrato nº 029/2020.

Partes: Secretaria de Estado de Saúde e a A2A COMERCIO SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA.

Objeto: Aquisição de Ventiladores Pulmonares, visando a suprir as necessidades da Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro.

Processo nº: SEI-080001/007186/2020.

Data da assinatura do Termo: 06/05/2020.

Rio de Janeiro, 08 de maio de 2020

IRAN AGUIAR
Subsecretário Executivo
ID funcional: 5098188-9



Documento assinado eletronicamente por **Iran Pires Aguiar, Subsecretário**, em 08/05/2020, às 14:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **4557199** e o código CRC **98C95DD8**.

Referência: Processo nº SEI-080001/007186/2020

SEI nº 4557199

R. México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Geral

Ao Setor de Preparo e Publicação Oficial/SES,

Em prosseguimento, após autorização desta Subsecretaria para publicação do Termo de Rescisão Unilateral ao Contrato nº 029/2020, conforme despacho (4557199).

Rio de Janeiro, 08 de maio de 2020.

Roberto Pozzan
Subsecretário Geral
ID 2579845-6

Rio de Janeiro, 08 de maio de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Pozzan, Subsecretário**, em 08/05/2020, às 14:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **4560159** e o código CRC **D1F4DE91**.

Referência: Processo nº SEI-080001/007186/2020

SEI nº 4560159

Rua México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Jurídica

Ilma. Sra. Chefe da PG15 - Coordenadoria do Sistema Jurídico

Tendo em vista a rescisão do contrato que consta no documento 4557936, solicito sejam adotadas as providências judiciais para reaver os valores pagos em adiantamento, no montante de R\$ R\$ 9.900.000,00.

Atenciosamente,

DANIELLE TUFANI ALONSO
Chefe da Assessoria Jurídica - SES

Rio de Janeiro, 11 de maio de 2020



Documento assinado eletronicamente por **danielle tufani alonso, Assessora Chefe**, em 11/05/2020, às 11:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **4583171** e o código CRC **28E1A6D6**.

Referência: Processo nº SEI-080001/007186/2020

SEI nº 4583171

Rua México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br



Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro

Chefia de Gabinete

Coordenadoria, Consultoria e Advocacia Preventiva do Sistema Jurídico

Ao Núcleo da Probidade e ações estratégicas.

Rio de Janeiro, 11 maio de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Claudia Cosentino Ferreira, Procuradora**, em 11/05/2020, às 14:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **4589970** e o código CRC **EC017B68**.

.....
{Digite aqui a nota de rodapé}

Referência: Processo nº SEI-080001/007186/2020

SEI nº 4589970

R. do Carmo, 27, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20011-020
Telefone: (21) 2332-9291 - <https://www.pge.rj.gov.br/>

Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

IMPrensa Oficial DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Termo Aditivo nº 01 ao Contrato nº 06/2019.
FUNDAMENTO: Art. 71, da Lei Federal nº 13.303/16.
PARTE: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro e a NP CA-PACIFICAÇÕES E SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA.
OBJETO: Constitui objeto do presente instrumento: A prorrogação do prazo de vigência, por mais 12 (doze) meses, do Contrato IO nº 06/2019 relativo à prestação de serviços de Software da plataforma de informação do banco de preços de licitações a nível Brasil, com fundamento no art. 71 da Lei Federal nº 13.303/2016 e no Parágrafo Primeiro da Cláusula Segunda do Contrato, e renúncia expressa de reajuste conforme a Carta de Proposta acostada à fl. 129 do processo administrativo IO E-12/079/0173/2019.
NATUREZA DA DESPESA: 00100,3104,037.
PROGRAMA DE TRABALHO: 2151,22,122,0002,2016.
PRazo: 15/03/2020 a 15/03/2021.
DATA ASSINATURA: 15/03/2020.
PROCESSO: IOERJ Nº E-12/079/0173/2019.

Id: Z250978

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Primeiro Termo Aditivo de alteração das condições de pagamento e redução quantitativa do valor do Contrato nº 018/2019.
PARTE: Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - JUCERJIA e Veent Empreendimentos Empresariais Ltda.
OBJETO: Alteração temporária das condições de pagamento do Contrato nº 018/2019, relativo à prestação de serviços de Apoio Logístico e Infraestrutura, com a disponibilização de mão de obra especializada, materiais e equipamentos.
VALOR: Durante o período da pandemia do COVID-19, declarada pela OMS-Organização Mundial de Saúde, em 11 de março de 2020, a Contratante terá como obrigação o pagamento tão somente do valor referente aos salários e encargos obrigatórios contidos na folha de pagamento dos empregados da Contratada.
DATA DA ASSINATURA: 27 de abril de 2020.
VIGÊNCIA: As condições de pagamento terão vigência enquanto durar a pandemia do COVID-19.
FUNDAMENTO DO ATO: Inciso II, alínea 'd', do art. 65, c/c art. 58, inciso I, da Lei nº 8.666/93.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº SEI-220011/000433/2020.

Id: Z250701

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Primeiro Termo Aditivo de alteração das condições de pagamento e redução quantitativa do valor do Contrato nº 019/2019.
PARTE: Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - JUCERJIA e Veent Empreendimentos Empresariais Ltda.
OBJETO: Alteração temporária das condições de pagamento do Contrato nº 019/2019, relativo à prestação de serviços de Copiagem, com a disponibilização de mão de obra especializada, materiais e equipamentos.
VALOR: Durante o período da pandemia do COVID-19, declarada pela OMS-Organização Mundial de Saúde, em 11 de março de 2020, a Contratante terá como obrigação o pagamento tão somente do valor referente aos salários e encargos obrigatórios contidos na folha de pagamento dos empregados da Contratada.
DATA DA ASSINATURA: 27 de abril de 2020.
VIGÊNCIA: As condições de pagamento terão vigência enquanto durar a pandemia do COVID-19.
FUNDAMENTO DO ATO: Inciso II, alínea 'd', do art. 65, c/c art. 58, inciso I, da Lei nº 8.666/93.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº SEI-220011/000433/2020.

Id: Z250702

Secretaria de Estado de Polícia Militar

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Ordem de Fornecimento de Bens nº 171/2020-FUSPOM.
PARTE: SEPM e a Empresa AVANTE BRASIL COMÉRCIO EIRELI-ME - CNPJ 22.706.161/0001-38.
OBJETO: Aquisição de medicamentos.
VALOR TOTAL: R\$ 41.398,04 (quarenta e um mil trezentos e noventa e oito reais e quatro centavos).
GESTOR: TEN NUT ANDRÉZA FRAUCHES COSTA, RG104.892
FISCALIS: Cap Farm RG 89.496, VICTOR HUGO DE HOLANDA COSTA MARTINS, Cap Farm RG 89.499, Fernanda Botelho e Maj Farm RG 89.490, ALEX FIGER SOUZA
DATA DA ASSINATURA: 08 de maio de 2020.
FUNDAMENTO: O constante do Processo Administrativo nº E-35/0911/44/2020.

Id: Z250985

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Ordem de Fornecimento de Bens nº 136/2020 - FUSPOM.
PARTE: SEPM e a GRAND MEDICAL DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA - ME - CNPJ: 24.737.754/0001-97.
OBJETO: Aquisição de materiais médicos hospitalares - COVID-19.
VALOR TOTAL: R\$ 498.000,00 (quatrocentos e noventa e oito mil reais).
GESTOR: 1º SGT PM RG 66.025 Alessandra Almeida de Andrade (DSS/3).
FISCALIS: TCLE PM RG 60.702, Lenise Durão Uchôa (DSS), TEN PM NUT RG 104.892, Andrezza Frauches Costa (DSS/3)
DATA DA ASSINATURA: 08 de maio de 2020.
FUNDAMENTO: O constante do Processo Administrativo nº E-35/0911/44/2020.

Id: Z250981

Secretaria de Estado de Polícia Civil

SECRETARIA DE ESTADO POLÍCIA CIVIL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Sétimo Termo Aditivo ao Contrato nº 010/1200/2014.
PARTE: Secretaria de Estado de Polícia Civil e PROVAC Terceirização de Mão de Obra Ltda.

OBJETO: Remanejamento de 04 Auxiliares de Serviços Gerais.
VALOR: R\$ 11.250.989,36 (onze milhões, duzentos e cinquenta mil novecentos e sessenta e nove reais e trinta e seis centavos), em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas, no valor de R\$ 937.580,78 (novecentos e trinta e sete mil quinhentos e oitenta reais e setenta e oito centavos). A alteração ora firmada não resultará em acréscimo de objeto contratual, tratando-se apenas de remanejamento do funcionário, a fim de atendimento às especificidades da SEPOL, não representando, portanto, em qualquer ônus para a Administração Pública.
FUNDAMENTO LEGAL: inciso II, alínea "b" do art. 65, da Lei nº 8.666/93.
DATA DA ASSINATURA: 06/05/2020.
PROCESSO Nº E-09/169/186/2013.

Id: Z250816

Secretaria de Estado de Defesa Civil

SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Termo de Contrato nº 15/2020.
PARTE: Estado do Rio de Janeiro, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, e a Empresa NACIFCS COMERCIO DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS LTDA ME.
OBJETO: Contratação de empresa especializada no apoio às atividades administrativas de digitação de dados e demais atividades elencadas no subitem 3 do Termo de Referência (anexo 10), para atender às necessidades do Estado-Maior Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação no DOERJ.
VALOR TOTAL: R\$ 545.299,20 (quinhentos e quarenta e cinco mil duzentos e noventa e nove reais e vinte centavos).
DATA DA ASSINATURA: 04/05/2020.
GESTOR TÉCNICO OPERACIONAL: Maj BM QOC/02 Bruno Panno Neves Moreira, RG, 31266.
MEMBROS: Maj BM QOC/00 Roberta Palmeira Leite Casero, RG, 27396, Cap BM QOS/Med/08 Cynthia Maria Fumo Mariano da Silva, RG, 41405.
MEMBRO SUBSTITUTO: Cap BM QOS/Med/08 Alessandra Lasmar Bideuira, RG, 44544.
FUNDAMENTO: Processo nº SEI-27/042/002091/2019.

Id: Z250880

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

INSTRUMENTO: 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 28/2018.
FUNDAMENTO: Processo nº SEI-27/131/000004/2020.
PARTE: O Estado do Rio de Janeiro, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, e a empresa INSTITUTO HERMES PARDINI S/A.
OBJETO: Prorrogar o prazo do contrato, por mais 12 meses, e promover a supressão de 30,0% (trinta por cento) do Contrato nº 28/2018, a fim de cobrir valores ofertados na pesquisa de mercado realizada pela Coordenadoria de Requisições do Departamento Geral de Administração e Finanças.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência contratual, previsto na cláusula segunda, fica prorrogado, por mais 12 (doze) meses, a contar de 08/05/2020.
VALOR TOTAL: R\$ 165.670,12 (cento e sessenta e cinco mil seiscentos e setenta reais e doze centavos).
DATA DA ASSINATURA: 06/05/2020.

INSTRUMENTO: 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 29/2018.
FUNDAMENTO: Processo nº SEI-27/131/000003/2020.
PARTE: O Estado do Rio de Janeiro, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, e a empresa INSTITUTO HERMES PARDINI S/A.
OBJETO: Prorrogar o prazo do contrato, por mais 12 meses, e promover a supressão 5,0% (cinco por cento) do Contrato nº 29/2018, a fim de cobrir valores ofertados na pesquisa de mercado realizada pela Coordenadoria de Requisições do Departamento Geral de Administração e Finanças.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência contratual, previsto na cláusula segunda, fica prorrogado, por mais 12 (doze) meses, a contar de 08/05/2020.
VALOR TOTAL: R\$ 1.635.177,00 (um milhão seiscentos e trinta e cinco mil cento e setenta e sete reais).
DATA DA ASSINATURA: 06/05/2020.

Id: Z250995

AVISO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2020
OBJETO: Contratação de empresa especializada no serviço de outsourcing de impressão, cópia e digitalização.
PROCESSO Nº SEI-27/132/0000738/2019

Informamos que a Licitação em epígrafe encontra-se adiada SINE DIE. Novas datas serão comunicadas assim que questões administrativas forem sanadas. Maiores informações na Coordenadoria de Licitações e Contratos/DGAF/SEDEC, sito na Praça da República, nº 45 - Centro - RJ, de 2ª a 5ª feira, das 13:00 às 16:00 horas, e 6ª feira, das 09:00 às 11:00 horas. Informações pelo Tel. (21) 2333-3084/2333-3085 ou pelo e-mail: pregaoeletronico@cbmerj.rj.gov.br.

Id: Z250946

Secretaria de Estado de Saúde

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Termo de Rescisão Unilateral ao Contrato nº 029/2020.
PARTE: Secretaria de Estado de Saúde e a A2A COMERCIO SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA.
OBJETO: Aquisição de ventiladores pulmonares, visando a suprir as necessidades da Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro.
DATA DA ASSINATURA: 06/05/2020.
PROCESSO Nº SEI-080001/007186/2020.

Id: Z251039

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE SUBSECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

AVISO

NOTA TÉCNICA - SVS/SES-RJ Nº 25/2020

ORIENTAÇÕES ÀS VIGILÂNCIAS SANITÁRIAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, A RESPEITO DAS MEDIDAS A SEREM ADOTADAS PELOS RESPONSÁVEIS TÉCNICOS DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS DE VENDA DE ALIMENTOS, EM RESPOSTA À DOENÇA PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19).

Tendo em vista a Resolução - RDC Nº 216, de 15 de setembro de 2004, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, que "dispõe sobre o Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação", a Superintendência de Vigilância Sanitária, da Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro, fortalece os procedimentos a serem adotados pelas Vigilâncias Sanitárias Municipais, em virtude da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) relacionada ao novo Coronavírus (SARS-CoV-2).

INTRODUÇÃO

As medidas de prevenção e controle da infecção pelo Novo corona vírus- Covid 19, devem ser implementadas no comércio de alimentos, pelos responsáveis técnicos e todos funcionários a fim de evitar ou reduzir, ao máximo, a transmissão do vírus durante o tempo em que as pessoas estiverem expostas no comércio, realizando suas compras essenciais.

Nesta Nota Técnica, serão abordadas orientações para os responsáveis técnicos quanto às medidas de prevenção da disseminação do novo Coronavírus (2019-nCoV) em seus estabelecimentos.

Estas são as orientações mínimas que devem ser seguidas por todos os estabelecimentos comerciais de alimentos (mercados, supermercados, hortifrúti, açugue, padarias, mercearias, lanchonetes, bares, restaurantes e serviço de delivery).

MEDIDAS DE PREVENÇÃO E CONTROLE

Os estabelecimentos comerciais de alimentos devem garantir que as práticas internas minimizem a exposição ao novo Coronavírus (2019-nCoV).

As medidas devem ser implementadas antes da chegada das pessoas ao local.

O local deve ser limpo e desinfetado diariamente antes da abertura e após o fechamento. Devem ser limpas e desinfetadas todas as superfícies internas do estabelecimento, como piso, paredes, portas, janelas, prateleiras, caixas registradoras e máquinas de cartão. A desinfecção pode ser feita com álcool gel a 70%, hipoclorito de sódio ou outro desinfetante indicado para este fim pela ANVISA.

EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI) A SEREM UTILIZADOS PELOS FUNCIONÁRIOS QUE IRÃO MANIPULAR ALIMENTOS:

- Uniforme limpo;
- Sapatos fechados, de material lavável;
- Máscaras;
- Luvas (quando for manipular alimentos prontos para consumo, que não sofrerão cocção);
- Toucas que cubram totalmente os cabelos.

Uso de Máscaras:

Usar máscaras quando não indicado pode gerar custos desnecessários e criar uma falsa sensação de segurança que pode levar a negligenciar outras medidas como práticas de higiene das mãos. No entanto, para as atividades de manipulação de alguns alimentos é indicado o uso de máscaras cirúrgicas a fim de evitar a contaminação dos alimentos por gotículas provenientes da boca do manipulador através de eventual fala, tosse ou espirros. Os alimentos os quais o manipulador deve usar máscara cirúrgica durante sua manipulação são: alimentos de delivery frios, queijos, pães e alimentos de confeitaria, saladas cruas ou de legumes, dentre outros que estejam prontos para consumo.

A máscara deve estar apropriadamente ajustada à face para garantir sua eficácia e reduzir o risco de transmissão. Todos os profissionais devem ser orientados sobre como usar, remover, descartá-las e na ação de higiene das mãos antes e após o uso.

Uso de luvas:

- O uso de luvas não substitui a higiene das mãos;
- Nunca toque desnecessariamente em superfícies e materiais (tais como telefones, maquiagem, portas) quando estiver com luvas;
- Não lavar ou usar novamente o mesmo par de luvas (as luvas não devem ser reutilizadas);
- Proceder à higiene das mãos imediatamente após a retirada das luvas;
- Observar a técnica correta de remoção de luvas para evitar a contaminação das mãos, retire as luvas puxando a primeira pelo lado externo do punho com os dedos da mão oposta, segure a luva removida com a outra mão enluvada, toque a parte interna do punho da mão enluvada com o dedo indicador oposto (sem luvas) e retire a outra luva.

ORIENTAÇÕES AOS MANIPULADORES

- Os funcionários que apresentarem sintomas de enfermidades que possam comprometer a qualidade higiênico-sanitária dos alimentos devem ser afastados da atividade de preparação de alimentos enquanto persistirem essas condições de saúde.

- Os manipuladores devem ter asseio pessoal, apresentando-se com uniformes compatíveis à atividade, conservados e limpos. Os uniformes devem ser trocados, no mínimo, diariamente e usados exclusivamente nas dependências internas do estabelecimento. As roupas e os objetos pessoais devem ser guardados em local específico e reservados para esse fim.

- Os manipuladores não devem fumar, falar desnecessariamente, cantar, assobiar, espirrar, cuspir, tossir, comer, manipular dinheiro ou praticar outros atos que possam contaminar o alimento, durante o desempenho das atividades.

- Os manipuladores devem usar cabelos presos e protegidos por redes, toucas ou outro acessório apropriado para esse fim, não sendo permitido o uso de barba ou bigode. As unhas devem estar curtas e sem esmalte ou base. Durante a manipulação, devem ser retirados todos os objetos de adorno pessoal e a maquiagem. Os aparelhos celulares devem permanecer nos armários durante a manipulação de alimentos.

- Os manipuladores de alimentos devem ser supervisionados e capacitados periodicamente em higiene pessoal, em manipulação higiênica dos alimentos e em doenças transmitidas por alimentos. A capacitação deve ser comprovada mediante documentação.

- Os visitantes devem cumprir os requisitos de higiene e de saúde estabelecidos para os manipuladores.

LAVAGEM DE MÃOS

Os manipuladores de alimentos devem proceder à lavagem de mãos com água e sabonete líquido quando:

- Chegarem ao trabalho e entrarem no setor;
- Antes e após a manipulação de alimentos;
- A cada troca de alimentos a serem manipulados (exemplo: entre manipulação de carnes cruas e vegetais);
- Antes e após ida ao sanitário;
- Após qualquer interrupção do serviço;



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Executiva

À Subsecretaria Executiva

Emcaminhamos face a publicação do despacho (4557199), no D.O. de 11.05.2020, de acordo com o despacho SUBGERAL(4560159). Segue em anexo cópia do D.O. (4600854)

Rio de Janeiro, 11 de maio de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Heliane Costa e Souza, Auxiliar de Serviços Administrativo**, em 11/05/2020, às 17:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **4600879** e o código CRC **DFAF9E10**.

Referência: Processo nº SEI-080001/007186/2020

SEI nº 4600879

Rua México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro
Chefia de Gabinete

À Subsecretaria Executiva da Secretaria de Saúde,

Considerando a instauração de expediente específico no âmbito do Núcleo de Contencioso Estratégico e de Defesa da Probidade desta Procuradoria Geral do Estado para tratar da questão, restituo-lhe o presente expediente para prosseguimento na adoção das medidas administrativas necessárias à finalização do contrato, em especial a avaliação sobre a aplicação das sanções contratuais à empresa contratada.

Atenciosamente,

JOAQUIM PEDRO ROHR

Procurador do Estado

Núcleo de Contencioso e Defesa da Probidade (PG-15)

Rio de Janeiro, 13 de maio de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Joaquim Pedro Rohr, Procurador**, em 13/05/2020, às 17:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **4657584** e o código CRC **385DC78D**.

Referência: Processo nº SEI-080001/007186/2020

SEI nº 4657584

R. do Carmo, 27, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20011-020
Telefone: (21) 2332-9291 - <https://www.pge.rj.gov.br/>



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado de Saúde

Subsecretaria Executiva

À Subsecretaria de Controladoria Geral da SES,

Considerando as informações prestadas ao Ministério Público, no bojo do SEI-080002/000840/2020, com relação ao Contrato N° 029/2020 (4347409) celebrado com a empresa **A2A COMÉRCIO SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA**, cujo objeto é a aquisição de **300 Ventiladores Pulmonares** visando suprir as necessidades da **SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO**, no valor total de R\$ 59.400.000,00 (cinquenta e nove milhões e quatrocentos mil), importante esclarecer o que segue:

N o **Processo SEI 080001/007186/2020**, consta o Termo de Referência nº 77/2020 (3993277) cujo objeto é a solicitação de aquisição de **Ventilador Pulmonar com monitor**, para realizar atendimento dos pacientes com suspeitos e diagnosticados com COVID 19, a saber: 300 unidades de ventiladores pulmonares com monitores, sendo 100 entregues em 5 dias e 200 em 10 dias, em regime de urgência, **o que resultou na referida contratação.**

O atual Subsecretário Executivo, Iran Aguiar, após o início dos seus trabalhos nessa Subsecretaria Executiva, determinou fosse inserido no SEI o Contrato N° 029/2020 (4347409), celebrado entre o Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Estado de Saúde, e a Empresa **A2A COMÉRCIO SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA**, uma vez que a Cópia do Contrato celebrado entre as partes não havia sido acostado no respectivo processo.

É certo que a Subsecretaria Executiva (**Nova Gestão**), com vistas à proteção do interesse público, também **instituiu diversas medidas administrativas prudenciais**, a saber:

1. Promoveu a Solicitação de **Parecer à Procuradoria Geral do Estado** (4348140), indagando o seguinte:

“Em relação aos procedimentos visando à compra de ventiladores e respiradores pulmonares apontamos os seguintes indicadores: Falta de ampla pesquisa de preços não havendo número mínimo de cotações, falta de assinatura contratual do contratante (Estado) além de haver contrato sem regular publicação e encaminhamento de contrato a potencial contratada sem que tenha havido resposta quanto à proposta.

Diante do contexto abordado acima, requeremos sua análise, mediante emissão de parecer jurídico conclusivo, quanto aos seguintes pontos:

- 1) Viabilidade ou não de manutenção das avenças;
- 2) Em caso positivo, quais seriam as possíveis formas de adequação legal?;
- 3) Em caso negativo, quais seriam as possíveis formas de descontinuidade das avenças?;
- 4) No caso dos vícios apontados (“red flags” e indicadores) é possível sua convalidação?
- 5) Em caso positivo, quais as formas de os realizar?
- 6) Há possibilidade de imposição sancionatória por parte do Estado?;
- 7) Em caso positivo, há discricionariedade por parte do gestor na possível aplicação do sancionamento?

8) Há necessidade de encaminhamento de peças para órgãos de controle?;"

Diante de tais questionamentos, foi elaborado o Parecer SES/SJ/AJ/FMF/DT 10/2020 (4421814), que concluiu em síntese:

1. Seja justificada a assinatura do termo de referência por outro que não profissional com pertinência de expertise com o objeto a ser contratado;
2. Conforme item 3.1.3 da presente manifestação, deve ser realizada nova pesquisa para estimativa de preços, termos do item c.1 do despacho do i. Procurador Geral do Estado. A partir disso, caso se constate oscilações, deve-se justificar nos termos do item c.2. Por outro lado, caso haja sobrepreço e o ajuste tenha sido convalidado, deve o gestor adotar todas as providências para o ressarcimento dos valores em excesso já despendidos, conforme o item c.3.
3. Promova-se as alterações nos contratos, por meio de termo aditivo, nos termos do item 4 do presente parecer;
4. Seja alterada a fundamentação da dispensa de licitação registrada na nota de empenho para o dispositivo legal da lei n.º 13.979/2020, IV;
5. Atenda-se o artigo 4º, §§ 1º e 2º, da Lei nº 13.979/20, que determina a temporariedade da dispensa de licitação enquanto perdurar a emergência de saúde pública e o dever de publicar no sítio oficial específicos os dados fixados;
6. Remetam-se os autos à Procuradoria-Geral do Estado, em cumprimento ao artigo 4º, inciso IV da Lei Estadual nº 5.414/2009, ao artigo 4º, inciso V, §3º, do Decreto Estadual nº 40.500/0765 e à Orientação Administrativa nº 0466, para a análise do possível impacto da presente contratação.
7. Encaminhe-se o presente processo administrativo para a Controladoria Geral do Estado, para ciência;
8. Após, remetam-se as informações ao Ministério Público Estadual e ao Tribunal de Contas Estadual."

O referido Parecer, que contou com **APROVO, com acréscimos (4451483)**, da Chefia do Gabinete da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, que recebeu **VISTO FAVORÁVEL (4483945) no dia 05.05.2020**, apontou, ainda, que:

"(...) Por essa razão, quanto à justificativa de preço, a SES deverá avaliar todos os processos relativos à aquisição de ventiladores pulmonares abertos na unidade, e, em se tratando do mesmo equipamento, aquilatar e comparar a cotação de preços encaminhada por cada fornecedor a fim de avaliar a cotação média do produto, sem prejuízo de valer-se de outras possibilidades mencionadas no art. 4º-E, §1º, VI, da Lei nº 13.979/20.

Além do mais, o fato noticiado na mídia realça a importância de se verificar o **cumprimento dos requisitos de habilitação** da contratada, em especial a sua qualificação técnica, uma vez que o objeto social da empresa é a comercialização de produtos de informática, e não o fornecimento de equipamentos para a área de saúde.

Ainda sobre os requisitos de habilitação, tem-se que, para além da ausência de justificativa sobre a sua dispensa, em manifesta contrariedade ao disposto no art. 4º-F, da Lei n.º 13.979/20, **não foi anexada a prova de regularidade relativa à Seguridade Social e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição, que são exigíveis mesmo nesta hipótese.**

Repita-se, contudo, que diante da existência de outros fornecedores aptos a fornecer o produto (ventilador pulmonar), conforme se verifica nas outras contratações efetuadas pela SES, tem-se que a presente hipótese não parece se amoldar no permissivo do art. 4º-F da

Lei n.º 13.979/20, devendo ser exigidos os requisitos de habilitação previstos na Lei n.º 8.666/93, salvo mediante robusta justificativa do administrador competente.

Por fim, anota-se que, para além das alterações sugeridas pela ASJUR/SES, **o contrato sequer foi assinado pela autoridade competente e nem publicado em Diário Oficial**, irregularidades que devem ser igualmente sanadas".

2. A Subsecretaria Executiva **notificou** a Empresa **A2A Comércio Serviços e Representações LTDA (4353892)**, no dia 29/04/2020, **através do Ofício SES/SUBEX SEI nº 25**, quanto ao **Descumprimento de obrigação contratual – CONTRATO SES nº 029/2020, que possui como objeto “aquisição de ventiladores pulmonares”,** visando suprir as necessidades”, referente à inexecução contratual, com o não fornecimento de nenhum dos 300 (trezentos) “ventiladores pulmonares”, na forma do art. 87, incisos I a IV, da Lei Nacional nº 8.666/93, podendo apresentar defesa prévia no prazo de 05 (cinco) dias, conforme preceitua o parágrafo 2º do mesmo artigo.
3. A Superintendência de Compras e Licitações **notificou**, ainda, a Empresa **A2A Comércio Serviços e Representações LTDA, conforme Anexo (4541896)**, no dia 05/05/2020, para **entrega IMEDIATA** de (a) materiais; (b) documentos e (c) da Garantia Contratual.
4. Todavia, diante do manifesto descumprimento contratual, **no dia 06 de maio de 2020**, através da Notificação de Inadimplemento de Contrato SES/SUBEX (Anexo Notificação de Termo de Rescisão Unilateral **(4557936)**; E-mail Notificação Rescisão Unilateral de Processo **(4558547)**; Anexo Comprovante CORREIOS **(4558759)**) a **Subsecretaria notificou a empresa quanto à rescisão unilateral do Contrato nº 029/2020.**
5. Por fim, **no dia 12 de maio de 2020**, a Subsecretaria Executiva, através do Despacho de Encaminhamento de Processo SES/SUBEX (4602209), complementado pelo Despacho de Encaminhamento de Processo SES/SUBEX (4632844), no bojo do SEI-140001/012869/2020, remeteu subsídios à Subsecretaria Jurídica, com vistas à Procuradoria Geral do Estado, para instruir e auxiliar na tomada de providências no sentido de tutelar o interesse da Administração Pública.

Assim sendo, remeto os autos à Subsecretaria de Controladoria Geral da SES, para que **analise** as informações aqui prestadas quanto à contratação da empresa **A2A Comércio Serviços e Representações LTDA**, em conjunto com os processos administrativos a ela relacionadas e **verifique a necessidade de apuração por meio de sindicância administrativa**, sendo certo que a atual gestão da Subsecretaria Executiva expressa a vontade de cooperar com todos os órgãos fiscalizadores e se compromete a verificar essas questões para que equívocos como esses não aconteçam.

Rio de Janeiro, 19 de maio de 2020

IRAN AGUIAR
Subsecretário Executivo
ID funcional: 5098188-9



Documento assinado eletronicamente por **Iran Pires Aguiar, Subsecretário**, em 19/05/2020, às 18:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **4762275** e o código CRC **38DF2008**.

Referência: Processo nº SEI-080001/007186/2020

SEI nº 4762275

R. México, 128, - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria de Controladoria Geral da SES

À Corregedoria Geral da SES,
À SUBEX,

C/C SUPAG,

Trata-se de processo administrativo instaurado no âmbito da Subsecretaria Executiva, visando à aquisição de 300 (trezentos), ventiladores pulmonares com monitor para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus, culminando com a celebração do Contrato nº 029/2020 (4347409), entre a Secretaria de Estado de Saúde, representada pelo então Subsecretário Executivo, Gabriell Carvalho Neves Franco dos Santos e a empresa A2A Comércio, Serviços e Representações LTDA, no valor total de R\$ 59.400.000,00 (cinquenta e nove milhões e quatrocentos mil reais).

Posteriormente, a Subsecretaria Executiva notificou a empresa contratada (4557936) acerca do Termo de Rescisão Unilateral do referido contrato, determinando, em seu artigo 2º, que: *"no tocante às verbas recebidas, será concedido prazo de 10 (dez) dias para ressarcimento aos cofres públicos, a contar do recebimento desta notificação extrajudicial, tendo a empresa A2A COMÉRCIO SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA a realização de recolhimento através de GRE'S que estão emitidas, e disponíveis nesta Subsecretaria Executiva / SES"*.

Assim, a Subsecretaria Executiva - SUBEX, por meio do despacho 4762275, encaminhou o presente à esta Subsecretaria de Controladoria Geral da SES – SUBCG, solicitando que *"que analise as informações aqui prestadas quanto à contratação da empresa A2A Comércio Serviços e Representações LTDA, em conjunto com os processos administrativos a ela relacionadas e verifique a necessidade de apuração por meio de sindicância administrativa"*.

Desta forma, esta SUBCG, no uso de suas atribuições, informa o seguinte:

• **Quanto à Análise das Informações Constantes do Presente Processo**

A Lei Estadual nº 7.989/2018, que dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, definiu o Sistema de Controle Interno, nos termos do seu artigo 5º, como sendo o *"conjunto de órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual organizados por macrofunções e atividades de controle, que devem agir de forma articulada, multidisciplinar, integrada e sob a orientação técnico-normativa da Controladoria Geral do Estado para o desempenho das atribuições de controle interno indicadas na Constituição Federal e na Estadual"*.

O parágrafo primeiro do artigo 4º da referida Lei dispõe, ainda, que *"a responsabilidade primária por estabelecer, manter, monitorar e aperfeiçoar os controles internos é do titular do órgão ou entidade, sem prejuízo das responsabilidades secundárias que cabem às chefias, direção e demais gestores em seus respectivos âmbitos de atuação"*.

A esse respeito, o Decreto Estadual nº 46.873/2019, ao regulamentar a Lei Estadual nº 7.989/2018, assenta, no parágrafo 3º do artigo 11, que a Unidade de Controle Interno – UCI, ao exercer as atividades de avaliação e consultoria, não deve assumir quaisquer responsabilidades ou ter qualquer ingerência na gestão do órgão ou entidade.

Desta forma, esta Subsecretaria de Controladoria Geral da SES (SUBCG) é a Unidade de Controle Interno da SES, integrando a estrutura organizacional da Administração, tendo por função

acompanhar a execução dos atos bem como integridade e confiabilidade das informações produzidas e sua disponibilidade para a tomada de decisões e para o cumprimento de obrigações de *accountability*, apontando, em caráter sugestivo, preventivo ou corretivo, as ações a serem desempenhadas. **Note-se, portanto, o caráter opinativo e não vinculativo das manifestações exaradas por esta SUBCG, haja vista que o gestor pode ou não atender à proposta que lhe seja indicada, sendo dele a responsabilidade e risco dos atos praticados.**

Assim, diante das notícias veiculadas em mídia de grande circulação, acerca de indícios da ocorrência de irregularidades envolvendo as contratações emergenciais firmadas pela SES/RJ, no combate ao COVID-19, esta SUBCG, no exercício de suas atribuições, **SUGERIU** à Subsecretaria Executiva (4317695) que fosse avaliada a possibilidade de revisão dos critérios que envolveram tais contratações, de modo a proteger o erário e para que os gestores da Secretaria de Estado de Saúde e do Fundo Estadual de Saúde não fiquem vulneráveis à responsabilização perante a Egrégia Corte de Contas. Foi apontada, inclusive, a possibilidade de eventual anulação das contratações firmadas com preços acima do padrão, cujos bens ou serviços ainda não tivessem sido entregues ou prestados, caso tal medida não representasse riscos à população e desde que apresentadas justificativas corroboradas por evidências documentais, devendo ser instaurados novos procedimentos visando aquisições com preços compatíveis e justos, em observância ao disposto na Lei Federal nº 13.979/2020.

Destaco que, esta SUBCG, visando um maior controle e transparência, bem como para analisar as supostas irregularidades denunciadas na mídia, por ordem do Secretário de Estado de Saúde à época, determinou à Superintendência de Auditoria Geral da SES (SUPAG), por meio da Portaria SUBCG/SES nº 11/2020, a realização Auditoria Extraordinária para analisar os processos de contratações emergenciais decorrentes do novo coronavírus (COVID-19), **dentre os quais se encontra o presente.**

Esta Auditoria Extraordinária, conforme esclarecimentos prestados na CI SES/SUPAG SEI Nº8 (4397566) e no despacho 4535930, disponibilizado nos autos do processo administrativo nº SEI-080002/000890/2020, está sendo realizada pela SUPAG em duas etapas, a primeira, preliminar, tendo como objetivo contribuir com o processo de gestão da SES, focando na identificação de riscos potenciais e efetivos que poderão vulnerar a gestão do Fundo Estadual de Saúde – FES em razão de possíveis impropriedades cometidas nos processos de contratação e execução das aquisições emergenciais, culminando com a elaboração de "Relatórios de Identificação e Classificação de Riscos", por meio dos quais aquela SUPAG apresenta aos gestores medidas saneadoras dos processos e mitigadoras dos riscos, para restabelecimento da eficácia e eficiência dos processos de governança, gerenciamento de riscos e controles.

A segunda etapa, por sua vez, ocorrerá após a efetivação da análise de todos os processos, ocasião na qual, a partir da replicação de um material elaborado pela Controladoria Geral da União, serão avaliadas outras dimensões da contratação, tais como a execução, a motivação da contratação, o preço e quantidade praticados, à definição do objeto, à transparência e o controle social, sendo emitido, ao final, "Relatório Final".

Importante frisar que a SUPAG, no intuito de assegurar à Controladoria Geral do Estado o acompanhamento dos trabalhos realizados no âmbito da Auditoria Extraordinária instaurada, vem apresentando relatórios semanais dos trabalhos realizados, as possíveis indicações de impropriedades, ou irregularidades existentes nos contratos já submetidos à sua análise.

Outrossim, a Controladoria Geral do Estado emitiu a Nota de Identificação de Riscos nº 20200004/SUPSOC1/AGE/CGE (4485358), submetido a essa SUBEX, por meio do despacho 4525321, de 07/05/2020, no qual esta SUBCG orientou quanto ao prazo estipulado pela CGE/RJ, para atendimento.

Além disso, após uma análise perfunctória e não exauriente dos elementos que compõem o presente processo até o presente momento, esta SUBCG, em razão do objetivo geral dos controles internos administrativos de evitar a ocorrência de impropriedades e irregularidades nos procedimentos, afirma sua total concordância com os termos do Parecer SES/SJ/AJ/FMF/DT 10/2020 (4421814), exarado pela Subsecretaria Jurídica, bem como os despachos 4451483 e 4483945, oriundos da Procuradoria Geral do Estado.

• **Quanto à Ausência de Entrega das Mercadorias Previstas, bem como ao Próprio Processo de Contratação**

Além da solicitação de análise das informações constantes no presente processo, a SUBEX

que esta SUBCG, "verifique a necessidade de apuração por meio de sindicância administrativa".

A esse respeito, entendemos que necessário a remessa dos autos à Corregedoria Geral da SES, a fim de que seja exarada manifestação quanto a necessidade e a viabilidade de instauração do referido procedimento, por se tratar da área técnica com a expertise para deliberar sobre o assunto.

- **Conclusão**

Diante de todo o exposto, por ordem do Subsecretário da Pasta, encaminhamos o presente:

1. **À Corregedoria Geral da SES**, solicitando que, no prazo de 03 (três) dias, manifeste-se quanto à necessidade e viabilidade de instauração de procedimento de sindicância para apuração da ausência de entrega das mercadorias adquiridas, bem como o próprio procedimento que ensejou a contratação e, em caso positivo, retornem os autos a esta SUBCG para adoção das providências cabíveis;
2. **À SUBEX**, aproveitando a oportunidade para reiterar a necessidade de cumprimento das 20 (vinte) Solicitações de Auditoria previstas na Nota de Identificação de Riscos nº 20200004/SUPSOC1/AGE/CGE (4485358), Processo SEI-320001/001044/2020, tendo em vista a prorrogação de prazo concedida pela CGE, somente até 20/05/2020.

Leia-se em cópia a SUPAG, para ciência dos atos praticados, tendo em vista a Auditoria Extraordinária determinada pela Portaria SUBCG/SES nº 11/2020 e na qual o presente processo se encontra elencado.

Atenciosamente,

Robson Ramos Oliveira
Superintendente de Governança, Conduta e Ética
ID. Funcional 2911435-7

Rio de Janeiro, 21 de maio de 2020



Documento assinado eletronicamente por **Robson Ramos Oliveira, Superintendente**, em 21/05/2020, às 16:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador 4822593 e o código CRC A5EC70EE.

Referência: Processo nº SEI-080001/007186/2020

SEI nº 4822593

Rua México, - Bairro centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-142
Telefone: - www.saude.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Executiva

ATA DE REUNIÃO

Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de maio de 2020, na sede desta Subsecretaria de Estado de Saúde, com endereço estabelecido à Rua México, nº 128, 5º andar, CEP 20031-144, Rio de Janeiro - RJ, na sala de reuniões do Subsecretaria Executiva, consoante reunião agendada por junto a GLOBALMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA (empresa que fornecia os ventiladores pulmonares a A2A COMÉRCIO SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA), empresa inscrita no CNPJ sob o nº 24.396.700/001-05, localizada à Via Trecho 3 – Lotes 625/695 – Bloco B – Sala 126 – Brasília – DF, tendo como representante da empresa na Reunião a Sr^a. **Paula Alessandra Ayres**. Iniciada a reunião às 12h40min por videoconferência, presentes na Reunião representando a SES/RJ, o Subsecretário Geral, **Sr. Iran Pires Aguiar**, Subsecretário Executivo, **Luís Augusto Damasceno Melo**, Superintendente de Compras e Licitações, **Armando Correa Fonseca Junior**, e o Coordenador de Compras, **Aruan Garcia**. Inicialmente foi proposto uma solução amigável para a devolução integral do valor pago pela Secretaria na contratação de ventiladores pulmonares, através do processo SEI-080001/007186/2020, junto a empresa **A2A COMÉRCIO SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA**, no valor de R\$ 9.900.000,00 (nove milhões e novecentos mil reais). A Representante da Empresa Globalmed informou que as suas contas foram bloqueadas pela justiça na ultima sexta feira (22/05/2020), impossibilitando a devolução imediata. A Secretaria de Saúde, através dos representantes presentes na reunião comunicou a representante da empresa Globalmed à oportunidade de solução, informando que será emitida uma guia de recolhimento estadual (GRE) no valor de R\$ 9.900.000,00 (nove milhões e novecentos mil reais), com o prazo de vencimento para o dia 04/06/2020. A guia de recolhimento estadual

Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Executiva

Rua México, nº. 128 – 5º andar – Centro – Rio de Janeiro / RJ – Brasil – CEP: 20.031-142
Tel.: 55 (21) 2333-3779 / 55 (21) 2333-3846

www.saude.rj.gov.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Saúde
Subsecretaria Executiva

(GRE), que será encaminhada para o e-mail da representante da empresa Globalmed. Nada mais havendo, eu, VGP **Vinicius Guimarães de Paiva**, lavrei a presente Ata que vai por mim e todos os demais presentes assinada.

Rio de Janeiro, 29 de maio de 2020.


Iran Pires Aguiar


Luís Augusto Damasceno Melo


Armando Correa Fonseca Junior


Aruan Garcia